

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**MARCELO MALLET SIQUEIRA CAMPOS**

**MUDANÇAS INSTITUCIONAIS A PARTIR DA PROIBIÇÃO DO TRÁFICO DE  
ESCRAVOS – O CASO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre**

**2008**

**MARCELO MALLET SIQUEIRA CAMPOS**

**MUDANÇAS INSTITUCIONAIS A PARTIR DA PROIBIÇÃO DO TRÁFICO DE  
ESCRAVOS – O CASO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Nogueurol

**Porto Alegre**

2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS

C198m Campos, Marcelo Mallet Siqueira  
Mudanças institucionais a partir da proibição do tráfico de escravos : o  
caso do Rio Grande do Sul / Marcelo Mallet Siqueira Campos. – Porto  
Alegre, 2008.  
170 f.

Orientador: Luiz Paulo Noguerol.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-  
Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.

1. Economia institucional : Rio Grande do Sul : Século XIX. 2. História  
econômica : Rio Grande do Sul : Século XIX. 3. História econômica :  
Escravidão : Rio Grande do Sul. I. Noguerol, Luiz Paulo. II. Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas.  
Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 338.2

MARCELO MALLET SIQUEIRA CAMPOS

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS A PARTIR DA PROIBIÇÃO DO TRÁFICA DE  
ESCRAVOS – O CASO DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em:

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca  
UFRGS

---

Prof. Dr. Flávio Rabelo Versiani  
UNB

---

Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro  
UFRGS

*Dedico este trabalho à memória do  
amigo Luciano Bauermann Cezar.*

## AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação de mestrado é uma atividade, por vezes, bastante solitária. Entretanto, ela não seria possível sem a fundamental ajuda das pessoas aqui listadas.

Sou profundamente grato ao meu orientador, professor Luiz Paulo Nogueiról, pelas excelentes sugestões, pela disponibilidade para troca de idéias e pela prontidão em fornecer as correções necessárias.

Toda a minha família, em especial aos meus pais, Marco Antônio e Carmem Lúcia, por todo apoio e por serem exemplos a serem seguidos. Eles, assim como o restante da família, minha querida irmã Luciana, vos, vós, tios e primos, sempre valorizaram a educação e as relações familiares. Sou muito grato a todos, pelo excelente ambiente familiar.

Juliana Corrêa da Cunha, por todo amor, carinho, companheirismo, dedicação e compreensão, principalmente nos momentos de dificuldade ao longo da elaboração deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer as colegas Ana Monteiro Costa, Carla Fernanda Silva e Clarissa Jans Schlabitz, não apenas pela amizade, mas também pela fundamental colaboração na fase de elaboração do projeto desta dissertação. Nina Yano, que além da ajuda acadêmica, auxiliou-me inúmeras vezes com questões pessoais, com longas conversas. Bernardo Fonseca Nunes, sempre bem informado sobre o que há de mais moderno na ciência econômica, com quem, desde o início da graduação troquei idéias (algumas delas evoluíram e estão presentes neste trabalho) e pela parceria nos jogos do Grêmio. Breno Medeiros, grande parceiro de estudos. Admir Wetler Júnior, Túlio Chiarini e Audrei Cavadal, com quem as animadas discussões frequentemente perturbavam os demais. Rodrigo Morem da Costa, Henrique Feldmann, Esmeralda, Eversan, Márcia Aparecida Campos, Silvia Maria Guidolin, Catarina Miranda Scherer, Henrique Kegler dos Santos, Kellen, Andreza, Maurício, Romina, Cássio Moreira, Maria Fernanda, e todos os demais amigos e colegas do PPGE que contribuíram de uma maneira ou de outra para a realização do mestrado e desta dissertação.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) onde tive a oportunidade de realizar a graduação e o mestrado. Ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) desta mesma universidade, todos os funcionários e excelentes professores, em especial

àqueles que tiveram participação na elaboração do projeto desta dissertação, Sérgio Marley Modesto Monteiro e Eugenio Lagemann.

A CAPES pela bolsa de estudos concedida para a realização deste mestrado.

Ao Banco do Brasil, em particular aos funcionários da Agência Cristóvão Colombo, pelo apoio e compreensão do meu afastamento, e aos colegas da Gerência Regional de Apoio ao Comércio Exterior pela receptividade em meu retorno a esta instituição.

## RESUMO

Esta dissertação procurou relacionar a teoria da Nova Economia Institucional e a Cliometria com o método de pesquisa em história econômica, a partir da revisão teórica das obras dos seus principais autores, Douglass North e Robert Fogel, respectivamente. Estas teorias serão relacionadas com os acontecimentos que ocorreram na história econômica do Brasil durante o século XIX, em específico no Rio Grande de Sul. Antes disso serão apresentadas diversas interpretações clássicas e modernas a respeito deste período de importantes transformações, focando a mais importante delas: a transição da escravidão para o trabalho assalariado. Por fim serão analisados dados relativos à riqueza financeira no estado do Rio Grande do Sul neste período.

Palavras-chave: Nova Economia Institucional. Mudança Institucional. Cliometria. História Econômica. Formação Econômica. Escravidão.

## **ABSTRACT**

This dissertation seeks to relate New Institutional Economics theory and Cliometrics with economic history research method, since the theoretical review of its main authors, Douglass North and Robert Fogel. These theories will be related with happenings which occurred during the XIX<sup>th</sup> century in Economic History of Brazil, specifically at Rio Grande do Sul state. Before it, will be presented many classic and modern interpretations about this period of important changes focusing on the most important of them: the transition from slavery to free work. At the end will be analyzed data relative to financial richness in the state of Rio Grande do Sul.

**Key Words:** New Institutional Economics. Institutional Change. Cliometrics. Economic History. Economic Formation. Slavery.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 Justificativa.....	12
1.2 Revisão de Literatura.....	15
1.3 Instituições e mudança econômica.....	16
1.4 Metodologia.....	21
1.5 Dados.....	23
<b>2 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E O ESTUDO DA HISTÓRIA ECONÔMICA .....</b>	<b>24</b>
2.1 O método da economia neoclássica.....	25
2.2 A crítica Institucionalista e a construção de um marco teórico alternativo.....	40
2.3 O uso da Nova Economia Institucional na história econômica.....	45
<b>3 AS INTERPRETAÇÕES A RESPEITO DA ECONOMIA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>66</b>
3.1 Antecedentes: o contexto histórico com o qual o Brasil deparou-se ao iniciar o século XIX.....	67
3.2 Trabalho Escravo no Brasil e no mundo.....	72
3.3 O Declínio da escravidão e a consolidação do capitalismo no Brasil.....	83
3.4 Interpretações clássicas sobre o período de mudanças ocorrido no século XIX .....	88
3.5 Algumas contribuições da literatura recente.....	105
<b>4 MUDANÇA INSTITUCIONAL NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX.....</b>	<b>117</b>
4.1 Outras referências teóricas da economia da escravidão.....	117
4.2 Mercado de Escravos.....	119
4.3 Características Regionais da Escravidão no Brasil.....	122
4.4 Inserção da imigração européia na economia do Rio Grande do Sul .....	146
4.5 Mudança na estrutura demográfica após o fim do tráfico.....	147
4.6 Riqueza financeira no Rio Grande do Sul.....	140
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>153</b>
5.1 Método da ciência econômica.....	153
5.2 Instituições e ideologia.....	155
5.3 História econômica brasileira.....	156
5.4 Racionalidade da Escravidão no Brasil.....	157
5.5 Considerações Finais.....	162
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>165</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é propor uma interpretação para as principais mudanças ocorridas no Brasil no século XIX utilizando como base a literatura da Nova Economia Institucional (NEI).

A problemática deste trabalho está na inexistência (ou pelo menos na deficiência) de explicações de cunho institucionalista para interpretar o Brasil do período monárquico e as transformações pelas quais passou principalmente no que toca à forma de organização do trabalho – a escravidão.

Enfatizar-se-ão as mudanças nas relações de produção: a economia deixa de ser baseada na utilização do trabalho escravo e passa a ser baseada no trabalho assalariado. Esse processo de transformação se inicia após a Fuga da Família Real para o Brasil, ocasião em que a colônia é elevada a Reino Unido de Portugal e Algarves passando à Independência sete anos mais tarde. Permeando todo este processo, parece haver uma mudança na mentalidade comum a boa parte da sociedade, que passa a se organizar de forma a facilitar a busca pelo lucro, consolidando, assim, o capitalismo no Brasil<sup>1</sup>. Inicialmente veremos a existência de interpretações distintas a respeito da formação e consolidação do modo de produção capitalista no Brasil. Na visão de Caio Prado Júnior o Brasil já nasce inserido na economia mundial capitalista. Já para Florestan Fernandes, é durante o século XIX que surge a mentalidade capitalista no Brasil. Estas visões clássicas, bem como interpretações mais recentes serão objetos de análise deste trabalho, sendo analisadas pormenorizadamente no capítulo 3.

O mérito deste trabalho pretende ser a junção de literaturas que têm avançado bastante nos últimos anos para explicar as mudanças havidas no século XIX no Brasil. Este trabalho

---

<sup>1</sup> Ao longo desta dissertação serão expostos os argumentos sobre o sentido da colonização. Um destes argumentos é o de Florestan Fernandes que identifica a busca do lucro como uma novidade no século XIX. A idéia de que este fato marca o nascimento do capitalismo talvez tenha alguma sustentação nos tipos ideais de Max Weber, os quais, por serem ideais, não correspondiam exatamente à realidade. Já a visão de Caio Prado Júnior, presente em Formação do Brasil Contemporâneo, aponta que a colonização sempre buscou o lucro. De fato, isto será verificado durante esta dissertação. A novidade do século XIX talvez tenha sido a constituição de novas instituições modificando a forma de tal busca, a qual não admitiu mais nem a escravidão, nem a distribuição de latifúndios pelo rei como se as terras públicas fossem propriedade dele, nem a instituição de monopólios e privilégios e, em meio a isto, se impôs uma constituição e um parlamento aos governantes, iniciando a modernização do Brasil.

não propõe ser inovador na contemplação dos fatos, mas na sua interpretação. Ele se inicia argumentando sobre a importância da utilização das instituições na história econômica, salientando uma discussão metodológica que muitas vezes é negligenciada.

A revisão da literatura que será feita, tanto em relação à teoria das instituições, quanto em relação à formação econômica do Brasil, em especial a literatura que trata da passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, constitui algo “novo”.

Além deste objetivo geral, temos como objetivos específicos relacionar a teoria das instituições com o estudo da história econômica e apresentar as interpretações já existentes a respeito das mudanças vividas pela economia brasileira durante o século XIX. A partir da fusão destas duas literaturas será proposta uma nova interpretação, que é o objetivo principal deste trabalho.

Os fatos econômicos serão vistos tanto de maneira geral, com seus impactos na economia brasileira como um todo (no capítulo 3), quanto de maneira mais específica, com os impactos ocorridos regionalmente, no estado do Rio Grande do Sul (capítulo 4), sem, no entanto, desconsiderar as relações deste com o restante do país e do mundo.

É importante fazermos um alerta desde já. Ao falarmos do fim da escravidão, referimo-nos tanto a mudança na legislação, que decretou o seu fim, quanto o fim dela como relação de produção. Ou seja, a utilização e a aceitação, em larga escala, da utilização de mão-de-obra escrava. O seu fim também, não implica no imediato desaparecimento desta forma de trabalho (que ainda ocorre contemporaneamente em alguns casos isolados) bem como não significa que um processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado já estivesse ocorrendo. Como será visto, é comum em mudanças institucionais a ocorrência de fricção - o ajuste não ocorre de maneira imediata, exige-se tempo entre as mudanças no comportamento, nos hábitos e costumes e as leis, regras, etc.

É importante salientar também, que quaisquer referências à eficiência econômica da escravidão dizem respeito apenas aos resultados puramente financeiros, não envolvendo qualquer juízo de valor a respeito do tema. Sabemos que o estudo da economia da escravidão é uma área repleta de polêmicas, que para serem superadas, demandam maior produção científica a respeito do assunto.

## 1.1 Justificativa

O papel das instituições no desenvolvimento econômico tem cada vez mais recebido atenção de diversos economistas, pois tem permitido a análise econômica em um campo no qual a economia neoclássica contribuía de forma limitada. A economia neoclássica foca-se na maximização da satisfação dos indivíduos racionais, com preferências bem definidas e com informações disponíveis e processadas de maneira correta. Já a economia institucional avança nestas questões e fornece uma base teórica para o estudo do processo de mudança econômica.

A evolução das instituições possui um caráter dependente da trajetória (*path dependent*). A história econômica, portanto, pode ser estudada pela metamorfose das instituições. As instituições do presente são determinadas pela configuração que possuíam no passado, modificadas ao longo do tempo. Por causa disso, é importante buscar nas instituições do século XIX, e nas mudanças ocorridas no período, explicações para as instituições ainda hoje vigentes na economia brasileira.

A história, muitas vezes pode servir de guia para o presente, ou então para participar do debate acerca das “falhas” e “equivocos” institucionais. Para compreendermos o desenvolvimento econômico, é fundamental haver uma compreensão ao menos satisfatória da história econômica e da trajetória que as economias percorreram até chegar ao estado atual.

Ao optarmos por realizar uma análise compatível com a Nova Economia Institucional, estamos estudando a história econômica no nível das decisões individuais. Ou seja, trata-se de um trabalho muito mais focado nos aspectos microeconômicos do que macroeconômicos. Serão analisados fenômenos que se manifestam em dados agregados, mas que são resultado de decisões individuais.

É algo recente a elaboração de estudos históricos com enfoque microeconômico. Boa parte dos debates econômicos existentes no Brasil era focada em questões macroeconômicas. Até meados da década de 1990, a inflação era vista como um dos principais entraves ao desenvolvimento econômico do Brasil. Porém, com o controle da inflação após o Plano Real em 1994, a melhora contínua nos fundamentos macroeconômicos do Brasil trouxe uma outra realidade à tona. Muitos dos desequilíbrios mais agudos foram momentaneamente resolvidos.

Porém a resolução destes problemas não levou ao desenvolvimento econômico, como anteriormente se imaginava.

Foi possível ver que a existência de bons indicadores macroeconômicos é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento econômico<sup>2</sup>. É necessário que as condições microeconômicas favoreçam o desenvolvimento. Mais precisamente, os fatores institucionais. A partir deste entendimento, tem crescido a quantidade de trabalhos acadêmicos que enfocam os aspectos institucionais.

A teoria microeconômica tem evoluído bastante nas últimas décadas, a partir da incorporação à teoria tradicional de vários aspectos críticos até então. Possivelmente, o maior impacto tenha sido a incorporação (ou a consolidação) da Nova Economia Institucional dentro do *mainstream* econômico. Antes disso, a teoria dos jogos, a econometria, a economia da informação (modelos de informação assimétrica), externalidades e bens públicos já haviam sido incorporados.

Um dos méritos da NEI foi ressaltar a importância da história, dada a tendência a-histórica da teoria neoclássica. Foi dado um tratamento mais “formal” à história econômica, que rendeu o prêmio Nobel de Economia<sup>3</sup> a Douglass North (em conjunto com Robert Fogel, que também será considerado neste trabalho) em 1993. O prêmio foi concedido a ambos “por terem renovado a pesquisa em história econômica aplicando teoria econômica e métodos quantitativos a fim de explicar mudanças econômicas e institucionais”<sup>4</sup> (NOBEL FOUNDATION, 1993).

As instituições são o determinante do desenvolvimento de uma nação, e a forma pela qual elas evoluem é fundamental para a compreensão das instituições atuais. A origem das instituições brasileiras remonta à formação do estado nacional português, no século XIV,

---

<sup>2</sup> Aqui tratamos de crescimento econômico, e não do desenvolvimento propriamente dito, com melhores condições de vida. Entretanto, durante boa parte da história do pensamento econômico brasileiro existia a crença que o crescimento econômico (sobretudo industrial) levaria ao aumento da riqueza e conseqüentemente à melhoria dos indicadores sociais. Este processo não ocorreu: no período de 1930a 1980 o Brasil obteve um crescimento industrial sem precedentes, industrializando-se e assistindo a um aumento consistente do PIB *per capita* que, todavia, não se traduziu em melhor distribuição de renda ainda que tenha havido avanços parciais em indicadores sociais como os relativos à saúde e à educação. A partir da década de 1970 esta causalidade passou a ser posta em dúvida. Para a compreensão do verdadeiro sentido de desenvolvimento, recomenda-se a leitura das obras do economista indiano Amartya Sen, em especial SEN, 2000.

<sup>3</sup> Na realidade trata-se do prêmio concedido pelo Banco Nacional da Suécia em memória de Alfred Nobel (The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel).

<sup>4</sup> No original em Inglês.

sendo possível para uma melhor compreensão retroagir ainda mais na história. Autores como Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho dão bastante importância para as origens portuguesas.

Este trabalho, sem desconsiderar o peso deste passado, será focado nas mudanças institucionais do século XIX, por considerar este um período de intensas mudanças determinantes para o Brasil dos séculos XX e XXI. A própria teoria institucionalista dá um valor maior para os acontecimentos recentes (devido à *path dependence*) e reconhecemos que fatos ocorridos entre cem e duzentos anos atrás podem parecer distantes. Entretanto, tratando-se de mudanças institucionais que afetam os níveis I e II<sup>5</sup>, não é um período tão extenso e tão distante. Instituições formadas, ou modificadas, ou consolidadas neste período até hoje impõem entraves ao desenvolvimento.

A sucessão de eventos a partir da vinda da família real para o Brasil em 1808 alterou profundamente a economia brasileira, dando início a um longo processo de formação do capitalismo no Brasil, processo este que só se completará durante o século XX. Dentro deste processo, será dado um foco especial à mudança na organização da produção no que diz respeito à utilização da mão-de-obra, que passa da escravidão para a utilização do trabalho assalariado.

Este é um período de extrema importância, e o estudo dele é relevante. A escravidão deixou marcas importantes no país e é fundamental avaliar o impacto do seu fim para a economia brasileira bem como compreender o mecanismo pelo qual este processo ocorreu. As mudanças ocorridas ao longo do século XIX lançaram as bases para a modernização do Brasil.

É importante fazer a ressalva, contrariando o senso comum, que nem sempre as instituições brasileiras (ou portuguesas) foram prejudiciais ao desenvolvimento (ou a qualquer outro objetivo). Dependendo do propósito ou do ponto de vista houve aspectos muito bem sucedidos. Entretanto o estudo pormenorizado desta questão foge do escopo deste trabalho.

---

<sup>5</sup> Será utilizada neste trabalho a mesma distinção entre os níveis de análise social utilizados por Williamson, que dividiu em quatro níveis: nível 1 – instituições informais, costumes, tradições, normas e religião; nível 2 – ambiente institucional, regras formais; nível 3 – estruturas de governança; nível 4 – alocação e emprego de recursos. Estes diferentes níveis serão descritos ao longo deste capítulo.

Isto posto, fica clara a importância da utilização do instrumental teórico-metodológico da Nova Economia Institucional para o estudo da história econômica do Brasil a fim de uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento econômico.

Os pontos listados acima ficarão mais claros ao longo do primeiro capítulo deste trabalho.

## 1.2 Revisão de Literatura

Serão utilizados como referenciais teóricos obras relevantes de autores da Nova Economia Institucional, como *Structure and Change in Economic History, Institutions, Institutional Change and Economic Performance* e *Understanding the Process of Economic Change*, de Douglass North, assim como artigos de Oliver Williamson. Além disso, serão utilizadas obras de outros autores que contribuíram para o desenvolvimento teórico da economia evolucionária e institucional. Também serão feitas referências a algumas obras relevantes dentro do estudo da *cliometria*, como os trabalhos de Robert Fogel e Stanley Engerman.

Em relação às interpretações existentes a respeito da economia brasileira, serão utilizadas as obras clássicas da literatura em história econômica e social do Brasil, como as de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Além destas obras mais recentes de nossa historiografia também serão consideradas, de autores que contribuíram para a evolução da pesquisa em história econômica no Brasil, como Luiz Felipe de Alencastro, João Luís Fragoso e José Murilo de Carvalho.

Para o estudo da economia do Rio Grande do Sul durante o século XIX, este trabalho será fortemente embasado na pesquisa realizada por Nogueiról (2002, 2003, 2007), bem como pelas contribuições de Monastério (2005) e de autores como Bell (1998), um brasilianista que se dedicou ao estudo das charqueadas gaúchas.

### 1.3 Instituições e mudança econômica

O estudo das instituições é um dos campos onde a economia mais tem avançado nos últimos anos. O uso de abordagens que levam em conta o papel das instituições permite uma compreensão mais ampla do processo de desenvolvimento econômico, pois estas avançam nos pontos onde a teoria neoclássica é falha. O ramo institucionalista existe desde o início do século XX, mas foi nas últimas décadas que houve significativos avanços teóricos, bem como o surgimento de diversos ramos teóricos. A ênfase será dada à Nova Economia Institucional, o que não implica na exclusão das demais correntes institucionalistas<sup>6</sup>.

Instituição pode ser definida como o conjunto de normas, valores e regras vigentes em uma sociedade. Elas envolvem as regras formais e informais, os hábitos, cultura compartilhada pela maioria dos indivíduos numa dada sociedade. Os adeptos da Nova Economia Institucional também vêem as instituições como as regras do jogo, que disciplinam a interação entre os seres humanos (jogadores). A existência das instituições traz implicações sobre o comportamento humano, moldando a forma da ação humana.

A Nova Economia Institucional retoma alguns pontos de economistas do início do século XX, críticos à teoria neoclássica, como Veblen, Commons, entre outros, junto da teoria dos custos de transação de Ronald Coase, tudo isso dentro de uma estrutura neoclássica<sup>7</sup>. Os “velhos” institucionalistas criticavam os economistas neoclássicos por estes considerarem o ambiente institucional como dado. Os antigos institucionalistas viam a necessidade de a economia ser vista como uma ciência evolucionária (Marshall e Marx também a viam desta forma), sendo a noção de evolução para Veblen e para Marx análoga à de Darwin em relação a evolução das espécies na biologia. Porém, o que se desenvolveu desde então na ciência econômica foram as análises estáticas, que não serviam para explicar o processo de mudança econômica.

Entretanto, a crítica dos velhos institucionalistas não foi bem sucedida, pois não ofereceram uma doutrina bem definida; estes economistas teriam se limitado a críticas à teoria

---

<sup>6</sup> Como da “Velha” Economia Institucional, utilizando inclusive autores institucionalistas críticos à NEI, como Hodgson.

<sup>7</sup> O curioso é que mesmo com a crítica que a Nova Economia Institucional faz aos principais pressupostos neoclássicos, ela tem sido bem aceita por estes economistas, sendo que atualmente pode ser enquadrada como parte do “*mainstream*”.

existente, sem propor uma estrutura analítica nova. Veblen algumas vezes não é muito claro na definição de alguns termos que emprega além de não haver construído uma teoria integrada para várias áreas da economia, como fizeram Marshall ou Marx (Hodgson, 1992). Mesmo assim, suas obras lançaram as bases para a construção futura da economia institucional (em suas diversas correntes) e da economia evolucionária.

De acordo com North (2005) uma teoria completa da mudança econômica deve integrar teorias de demografia; de estoque de conhecimento; e de mudança institucional. Ele reconhece que estamos longe de ter boas teorias em qualquer uma das três, muito menos das três juntas, mas está-se fazendo progresso, principalmente no ramo do estudo das instituições. As instituições são fundamentais para compreendermos o processo de mudança econômica.

Para Douglass North, a história econômica é a história da evolução das instituições. As instituições são constituídas por regras formais (constituições, leis e direitos de propriedade) e informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta). Estas instituições visam criar ordem e reduzir a incerteza nas trocas. De acordo com o autor são as instituições que determinam a estrutura da economia, e o destino delas.

Matthews (1986) destaca a ascensão do estudo das instituições nas últimas décadas, o que tem aproximado a economia das demais ciências sociais. Porém, diferentemente dos “antigos” institucionalistas, os “novos” não rompem com a teoria neoclássica. Para eles, as instituições importam e os seus determinantes são suscetíveis à análise pelas ferramentas da teoria econômica. O tratamento das instituições sem fugir da estrutura neoclássica permitiu a assimilação e difusão do novo institucionalismo.

A origem das instituições está nos hábitos enraizados no comportamento humano que estão baseados nos instintos<sup>8</sup>, na cultura humana e na ação habitual. Isso contraria o pressuposto da racionalidade, assumido por economistas neoclássicos. Posteriormente, os estudos de Herbert Simon sobre racionalidade limitada foram incorporados pela tradição institucionalista. Conforme Milgrom e Roberts:

Real people are not omniscient nor perfectly far-sighted. They cannot solve arbitrarily complex problems exactly, costlessly, and instantaneously, and they cannot communicate with another freely and perfectly. Instead, they are *boundedly rational*, and they know it (1992, p.129).

---

<sup>8</sup> Monastério observa que para Veblen, o homem é composto por instintos, hábitos e racionalidade, estando estes interligados (MONASTERIO, 2005, p.5).

As instituições mudam devido à mudança na estrutura de preços relativos ou devido à mudança de preferências – o que pode incluir a mudança na maneira pela qual os seres humanos percebem o seu ambiente. De acordo com North:

Incentives are the underlying determinants of economic performance. They are implicit in the theories we have employed and assumed to have a particular form and effect. Bringing incentives up front focuses attention where it belongs, on the key to the performance of economies (1990, p. 135).

Dentre os diferentes incentivos, um deles recebe atenção especial:

as oscilações nos preços relativos têm sido as fontes externas mais comuns de mudanças institucionais ao longo da história, embora sejam importantes também as mudanças de gosto. (...) Na verdade, as opções que levam a mudança institucional geralmente são determinadas por um misto de mudanças externas e aprendizado interno (NORTH, 2006, p.14).

Esta estrutura de incentivos modifica-se ao longo do tempo, sendo que os incentivos não são somente monetários. Estes constituem o arcabouço institucional, que define para onde uma sociedade vai, um resultado que pode ser imprevisível.

Outro avanço teórico incorporado pela NEI é a teoria dos custos de transação, desenvolvida por Ronald Coase. A contribuição mais importante de Coase, na opinião de North (2004, p. 12), é que na existência de custos de transação as instituições importam. Para a economia neoclássica a maximização é livre de custos para adquirir informação e para transacionar produtos, portanto a maximização do lucro se dá por meio da minimização do custo de produção. Já para a NEI, é pela minimização dos custos de produção e de transação. Portanto a teoria das instituições (em sua forma “nova”) é a junção da teoria do comportamento humano (dos antigos institucionalistas bem como racionalidade limitada) com a teoria dos custos de transação (de Coase).

Williamson (2000, p. 597), a fim de estabelecer uma estrutura teórica do novo institucionalismo, apresenta uma divisão da análise social em quatro níveis distintos, que se inter-relacionam: nível 1 – instituições informais, costumes, tradições, normas e religião; nível 2 – ambiente institucional, regras formais; nível 3 – estruturas de governança; nível 4 – alocação e emprego de recursos. Neste esquema, os níveis superiores impõem restrições aos níveis imediatamente abaixo, que acabam por receber um retorno, integrando todo o sistema. Quanto mais alto o nível, mais lentas são as mudanças. Mudanças no nível do *embeddedness* podem levar séculos, ou até milênios para ocorrer. Neste nível, a religião desempenha um papel fundamental. A lentidão destas mudanças pode ser ilustrada pela aceitação moral da

existência de empréstimos a juros, algo condenado durante séculos pela Igreja Católica, ou então pela não-rejeição moral da escravidão, forma de organização do trabalho que sobreviveu ao longo de vários milênios sem ser questionada. As restrições impostas aos níveis inferiores podem ser ilustradas utilizando-se do exemplo da escravidão. Enquanto que os costumes, tradições, religiões, enfim, a sociedade aceita informalmente a escravidão, as regras formais se adaptam a isto: as leis formalizam a base legal para a existência dela, para a garantia dos direitos de propriedade, etc. A partir daí, no próximo nível, é definida a estrutura que faz com que as regras estipuladas sejam cumpridas (como a formação de polícia e de poder judiciário) bem como das organizações (empresas, governo) se estruturam para organizar a produção, que ocorre no nível mais baixo, o quarto, justamente o que define a alocação dos recursos (no mercado, por exemplo).

Enquanto a economia neoclássica preocupa-se apenas com o quarto nível – o da alocação de recursos, a NEI preocupa-se principalmente com os níveis 2 e 3 – das regras formais e das estruturas de governança. Esta definição, aliando instituições com a teoria neoclássica, imediatamente tornou-se referência. A importância desta divisão está na formalização que restringe o alcance da teoria econômica convencional.

Quadro 1.1: os quatro níveis de análise social

Níveis		Na teoria econômica	Frequência de mudança
1	“Embeddedness”: instituições informais, costumes, tradições, normas, religião	Teoria Social	100 a 1000 anos
2	Ambiente institucional: regras formais	Economia dos direitos de propriedade	10 a 100 anos
3	Estrutura de governança	Economia dos custos de transação	1 a 10 anos
4	Alocação e emprego de recursos	Economia Neoclássica/Teoria da agência	Contínua

Fonte: Adaptação do autor a partir de Williamson (2000).

Como ficará claro ao longo deste trabalho, mesmo com o uso das instituições sendo incorporado e aproveitado pela economia neoclássica, os trabalhos mais recentes de economistas como Douglass North (2005) indicam que este campo está indo ao encontro das proposições dos “antigos” institucionalistas, como Veblen. Além disso, fica clara a convergência com algumas questões ditas heterodoxas. Neste trabalho o processo de mudança econômico é visto como um processo evolucionário, onde a incerteza desempenha um papel

importante<sup>9</sup>. Os seres humanos modificam o ambiente no qual estão inseridos na tentativa de reduzir as incertezas. Isso resulta em alterações no ambiente que geram novos desafios para compreendê-lo

A estrutura imposta pelos seres humanos pode reduzir a incerteza, mas não eliminá-la. As restrições impostas possuem resultados incertos que refletem tanto a nossa compreensão imperfeita do ambiente, quanto da natureza imperfeita dos mecanismos de regras formais e informais que utilizamos. De acordo com North: “the study of the process of economic change must begin therefore by exploring the ubiquitous efforts of human beings to deal with and confront uncertainty in a non-ergodic world” (2005, p.5).

As instituições são alteradas visando reduzir a incerteza, mas por se tratar de um mundo não ergódico (as decisões tomadas são irreversíveis<sup>10</sup>), onde o futuro não necessariamente é uma continuação (previsível) do presente, os agentes por vezes tomam decisões que não são racionais (NORTH, 2005, p.17), dado que a realidade nem sempre é bem compreendida.

Uma vez que as instituições influem no desenvolvimento e modificam-se ao longo do tempo, a previsibilidade em relação ao futuro não fica tão clara, e a história demonstra isso. As instituições servem para explicar as modificações pelas quais as sociedades passam e que não eram explicadas de maneira adequada pela teoria neoclássica. A performance das economias é predominantemente a história da evolução das instituições. São as instituições que conectam passado, presente e futuro. Da forma com que o presente é explicado pelo passado, devido à dependência da trajetória, dependemos hoje da evolução passada de nossas instituições. Isso ajuda a compreender as inúmeras diferenças existentes entre os países, pois cada um construiu suas instituições percorrendo uma trajetória diferente.

Estes importantes conceitos estão diretamente interligados. Apesar da teoria ainda não estar bem desenvolvida, North reconhece que importantes avanços tem sido feitos nos últimos

---

<sup>9</sup> Embora esta frase possa parecer totalmente alinhada a teoria dos “neoinstitucionalistas” o autor acredita que ela está totalmente de acordo com as premissões da NEI, especialmente com aquelas formuladas por Douglass North. Os seres humanos enfrentam o problema de simplesmente desconhecer o futuro. Num mundo de incertezas, à medida que as sociedades humanas evoluem, são procurados meios de moldar o ambiente, a fim de reduzir as incertezas.

<sup>10</sup> “Ergodic is defined in Webster’s dictionary as ‘involving or relating to the probability that any state will recur, especially having zero probability that any state will never recur’. Therefore, ‘an ergodic stochastic process simply means that averages calculated from past observations cannot be persistently different from the time average of future outcomes’ (Davidson 1991, 132)” (NORTH, 2005. p.19)

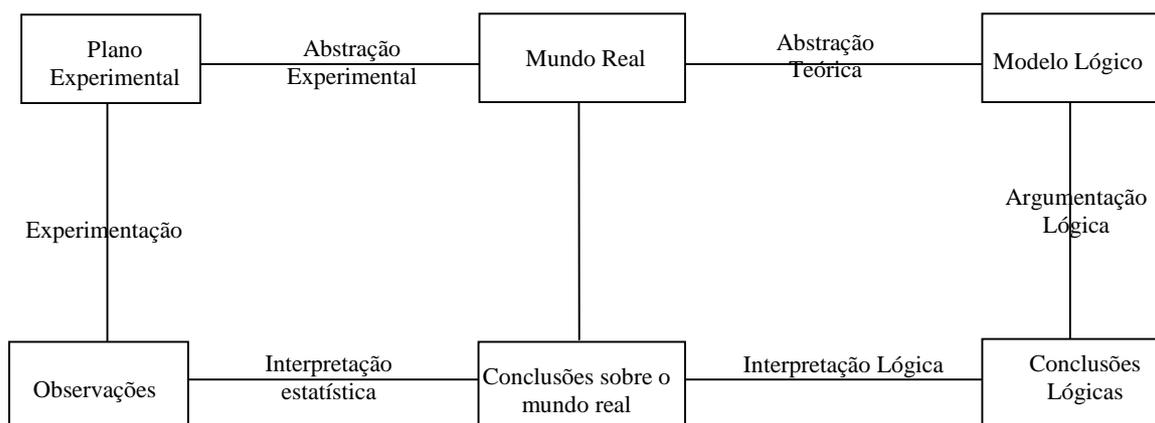
anos. Podemos verificar que o estudo das instituições já possui um corpo teórico bastante sólido, e para estudarmos a história econômica é necessário levarmos em conta as instituições e o arcabouço teórico institucionalista para que possamos compreender o processo. A compreensão deste processo é fundamental para entendermos não só as instituições, mas também o desenvolvimento e a história econômica.

#### 1.4 Metodologia

Será aplicado o marco teórico proposto pela Nova Economia Institucional na história econômica do Brasil, bem como da *Cliometria*, buscando, a partir destas abordagens, uma nova interpretação para o período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, quando ocorre uma consolidação do capitalismo no Brasil. Será verificado se esta abordagem pode contribuir no entendimento das mudanças sócio-econômicas que levaram a modificação das relações de produção.

Ferguson (1990, pp. 4-5) mostra os possíveis métodos dos quais a economia se utiliza para explicar o mundo real. Ambos partem do mundo real e ambos chegam a conclusões sobre o mundo real. Um deles é o *método lógico*, o outro o *método estatístico*. O autor procurará neste trabalho valer-se dos dois métodos.

Figura 1.1: Métodos utilizados pela Ciência Econômica



Fonte: Ferguson, 1990, p. 5

De maneira análoga, McCloskey diz: “Economics has always wavered between the blackboard and the archive” (1994, p .161).

Young economists are realizing that we cannot achieve all things in economic science by staring at a blackboard. It is a scientific scandal that evolutionary biology, inspired by economics, has so much exceeded it in empirical depth. Economists should at least occasionally look at the unstylized facts. The unstylized facts are historical. This conclusion, contrary to the long trend since the 1960s, is one that the elders of the profession have been articulating in their presidential addresses regularly in recent years, with an urgency bordering on despair. (Wassily Leontief, Michio Morishima, Maurice Allais, Thomas Mayer, and Robert Solow, for example, have written in this way, as have numerous others from the generation that nurtured blackboard economics.) (McCLOSKEY, 1994, 163)

O trabalho será desenvolvido principalmente por meio da análise e da comparação de textos já consagrados na literatura. No capítulo 4, além da comparação de literaturas, serão utilizados dados estatísticos, como os obtidos a partir do estudo de inventários<sup>11</sup> e de séries históricas disponíveis, para ilustrar os argumentos apresentados.

No segundo capítulo será descrito o método da economia institucional e sua importância na história econômica, a partir da crítica ao método neoclássico. Também será exposta a contribuição da “cliometria” ao estudo da história econômica e da aplicação dela ao estudo da escravidão nos Estados Unidos.

No terceiro capítulo será realizada uma revisão da literatura historiográfico-econômica a respeito das transformações pelas quais passou a economia Brasileira no século XIX (focando na utilização do trabalho escravo), iniciando a partir das transformações que ocorriam na economia mundial. Serão descritas as principais interpretações sobre este período de nossa formação econômica, sobretudo no que diz respeito à formação do capitalismo no Brasil. Ao final do capítulo serão consideradas algumas contribuições da historiografia recente.

No quarto capítulo será feita a aplicação da teoria da nova economia institucional para a realidade brasileira do século XIX. Serão analisadas especificamente as transformações ocorridas no estado do Rio Grande do Sul, buscando contextualizá-las no contexto brasileiro e mundial e procurando fazer a conexão com o marco teórico utilizado.

---

<sup>11</sup> Este é um expediente bastante comum na pesquisa historiográfica, utilizada, por exemplo, em NOGUERÓL (2007), bem como em muitas outras obras. Consiste em verificar a situação patrimonial dos indivíduos, por ocasião do falecimento, quando todas as posses eram discriminadas. Estes documentos de época fornecem um montante substancial de dados para serem analisados.

## 1.5 Dados

Os dados serão os mesmos utilizados em NOGUERÓL (2007), levantados a partir de pesquisa em inventários realizados no estado do Rio Grande do Sul no período em análise, entre 1800 e 1887. São dados tabulados a partir dos inventários pesquisados no *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Os inventários eram, e ainda são, a maneira de legalizar a transferência do patrimônio de uma pessoa morta (ou, eventualmente, uma pessoa interdita) para pessoas vivas – os herdeiros. Se aceita a fidedignidade destes relatos, pelo número de interessados no inventário, principalmente herdeiros e credores, além dos avaliadores (louvados), escrivões e juízes.

Além deste, serão utilizadas estatísticas apresentadas pelo IBGE (2000) e também nas demais obras utilizadas como referências bibliográficas nesta dissertação, como THOMAS, 2006 e CARVALHO, 2007.

## 2 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E O ESTUDO DA HISTÓRIA ECONÔMICA

Este capítulo irá relacionar o estudo das instituições com a história econômica. De acordo com Douglass North:

Writing history is constructing a coherent story of some facet of the human mind. We do not recreate the past; we construct histories about the past. But to be good history, the story must give a consistent, logical account and be constrained by the available evidence and available theory. A brief answer to the question is that incorporating institutions into history allows us to tell a much better story than we otherwise could (NORTH, 1990, p.131)

A história econômica é fundamental desde o surgimento da economia. Quando Adam Smith lançou as bases da Economia moderna (enquanto Economia Política) estava buscando as causas da riqueza das nações. O que ele fez, e boa parte dos pesquisadores segue fazendo, foi identificar, por meio da História, as variáveis que levaram algumas sociedades à afluência. A economia nasce relacionando a história com o desenvolvimento. Entretanto, com o passar dos séculos esta matéria deixa de se chamar Economia Política para tornar-se Ciência Econômica passando a valorizar a estática em detrimento da dinâmica. Os processos importavam cada vez menos, até a economia tornar-se praticamente desprovida de história. Neste ponto está a maior contribuição dos teóricos da Nova Economia Institucional, principalmente Douglass North: trazer novamente a história para dentro da economia. Num movimento semelhante, Fogel (e North no início de sua carreira) e os demais cliometristas, levaram a teoria econômica e a econometria para dentro da história.

A utilização da história traz inúmeros benefícios para a economia, como destacou Goldin:

History serves economics in various ways. Most importantly, history is essential because it is risky to base conclusions on transient phenomena. The past, many economic theorists have discovered, is a giant experiment station for economic ideas. And empiricists have learned that historical data are often better (for example, because of less litigious environments) and provide larger samples (that is, longer time series). The histories of the developed world are backdrops, and often provide advice, for current developing countries. Finally, remnants of the past, which shape the realm of the possible today, are always with us as laws, norms, structures, institutions, and even people. In short, only the oblivious can ignore history in modern economics, and only the unenlightened would choose to do so (GOLDIN, 1995, pp. 191-192).

Com isso a economia passa a dispor de valores pragmáticos da história econômica, como: mais e melhores fatos econômicos; melhor teoria econômica; melhores políticas econômicas e a formação de melhores economistas.

Além da teoria institucionalista, também será alvo de menção o papel da cliometria na história econômica. A descrição da evolução da cliometria será feita com base nos próprios autores, como Fogel, assim como North, mas também serão consideradas as contribuições feitas por McCloskey.

Porém, antes de iniciarmos o estudo da teoria das instituições, é importante analisarmos a teoria neoclássica, visto que ela é a principal teoria dentro da ciência econômica, servindo de base ou então como alvo das críticas de outras correntes teóricas. A teoria neoclássica será explicada tanto a partir da obra de seus criadores e defensores, quanto a partir de críticas feitas a esta teoria.

## **2.1. O método da economia neoclássica**

Podemos afirmar que a economia neoclássica surgiu no final do século XIX, a partir da junção da economia clássica com a revolução marginalista em curso, processo que ficou conhecido como “primeira síntese neoclássica”. A principal mudança dos neoclássicos em relação aos clássicos está na teoria do valor. Desde Adam Smith, os economistas atribuíam a fonte do valor ao trabalho. Por volta de 1870, uma série de economistas, como Carl Menger, William Stanley Jevons, Léon Walras, Alfred Marshall e Vilfredo Pareto, passam a aplicar o cálculo marginal, bastante utilizado na matemática e na física, na economia. Utilizando-se disso, passam a atribuir a fonte do valor à utilidade.

É na época em que ocorre a revolução marginalista que a economia muda de *status*, passando de *economia política* para *ciência econômica*.

A economia neoclássica, por ter na utilidade seu ponto central, destaca a importância das preferências. A utilidade seria a qualidade que torna uma mercadoria desejada (FERGUSON, 1990, p. 23), dado o fato de diferentes indivíduos possuírem constituição fisiológica e psicológica diferentes, a utilidade consiste em conceito altamente subjetivo. De

acordo com a teoria, o principal objetivo dos indivíduos é a maximização da utilidade. Através das escolhas dos indivíduos, suas preferências são reveladas. A utilidade não é um valor cardinal, mas ordinal. O que importa é o ordenamento que os indivíduos são capazes de fazer de suas preferências<sup>12</sup>.

In the standard approach, behavior always takes the form of constrained maximization. The actor chooses from some specified set of options, selecting the option that maximizes some objective function. In orthodox theory, consumers have *preferences* that are represented by a *utility function*, and they choose in a way that maximizes their utility subject to a *budget constraint*. Firms, on the other hand, are modeled as *maximizing profits* subject to the constraints imposed by their *technological production possibilities set* (KREPS, 1990, p. 4).

Para a que a teoria mantenha-se consistente, é necessário que as propriedades das preferências sejam mantidas: que as preferências sejam consistentes, que os indivíduos possuam informação completa (hipótese que posteriormente é relaxada).

Se o indivíduo prefere consumir o bem A em relação ao bem B, e preferir B em relação a C, deverá preferir A em relação a C. Aparentemente estas relações simples eram corretas, tanto que durante décadas foram pouco contestadas. Atualmente, porém, trabalhos como o estudo empírico realizado por Sippel (An Experiment on The Pure Theory of Consumers Behaviour), ou por Jon Elster (When Rationality Fails) questionam a validade destas suposições, através de experimentos onde a racionalidade das decisões tomadas pelos indivíduos não é muito clara.

A racionalidade do comportamento humano é estudada a partir das escolhas feitas pelos indivíduos.

Os modelos clássicos de escolha racional supõem:

- o conhecimento de todas as alternativas disponíveis;
- o conhecimento (ou a habilidade para computar) das conseqüências que seguirão cada alternativa;
- a certeza dos tomadores de decisão quanto à avaliação do presente e do futuro;

---

<sup>12</sup> Inicialmente houve a tentativa de atribuir valores cardinais à utilidade. Mas além de ser uma medida contra-intuitiva era totalmente desnecessária para a formalização matemática das preferências, como mostraram os trabalhos de Edgeworth, Irving Fisher e Vilfredo Pareto. Posteriormente, Paul Samuelson formulou o axioma da preferência revelada, segundo o qual o consumo dos indivíduos revela suas preferências, podendo, a partir desta

- a habilidade de comparar conseqüências, independente da diversidade e heterogeneidade em termos de medidas consistentes de utilidade. (SIMON, 1978, p.353)

Kreps (1990, pp. 4-5) aponta três princípios para não vermos os indivíduos consultando suas funções de utilidade:

1- Os modelos não presumem que os consumidores ativamente maximizam alguma função de utilidade tangível; a suposição é que os consumidores agem *como se* fosse isso que eles fazem;

2- As violações da racionalidade não importam muito (veremos ao longo deste trabalho que estes postulados são passíveis de crítica pelos economistas comportamentais e institucionais), as conclusões do modelo seriam aproximadamente válidas;

3- Mesmo que ocorram violações sistemáticas ao modelo por parte dos indivíduos, “we can still gain insight into questions of interest by studying models where we assume away those violations. This line of defense is delicate because it requires the theorist to have a deep understanding of which assumptions drive the conclusions that are generated by the theory”(1990, p.5).

O questionamento que surge é quão importantes são os desvios do comportamento otimizador. Para Sippel, é necessário reconhecer os limites desta teoria, principalmente como ela descreve o comportamento humano. Por causa disso, Sippel aconselha os economistas a serem mais modestos em suas ambições imperialistas, de explicar comportamento fora dos mercados através de princípios econômicos.

O enfoque neoclássico está nas relações de curto prazo. O tempo está presente apenas como uma variável. O seu método de análise, a estática comparativa, consiste na “comparação de dois equilíbrios estáticos com o propósito de determinar o que acontece às variáveis quando há um deslocamento de um equilíbrio para outro” (FERGUSON, 1990, p. 11). Este método funciona como a comparação entre duas fotos tiradas em momentos distintos, não levando em conta a evolução existente, e considerando que em cada momento a economia tende a retornar ao seu ponto de equilíbrio.

---

observação, saber a função que maximiza a utilidade dos indivíduos, sem qualquer questionamento a respeito de utilidades ou preferências.

Esta é talvez uma das principais falhas da economia neoclássica: acreditar que o seu método é válido para qualquer época, independente da cultura e de diferentes condições institucionais. Talvez por não considerarem estas diferenças, poucos economistas neoclássicos dedicaram-se ao estudo da história econômica<sup>13</sup>. A crítica institucionalista que aponta estas falhas será vista ao longo deste capítulo. De acordo com North (2005) a teoria neoclássica não foi criada para explicar o processo de mudança econômica.

Um aspecto a ser destacado na economia neoclássica é a sua capacidade de metamorfosear-se, absorvendo os progressos da teoria econômica, bem como parte das críticas. Certos aspectos críticos são rejeitados, mas outros são absorvidos, passando a fazer parte do núcleo da teoria. Dado isto, a economia neoclássica de hoje é substancialmente diferente do que era há um século.

### 2.1.1 O surgimento da Cliometria

A cliometria é um movimento que ocorreu na história econômica na década de 1960, a partir da utilização de dados estatísticos e técnicas econométricas, demonstrando algumas vezes que interpretações consolidadas a respeito da história estavam equivocadas. Isso foi possível graças ao desenvolvimento da econometria durante a década de 1930. Da mesma forma que a teoria neoclássica incorporou em seu corpo teórico alguns avanços como a utilização da econometria, alguns estudiosos da história econômica também a adotaram.

A aplicação de métodos estatísticos à história econômica foi a razão pela qual Douglass North e Robert Fogel tiveram seus trabalhos reconhecidos sendo laureados com o Prêmio Nobel de Economia\*. Fogel e North não foram os primeiros economistas premiados pelo Nobel a estudarem a história econômica. Entretanto eles renovaram esta disciplina, inserindo uma maior formalização matemática e estatística nela. Esta revolução na maneira de se fazer história econômica teve início na década de 1960, foi nesta época que Douglass North e William Parker tornaram-se editores do *Journal of Economic History*. O termo designado para este tipo de estudo foi “Nova História Econômica”, ficando popularmente conhecido

---

<sup>13</sup> Alfred Marshall foi o economista neoclássico que propôs a inserção da variável tempo na função de produção, distinguindo o curto do longo prazo. De acordo com Roll (p. 235), Marshall, em seus *Principles of Economics* tentou combinar teoria econômica, história econômica e história das doutrinas econômicas. Heilbroner (1996, p.196) aponta que a principal contribuição de Marshall “foi a insistência quanto à importância do *tempo* como elemento fundamental na realização do processo de equilíbrio”. Ou seja, apesar da tentativa de inserção de elementos históricos nos modelos neoclássicos, estes continuam sendo modelos de equilíbrio, que consideram o tempo apenas como uma variável, não levando em conta as especificidades históricas.

como “Cliometria”. Um fator que contribuiu para esta revolução foi a evolução tecnológica que difundiu o uso de computadores, que permitiu que os dados fossem explorados por métodos econométricos mais avançados.

O que distingue os cliometristas dos demais historiadores econômicos é o método. Cliometria é a aplicação de teoria econômica e de métodos quantitativos no estudo da história. “The term marries the muse of history – Clio – to measurement and was coined by Stanley Reiter, a mathematical economist then at Purdue University and a collaborator of two of the first cliometricians, Lance Davis and Jonathan Hughes” (GOLDIN, p.191). A história costuma basear-se na descrição dos fatos feita no passado. A utilização de estatísticas ajuda a saber se casos descritos na literatura são a regra geral ou apenas casos específicos. No caso da escravidão, é importante saber se um relato foi escrito com base na descrição de uma situação representativa, ou se a situação analisada é uma exceção.

Porém os cliometristas não são apenas quantitativistas: são economistas que aplicam a teoria econômica aos fatos históricos.

Cliometrics emerged 40 years ago to combine economic theory and quantitative analysis for the advancement of history and economics. As an intellectual movement, it aspired to enhance the study of past economies by subjecting them to the rigor of economic theory and quantitative analysis, while utilizing the richness of history to evaluate and stimulate economic theory and to improve our comprehension of long-run economic processes. The contribution of this approach is immeasurable: it has altered and enriched our perceptions regarding numerous issues in economic history while contributing a great deal to economic theory and policy (GREIF, 1997, p. 400).

Eles diferenciam-se dos demais historiadores econômicos, por buscar compreender a relevância dos fatos explicados por trabalhos descritivos. Enquanto que relatos podem estar descrevendo uma exceção, a análise dos dados visa elucidar a real importância. McCloskey (1978, p.18) afirma que os cliometristas possuem uma paixão por responder as questões que a maioria dos historiadores não se interessa: quão grande? Quão duradouro? Com qual frequência? Qual a representatividade?<sup>14</sup>

De acordo com Greif (1997), o principal arcabouço teórico utilizado pelos cliometristas desde os primeiros dias da revolução cliométrica tem sido a economia

---

<sup>14</sup> “the cliometrician has had a passion for answering the questions that most other historians find dull beside the fine phrase and generous sentiment: ‘how large? how long? how often? how representative?’” (McCLOSKEY, 1978, p. 18).

neoclássica (p. 400). Porém, a teoria neoclássica acabava por limitar os assuntos que poderiam ser abordados.

Others responded by ingeniously extending neoclassical theory to examine such diverse issues as institutional changes and technological development as though markets determine the outcomes.

The above is not a criticism of the usefulness of neoclassical theory for economic history analysis. It is a criticism of the use of a single body of theory to direct all economic history analyses for all issues in all past and present economies (GREIF, 1997, p. 401).

Cabe ressaltar que a utilização de dados estatísticos e ferramentas econométricas não tornam a história mais ou menos neoclássica. Só evidenciam aspectos por vezes esquecidos, ou corroboram as interpretações existentes. A associação da econometria com a economia neoclássica deve-se muito mais à frequência da utilização desta por estes economistas, do que por um viés teórico-ideológico deste instrumental.

Inicialmente ocorreu rejeição da cliometria por parte de historiadores:

Those who were formalizing the field were viewed as outsiders. They were economists, not historians or economic historians. The insiders claimed the outsiders were theorists with little knowledge of the facts and with no sense of history (GOLDIN, 1995, p. 194).

Os cliometristas preocuparam-se mais em convencer os historiadores da importância da utilização de métodos vindos da economia do que em convencer os economistas da importância do estudo da história.

For fifteen years or so cliometricians have been explaining to their colleagues in history the wonderful usefulness of economics. It is time they began explaining to their colleagues in economics the wonderful usefulness of history. Wonderfully useful it is, a storehouse of economic facts tested by skepticism, a collection of experiments straining the power of economics in every direction, a fount of economic ideas, a guide to policy, and a school for social scientists. It is no accident that some of the best minds in economics value it highly. What a pity, then, that the rest have drifted away. Does the past have useful economics? Of course it does. (McCLOSKEY, 1976, p. 455)

In this respect, indeed, by their attachment to the ivory tower, historical economists have much in common with mathematical economists. Further, though in their fascination with markets both activities are recognizably economic, both practitioners are likely to be met with a glassy stare and a change of subject when they speak of probate records or fixed point theorems to their colleagues in the coffee room. There remains, to be sure, one conspicuous point of asymmetry: forty years of investment in mathematizing economics and of disinvestment in historicizing economics has made it less acceptable among economists to admit ignorance of mathematics than to admit ignorance of history. The days are passing when the social sciences bridged the two cultures, literary and scientific, and economics burned the bridge long ago. (McCLOSKEY, 1976, p. 439)

A formalização encontrou mais barreiras entre os historiadores econômicos do que entre os economistas<sup>15</sup>. Enquanto que os avanços foram rapidamente absorvidos pela teoria econômica, levaram muito mais tempo para serem absorvidos na pesquisa histórica e causaram uma polêmica muito maior.

Para McCloskey (1976), os cliometristas seriam imperialistas intelectuais. Porém, em meio à sua conquista externa, teriam se esquecido de buscar apoio interno. Teriam também deixado de lado a tarefa de convencer os outros do valor da história na economia. “Those they did persuade - the ‘new’ economic historians or ‘cliometricians’-ignored the task of persuading their doubting colleagues and directed their rhetorical energies instead towards non-economists, chiefly historians” (p.438).

McCloskey aponta que entre os historiadores sociais a habilidade com matemática e estatística seria a mesma de uma criança de dez anos (p. 439). “It is meritorious in such circles to be innocent of numbers, as to be free from some mental defect”. Porém entre os economistas também havia um comportamento similar: “It is true, nonetheless, that an applied economist dealing habitually with inherently historical issues would be ashamed to admit that he is ignorant of differential equations or identifiability, yet admits with no sense of loss that he is entirely ignorant of what occurred in the economy he studies before 1929 or 1948 or 1970.”

Outra dificuldade apontada para a disseminação das técnicas econométricas no estudo da história, seria a escassez e a dificuldade de encontrar dados e séries históricas antigas.

Badly educated economists believe there are ‘no data’ before the year in which the reference book nearest to hand begins its series on income or wages or exports, and twenty years ago most historians, even economic historians, would have agreed with them. Some still do, dropping with relief the task of measurement before 1900 as soon as they hit on one or another specious reason for doing so: that perfect accuracy is not attainable (estimates have errors), that no individual possesses the attributes of the average individual (distributions have variances), or that statistics dehumanize history (sets are defined for limited characteristics of the objects included). The economist should be aware that the case against statistics in history rests on such pitiable foundations, however pleasing it may be for him to suppose that the historian possesses special tools of insight superior to the spirit-killing tools of his own trade. The computer and the resulting advance in quantitative history, led by the new economic historians, have in any case given statistical agnosticism in history a quaint look (McCLOSKEY, 1976, p. 442)

---

<sup>15</sup> “Formalization caused more of an uproar in economic history than elsewhere in economics”. (GOLDIN, 1995, p. 194).

Como mostra McCloskey, seria uma ingenuidade supor que as estatísticas do passado sejam de má qualidade. Isso seria superestimar a qualidade das estatísticas atuais e subestimar a qualidade de estatísticas históricas.

Entretanto, podemos fazer uma ressalva, no Brasil as séries históricas, normalmente iniciam mais tarde. O primeiro censo foi realizado apenas em 1872, fato que, todavia, não impede a utilização nem a construção de dados anteriores a isto, como é o caso dos dados utilizados neste trabalho.

Tanto North quanto Fogel foram pioneiros na história econômica nos Estados Unidos: seus precursores encontravam-se na Europa<sup>16</sup>. Além do pionerismo na história econômica, North enveredou no estudo das instituições, a primeira corrente teórica surgida no continente americano.

By walking on two feet, Fogel and North created historical economics in the United States. The European precursors included Heckscher and Schumpeter, Brinley Thomas and Alexander Gerschenkron, among others -a thin, bright stream that became a river in the American Midwest. Until the 1950s the writers on American economic history were dominated by institutionalism of a German sort, spurning neoclassical economics of a British, Austrian, and Swedish sort. Fogel and North, together with groups at Purdue, Toronto, Harvard, and Yale, brought the two conversations back together (McCLOSKEY, 1994, p. 161).

De acordo com McCloskey (1994), Fogel foi o modernizador da história econômica, levando-a as fronteiras do estudo da economia e da história. Nenhum outro economista combinou tão exaustivamente os valores da história e da economia. Ele, assim como North, inspirou vários economistas que seguiram sua linha de pesquisa, moldando completamente a pesquisa em uma parte da economia.

Above all, what explains the main event in human history since the invention of writing, modern economic growth? To this last question North and Fogel have devoted their careers. Are great inventions the key to growth? [Fogel] What role does foreign trade play in the wealth of nations? [North] How does human liberty change an economy? [Fogel] How have rights to property engendered enterprise? [North] How do riches affect health? [Fogel] (McCLOSKEY, 1994, p. 163).

Apesar de Fogel e North inicialmente terem sido considerados Cliometristas, atualmente é possível distinguir metodologias de pesquisa distintas, embora desde o início fosse possível vislumbrar que os enfoques já eram diferentes.

Fogel is the premier empiricist, who establishes a fact and then establishes it over and over again until he is confident he can persuade the most determined skeptic.

---

<sup>16</sup> “If the *Annales* school is characteristically French, and the Marxist school characteristically German, the cliometric school is characteristically American”. (McCLOSKEY, 1978, p.23)

Douglass North is the grand theorist, arbitrating between economic history and organization theory. Fogel's current subject area investigates the nexus of nutrition, health, and productivity. North's is the role of institutions and organizations in economic growth, with particular reference to the countries of the former Soviet bloc. Yet in their early works, one can see the fuller agenda they would eventually pursue (195).

North foi cada vez mais rumando para o estudo das instituições, ao perceber na história o aparecimento de instituições favoráveis ao desenvolvimento econômico.

Mesmo com Fogel e North seguindo direções diferentes em suas linhas de pesquisa, um tema permaneceu comum ao trabalho de ambos. O processo de desenvolvimento econômico moderno, iniciado por volta de 1700 e que permitiu um melhora sem precedentes nas possibilidades e condições de existência dos seres humanos. Não se verificou apenas um aumento sem precedentes nos níveis de renda *per capita*, mas melhoras significativas nas taxas de mortalidade e expectativa de vida<sup>17</sup>. De uma forma ou de outra, esta questão do desenvolvimento econômico permanece presente ao longo das obras destes dois importantes economistas.

What is it then that makes economic historians, such as Robert Fogel and Douglass North, unique among economists? It is not that they study the past, use historical data, exploit the past for natural experiments, use a particular methodology, are open to the ideas from other disciplines, or find lessons in the past for developing countries. Rather, it is all of these plus one indispensable ingredient. Economic historians study economies over the long term. The evolution of economies is their particular niche. (GOLDIN, 1995, p 207).

O caminho que North e Fogel descobriram (ou redescobriram, visto que, o trabalho de economistas como Adam Smith, Karl Marx e Alfred Marshall era, em grande medida, histórico) é, de acordo com a visão de McCloskey, o caminho que a economia deve seguir como ciência.

North and Fogel do not go about their scientific business in quite the same way, and the difference has caused some confusion. North is fond of saying that he has rejected neoclassical economics in favor of a revival of institutionalism. Most confusingly, this inventor of it claims that he now opposes historical economics, because it 'does not study institutions'. But he here misunderstands his own work. His work on ocean freight rates, for example, though entirely quantitative and neoclassical in technique, studied the institution of foreign trade. Fogel's work on railways studied the institution of invention in capitalist societies. Historical economists have always studied institutions, ranging from medieval open fields to the American central bank in the 1930s. Slavery is the leading case. Fogel, who is construed by North to be merely neoclassical and non-institutional, has spent twenty years investigating that peculiar institution from the point of view of incentives and political economy.

---

<sup>17</sup> É bem verdade que esta melhora ocorreu primeiramente nos países ditos hoje como “desenvolvidos”, e que só foi ocorrer com atrasado no restante do mundo, sendo que algumas partes, como o continente africano de modo geral ainda estão passando por este processo de transição demográfica.

The real difference between Fogel and North is the difference between statics and dynamics. (I use 'dynamics' in its technical sense, not as a synonym for 'better' or 'my theory'.) The studies of institutions that Fogel and I and many other historical economists practice are comparative statics. They are snapshots of the rationale for institutions at a single time. The studies of institutions that North has come to advocate are dynamics, moving pictures. The one is metaphorical, the other narrative. The one is synchronic, a cross section, the other diachronic, a time series. The one is precise, but sacrifices historical movement. The other is storytelling, but imprecise. But of course a complete historical economics, like a complete linguistics, requires both. It is another case of walking on both feet if you are endowed with two of them. (McCLOSKEY, 1994, 164-165)

Os economistas anteriores ao movimento da cliometria procuravam relacionar os fatos estudados com o conhecimento existente a respeito das instituições. Porém, sem o conhecimento (disponível atualmente) e o rigor econômico e econométrico.

Economic historians today are primarily concerned with economic growth, the persistence of institutions, and the roots of current economic issues. In the past, it was the focus on institutions that made economic historians appear to be distinctive. Because that knowledge is now subject to the same rigor as some other economics does not mean that it is any less special and certainly does not mean that economic historians possess less of it. Economic historians who came before the cliometric revolution distinguished themselves by mastering a wide array of facts and by their knowledge of institutions. But without the rigor of economics and econometrics, they sometimes built on faulty reasoning. Because theories were not tested properly, important data were often overlooked. By bringing economic history into modern economics, cliometricians have not ended economic history. On the contrary, they have brought it to a higher plane (GOLDIN, 1995, pp. 206-207).

Isto não é demérito para os antigos estudiosos de história econômica. Trata-se apenas do destaque aos cliometristas, por levarem a história econômica até um nível mais elevado. Os novos historiadores econômicos são bons historiadores e economistas, da mesma maneira que os melhores economistas são ao mesmo tempo cientistas sociais e matemáticos aplicados<sup>18</sup>.

Os primeiros trabalhos de Fogel, como sobre a importância das estradas de ferro para a economia norte-americana, utilizavam o método da história contrafactual, isto é, a história que não aconteceu, que estuda o que poderia ocorrer caso a história ocorresse de maneira alternativa. Utilizando-se desta técnica, Fogel calculou o impacto da inexistência das ferrovias no PIB estadunidense.

Depois disto, Fogel direcionou sua pesquisa para o assunto que foi seu principal objeto de estudo durante as décadas que se seguiram: a escravidão nos Estados Unidos. Seu trabalho, em conjunto com Stanley Engerman foi revolucionário, gerando intensos debates e críticas. O

---

<sup>18</sup> "But the best new economic historians are historians as well as economists, just as the best economists are social scientists as well as applied mathematicians"(McCLOSKEY, 1976, p. 450).

ponto central da obra de Fogel era a discussão da racionalidade capitalista da escravidão. Ele afirmou que as fazendas do sul dos Estados Unidos que utilizavam mão-de-obra escrava eram produtivas e eficientes. E que as condições materiais de vida dos escravos não eram tão terríveis quanto se supunha.

Como aponta McCloskey, “Fogel and Engerman were able to show, however, that Southern slaveowners, capitalistic as they were, used market mechanisms as well as the whip to manipulate their slaves” (1976, p. 452).

Em *Time on the Cross* Fogel apresenta dados relativos à nutrição, mortalidade infantil, expectativa de vida, vestimenta, etc. dos escravos do sul dos Estados Unidos. Fogel utiliza dados relativos ao consumo de calorias ou ao tamanho médio de uma população para determinar as condições de saúde, podendo com estes dados comparar populações diferentes. Se em relação aos trabalhadores livres do norte dos Estados Unidos eles encontravam-se em desvantagem, se comparados com as populações livres de outros países as condições eram semelhantes ou até mesmo melhores. Tomemos como exemplo a expectativa de vida ao nascer em 1850 (pp. 125-126): a dos escravos era 12% menor que a dos brancos, porém estava em níveis semelhantes às das populações de países como a França e a Holanda, e à frente de países como Itália, Áustria e a expectativa atingida pela população chilena na década de 1920!

A pesquisa de North na teoria das instituições seria uma continuação da linha de pesquisa iniciada por ele no início da década de 1970. “North's most recent writings are a continuation of an agenda he began in the early 1970s” (GOLDIN, 1995, p.201). Ao pesquisar a história econômica, North passou a questionar as razões do sucesso das economias européias ocidentais e dos Estados Unidos, buscando identificar as fontes do desenvolvimento econômico. O crescimento econômico moderno é descrito por North como o evento mais importante para a humanidade desde a primeira revolução econômica de dez milênios atrás.

North parte do estudo de estatísticas demográficas, econômicas, tecnológicas e de características institucionais e as ligações entre elas:

Economies are characterized by innumerable statistics on their demographic, economic, technological, and institutional features, but what one really needs to know is the interplay among all these features that makes them work over time. The foundations of that interplay at any moment of time are three: demography which describes the quantity and quality of human beings; the stock of knowledge that the society possesses which determines the human command over nature; and the institutional framework that determines the rules of the game. The demographic

characteristics include not only the fertility, mortality, and migration characteristics and the labor-force composition, but also the stock of human capital (derived from the stock of knowledge). The stock of knowledge determines the potential upper bound of the wellbeing of the society. The institutional framework determines the incentive structure of the society. It is the interplay among these three that shapes the performance of the economy. We still know all too little about this interaction at a moment in time although we do have some limited hypotheses about parts of the interaction. But the self-conscious modeling of this interaction over time is the core of what the discipline of economic history should be about (NORTH, 1997, p. 413).

Em 1997, ao refletir sobre as quatro décadas de estudos cliométricos, North afirma que os historiadores econômicos estão apenas iniciando o desafio de compreender e modelar estas ligações:

Economic historians are beginning, just beginning, to confront this challenge (NORTH, 1997, p. 413).

The precliometric economic history actually was built around institutions, and in the hands of its most accomplished practioners it managed to provide us with an evolutionary story. But because it was built on bits and pieces of theory and statistics that had no overall structure, it did not lend itself to generalizations or analysis extending beyond the essentially ad hoc character of individual stories. The cliometric contribution was the application of a systematic body of theory – neoclassical theory – to history and the application of sophisticated, quantitative techniques to the specification and testing of historical models (NORTH, 1990, p. 131)

A partir da cliometria, ele passou a direcionar-se para o estudo das instituições:

According to North, the cliometric revolution helped economic historians make progress in understanding why economies perform favorably, given institutions, but not what the role of institutions is. With an enabling structure, capital can accumulate, innovation can flourish, and economic growth can be sustained. (GOLDIN, 1995, p.203)

A partir da contextualização feita na seção acima, será possível no decorrer do capítulo uma análise pormenorizada da obra de Douglass North. Antes disso, no entanto, será considerada a contribuição de Herbert Simon na crítica à economia neoclássica. Os pressupostos comportamentais que Simon utiliza para criticar a teoria econômica tradicional são utilizados, em grande medida, pelos teóricos da Nova Economia Institucional. Por causa disto, antes de aprofundarmos-nos nas obras de Douglass North, convém fazer um breve estudo a respeito dos principais tópicos da teoria de Simon, principalmente, no que diz respeito ao comportamento humano e a racionalidade.

*2.1.2 A crítica de Herbert Simon aos pressupostos teóricos neoclássicos sobre a racionalidade.*

Antes de aprofundarmos o estudo da economia institucional, é conveniente uma breve explanação a respeito dos limites e das falhas da economia neoclássica, a partir da crítica da economia comportamental, tendo como base os trabalhos de um dos seus principais expoentes, Herbert Simon. Apesar de este ramo da ciência econômica ter surgido após o que estuda as instituições, aqui ele será analisado antes, tendo em mente que há uma evolução mútua dos dois campos, com bastante intercâmbio de conceitos. A economia institucional surge na virada do século XIX para o XX, enquanto que a economia comportamental surge quase meio século depois, mas a Nova Economia Institucional aproveita-se de conceitos explorados pela economia comportamental, por isso, por fins didáticos, preferiu-se iniciar pela exposição da crítica comportamental para após expor a crítica institucionalista.

Herbert Simon, em 1978, ao ser premiado com o Nobel, fez um diagnóstico do desenvolvimento atual (naquela época, mas que de fato, permanece, em boa medida, até hoje em dia) da ciência econômica, constatando que ela se encontra centrada no estudo normativo das economias nacionais e internacionais e nos mercados, com os seus três principais conceitos: pleno emprego dos recursos, alocação eficiente dos recursos e distribuição do produto. A teoria econômica estava atenta a apenas um aspecto da natureza humana: a razão, especialmente a aplicação dela para os problemas de alocação frente à escassez.

A teoria da racionalidade neoclássica era simples, possibilitando assim a realização de previsões, ao contrário das teorias comportamentais, que levam em conta o ambiente no qual as decisões são tomadas e faz suposições mais realistas a respeito do comportamento humano.

The classical theory of omniscient rationality is strikingly simple and beautiful. Moreover, it allows us to predict (correctly or not) human behavior without stirring out of our armchairs to observe what such behavior is like. All the predictive power comes from characterizing the shape of the environment in which the behavior takes place. The environment, combined with the assumptions of perfect rationality, fully determines the behavior. Behavioral theories of rational choice - theories of bounded rationality - do not have this kind of simplicity. But, by way of compensation, their assumptions about human capabilities are far weaker than those of the classical theory. Thus, they make modest and realistic demands on the knowledge and computational abilities of the human agents, but they also fail to predict that those agents will equate costs and returns at the margin. (SIMON, p.347)

Em *Rationality in Psychology and Economics* Herbert Simon compara os conceitos de racionalidade na economia e na psicologia. Os economistas costumam tratar o comportamento humano como racional. Já os psicólogos estão preocupados tanto com o comportamento racional quanto com o irracional. Mas ambos concordam que os indivíduos possuem

motivações para seus atos, e agem utilizando (bem ou mal) a razão para atingirem seus objetivos.

As diferenças existentes dizem respeito, principalmente ao conceito de racionalidade. Para a economia a racionalidade é vista em termos das escolhas que produz, enquanto que para as demais ciências sociais ela é vista em termos dos processos que emprega. Ou seja, para a economia a racionalidade é substantiva e para a psicologia é procedimental (*procedural*). Isto implica na aceitação (ou não) do postulado de que o mundo é descrito como realmente é, e que o poder computacional do tomador de decisão é ilimitado. Conseqüentemente, não há diferença entre a realidade e a maneira que o indivíduo a percebe e é possível fazer previsões das decisões de escolha dos indivíduos baseado apenas no mundo real, sem ter conhecimento das suas percepções ou formas de cálculo. Por outro lado, não aceitando este postulado, é necessário construir uma teoria do processo de decisão, testando-a empiricamente, e é neste caminho que segue a economia comportamental.

Simon estabelece uma relação entre a racionalidade e as prescrições teóricas normativas e descritivas. Caso os humanos sejam racionais, dentro das limitações de informação e de poder computacional, haveria uma relação estreita entre os preceitos positivos e normativos.

If human decision makers are as rational as their limited computational capabilities and their incomplete information permit them to be, then there will be a close relation between normative and descriptive decision theory. Both areas of inquiry are concerned primarily with procedural rather than substantive rationality (SIMON, 1978, p. 351).

Simon aponta que os precursores da economia comportamental foram os institucionalistas. Os institucionalistas, tanto da tradição norte-americana quanto da européia, possuem a convicção de que a teoria econômica necessita de reformulação, para lavar em conta as estruturas legais e sociais nas quais as transações de mercado ocorrem.

How can human beings make rational decisions in circumstances like these? How are they to apply the marginal calculus? Or, if it does not apply, what do they substitute for it? (...)

There is no unique determination of these subordinate goals. Their formulation will depend on the knowledge, experience, and organizational environment of the decision maker. In the face of this ambiguity, the formulation can also be influenced in subtle, and not so subtle, ways by his self-interest and power drives (1978, pp. 352-353).

A tarefa é então substituir este modelo por outro que descreva como se dá (ou como provavelmente é) o processo de tomada de decisão quando:

the alternatives of search had to be sought out, the consequences of choosing particular alternatives were only very imperfectly known both because of limited computational power and because of uncertainty in the external world, and the decision maker did not possess a general and consistent utility function for comparing heterogeneous alternatives (1978, p. 353).

A formulação alternativa, então, é a da “racionalidade limitada” (*bounded rationality*):

Several procedures of rather general applicability and wide use have been discovered that transform intractable decision problems into tractable ones. One procedure already mentioned is to look for satisfactory choices instead of optimal ones. Another is to replace abstract, global goals with tangible subgoals, whose achievement can be observed and measured. A third is to divide up the decision-making task among many specialists, coordinating their work by means of a structure of communications and authority relations. All of these, and others, fit the general rubric of “bounded rationality”, and it is now clear that the elaborate organizations that human beings have constructed in the modern world to carry out the work of production and government can only be understood as machinery for coping with the limits of man’s abilities to comprehend and compute in the face of complexity and uncertainty. (SIMON, 1978, pp. 353-354)

Esta formulação vaga e inicial da idéia de racionalidade limitada demanda evolução teórica em direção a uma maior formalização da teoria e de sua verificação empírica.

Existem dificuldades em comprovar a teoria neoclássica empiricamente. As conclusões da teoria neoclássica dependem de suposições auxiliares factuais. O autor utiliza vários exemplos de fatos econômicos, com lacunas em que o comportamento humano de acordo com os pressupostos neoclássicos não se verifica. Não há, para a racionalidade substantiva, lugar para o foco de atenção. Simon demonstra, por exemplo, que indivíduos que já passaram por enchentes, estão mais propensos a fazerem seguros, independente da probabilidade deste evento ocorrer, diferente do que espera a teoria neoclássica. A teoria neoclássica também falha ao tentar explicar o ciclo econômico, independente da suposição das expectativas racionais.

Simon recomenda o fim do debate sobre se a teoria da racionalidade substantiva e as suposições de maximização de utilidade fornecem uma base suficiente para explicar e prever o comportamento econômico. Segundo ele, a evidência é muito forte de que não consegue isso.

Na década de 1950, já havia ocorrido um desenvolvimento nas teorias comportamentais alternativas à economia neoclássica. Porém, após a década de 1950, com o

desenvolvimento da teoria dos jogos, da econometria e da economia matemática, a economia neoclássica obteve nova força. Os economistas estavam ocupados demais com estes modelos elegantes para se preocuparem com as deselegâncias do comportamento humano no mundo real. Simon é contrário ao retorno da teoria economia a situação anterior a esse desenvolvimento formal, mas entende que ele concentrou as atenções dos economistas, desviando o foco, e esvaziando a discussão metodológica.

Neste período a teoria neoclássica incorporou alguns pontos de críticas onde ela era falha, como a economia da informação. Foram introduzidos limites e custos, mas o suposto da perfeita maximização não foi abandonado.

Já existe na psicologia um corpo substancial de teoria empiricamente testada sobre os processos que as pessoas usam para tomar decisões “razoáveis”. Este corpo de teorias diz que os processos são sensíveis a complexidade de contextos de tomada de decisão bem como de processos de aprendizado. A aplicação desta teoria procedimental de racionalidade para a economia necessita uma pesquisa empírica extensa, para determinar especificamente quanto do processo é moldado para o contexto no atual ambiente econômico e as conseqüências desta interação para o produto econômico destes processos.

O autor conclui que uma economia sem pesquisa psicológica e sociológica para determinação de tomada de decisão, o foco de atenção, o problema de representação e os processos usados para identificar alternativas, estimar conseqüências, e escolha entre possibilidades, etc. é incompleta e ineficiente. Ele faz uma analogia, comparando tal economia com uma tesoura de uma lâmina. Utilizando um instrumento adequado poderíamos cortar “através de nossa ignorância sobre o comportamento humano racional”, enfatizando a importância da utilização do conhecimento psicológico, numa tentativa da economia reconciliar-se com as demais ciências sociais, bastante afastadas desde a “Revolução” Marginalista.

Os autores institucionalistas procuram ir além destas limitações expostas, construindo um corpo teórico que engloba os efeitos do ambiente, da cultura e dos aspectos do comportamento humano na economia.

## 2.2 A crítica Institucionalista e a construção de um marco teórico alternativo

Desde o início do pensamento institucionalista, autores como Veblen, Commons e Mitchel, criticaram muitos dos pressupostos neoclássicos. Veblen, um dos pioneiros do “velho” institucionalismo, em 1898, ao perguntar-se porque a economia não era uma ciência evolucionária, referia-se à economia de tradição neoclássica após Marshall. Enquanto os neoclássicos formulavam sua teoria sobre condições de equilíbrio, considerando preferências individuais e tecnologia dadas, uma economia evolucionária deve ser uma teoria do processo, para Veblen a questão central não é como as coisas se estabilizam em um estado estático, mas como elas crescem e mudam continuamente e incessantemente (HODGSON, 1992).

O que torna os institucionalistas evolucionários é a negação de pensar a economia em torno da noção de equilíbrio ou ajustamento marginal, reiterando a importância do processo de mudança e transformação. A abordagem de Veblen centra-se em três pontos: na inadequação da teoria neoclássica em tratar as inovações, supondo-as dadas, desconsiderando as condições de sua implantação; na preocupação com a maneira como se dá a mudança e o conseqüente crescimento, e não com o equilíbrio estável; e na ênfase no processo de evolução econômica, e transformação tecnológica (CONCEIÇÃO, 2002, p. 122).

O institucionalismo surge, primeiramente, como uma crítica ao pensamento neoclássico. Monastério (2005b) aponta as objeções diretas feitas por Veblen ao *homo economicus* neoclássico. Elas podem ser organizadas em quatro tópicos, a saber:

- a) Restrições quanto à eficiência da racionalidade. Veblen opõe-se à caracterização do indivíduo como um maximizador que faz cálculos hedonistas ininterruptos. Ele também critica a visão de que os indivíduos são perspicazes (*clearsighted*) e dotados de grande capacidade preditiva (*farsighted*) na apreciação antecipada dos prazeres (1919, p.235).
- b) (...) Veblen critica a postura passiva que o homem tem na concepção neoclássica. Na visão hedonista, a atividade humana é resultado da busca pela satisfação de desejos dados; o homem não faz o gesto inicial, apenas se ajusta de acordo com as forças que agem sobre ele. Já para Veblen, a ação é característica do homem e deve ser tratada como o fato substancial do processo (1919, p.74; p.156-7 e 1934, p.80-1).
- c) Ele combate também a idéia de imutabilidade do homem diante das pressões do ambiente. Na teoria neoclássica, o indivíduo não tem passado nem futuro; (...) Tem-se, assim, um indivíduo sem história pessoal, sem aprendizado.
- d) (...) Veblen entende ser inadequado, para uma teoria da conduta humana, considerar apenas as características individuais, mesmo que o propósito seja uma análise estática. Escreve o autor: “os fenômenos da vida humana ocorrem apenas como fenômenos da vida de um grupo ou comunidade” (1919, p. 242) (MONASTÉRIO, 2005b, p.3).

Os apontamentos que Veblen faz em relação ao comportamento humano, o ajudam a

estruturar a teoria das instituições. O ser humano diferencia-se dos demais animais pela compreensão que este é capaz de fazer do ambiente ao seu redor, e do processo de aprendizado e transmissão de conhecimento entre gerações. Graças a isso, o processo evolucionário não se restringe ao aprimoramento biológico da espécie humana, mas adquire outra dimensão ao ser aplicado às sociedades humanas: elas constroem conhecimento, cultura, regras e padrões de comportamento. Estas convenções que moldam o comportamento humano são as instituições:

O conceito de instituição em Veblen pode ser resumido como um conjunto de normas, valores e regras e sua evolução. Tais fatores resultam de uma situação presente que molda o futuro através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens vêem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista. Há, portanto, um forte vínculo entre as especificidades históricas e a abordagem evolucionária. Esses aspectos sugerem que a relação entre a atividade humana, as instituições e a natureza evolucionária do processo econômico definiria diferentes tipos de economia (CONCEIÇÃO, 2002, p. 122).

Os “velhos” institucionalistas podem ser considerados bem sucedidos em sua crítica à teoria neoclássica. Porém, não chegaram a constituir uma teoria que fosse base de um novo paradigma científico (pelo menos até ser resgatada algumas décadas depois).

O velho institucionalismo de Thorsten Veblen, John Commons e Wesley Mitchel desenvolveu uma linha analítica mais descritiva, deixando a descoberto algumas questões teóricas. Por conta dessa omissão, tal linha de pensamento pagou um pesado tributo, como o de ser qualificada, por importantes autores, como Schumpeter e Marshall, como uma pseudoteoria (Hodgson, 2000). Gunnar Myrdal (1953); por exemplo, qualificou o antigo institucionalismo americano como “empiricismo ingênuo”, apesar de o referido autor empregar o conceito de “processo de causação circular”, cuja origem está na concepção de Veblen (CONCEIÇÃO, 2002, p. 122).

O pensamento dos antigos institucionalistas não teve um prosseguimento que tenha se destacado (embora continuasse evoluindo). Provavelmente a depressão da década de 1930 influenciou no ostracismo ao qual foi relegado o estudo das instituições. O ciclo econômico, o desemprego e a insuficiência de demanda efetiva passaram a ser o centro dos debates econômicos. Mesmo havendo admiração do trabalho de Commons por parte J.M. Keynes. É só no final da década de 1960 que o pensamento institucionalista volta a receber destaque, como assinalou Conceição:

Após “hibernar” por quase 40 anos, para utilizar expressão de Hodgson, o pensamento institucionalista ressurgiu no final dos anos 60, retomando seu vínculo com a antiga tradição norte-americana. Tal revigoração se dá, principalmente, através da Association for Evolutionary Economics (AFEE, responsável pelo *Journal of Economic Issues*, que, sob a influência de autores como Galbraith, Gruchy, seguidos de Hodgson, Ramstad, Rutherford, Samuelson, Mark Tool, Stanfield e outros, constituiu a corrente neo-institucionalista. A idéia de instituição nessa corrente é semelhante à de Veblen, Commons e Mitchell, deixando transparecer

alguma discordância em percebê-la apenas como a que estabelece as “regras do jogo”, como genericamente o fazem alguns autores da NEI (CONCEIÇÃO, 2002, p. 124).

Para os neo-institucionalistas, o conceito de instituição deve reportar-se a Veblen e Commons:

Veblen defined an institution as a habit of thought common to the generality of men. Commons defined an institution as collective action in control and enlargement, or liberation, of individual action. The two definitions appear at first glance to be in conflict but they are quite congruent and represent heuristic tools for analysis. Veblen's definition stresses the cognitive aspect of institutions, whereas Commons's stresses the interpersonal or interrelational aspect. (Samuels, 1995, p. 575)

De maneira semelhante, para os autores ligados à Nova Economia Institucional, as instituições, ao se constituírem em mecanismos de ação coletiva, teriam como fim dar “ordem” ao conflito e aumentar a eficiência.

Commons é, para a NEI, a principal referência em relação ao antigo institucionalismo. Para ele, a maior contribuição da economia institucional era a explicação da importância da ação coletiva, cujo grau de cooperação exigido para se lograr eficiência surgiram não de uma pressuposta harmonia de interesses, mas da invenção de instituições, que colocariam ordem no conflito, entendendo-a como um conjunto de “normas funcionais de ação coletiva, onde a lei é um caso especial” (Commons, 1934, *apud* Williamson, 1991 a, p. 19). Sob esse enfoque, cabe destacar a definição de instituição proposta por Douglas North:

Institutions are the humanly devised constraints that structure human interaction. They are made up of formal constraints (e.g. rules, laws, constitutions), informal constraints (e.g. norms of behaviour, conventions, self-imposed codes of conduct), and their enforcement characteristics. Together they define the incentive structure of societies and specially economies. ( ... ) institutions form the incentive structure of a society, and the political and economic institutions, in consequence, are the underlying, determinants of economic performance. Time as it relates to economic and societal change is the dimension in which the learning process of human beings shapes the way institutions evolve. (NORTH, 1994, p. 359-360)

Ao colocar as instituições no centro do processo de desenvolvimento ou evolução da sociedade, North estabelece um elo de ligação das instituições com a abordagem neoclássica cuja mediação é feita pelo importante conceito de custos de transação de Coase (1960) e Williamson (1985). Na sua visão:

Institutions and the technology employed determine the transaction and transformation costs that add up to the costs of production. It was Ronald Coase (1960) who made the crucial connection between institutions, transaction costs, and neoclassical theory. The neoclassical result of efficient markets only obtains when it is costless to transact. Only under the conditions of costless bargaining will the actors reach the solution that maximizes aggregate income regardless of the

institutional arrangements. When it is costly to transact then institutions matter. (NORTH, 1994, p. 360).

De acordo com Conceição, a preocupação central dos economistas ligados a NEI diz respeito aos aspectos microeconômicos, com uma teoria da firma de abordagem não convencional, mesclada com história econômica, economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial. Todos os autores enquadrados dentro deste corpo teórico enfatizam pelo menos algum destes aspectos.

Para North, o modelo da economia neoclássica seria válido apenas num caso específico (o da ausência de custos de transação). Aqui North utilizou uma estratégia comum entre economistas, de ao discordar de uma teoria tentar classificá-la como um caso particular da nova teoria. Foi assim com Marx subsumindo os mercantilistas, fisiocratas e economistas políticos clássicos, Jevons com sua teoria do valor e, talvez o caso mais famoso, de Keynes que afirmou que a teoria neoclássica seria válida apenas para um caso particular dentro de sua teoria – o do pleno emprego: “Ao longo do livro de 1990, encontramos várias passagens onde North reduz a teoria neoclássica a um caso especial do institucionalismo (GALA 2003, p. 130)”.

A microeconomia da NEI centra sua análise nas transações. A transação é a unidade de análise. North segue o individualismo metodológico. A análise é centrada no indivíduo, que transaciona e atua em sociedade, agrupando-se, formando assim, organizações. Mesmo assim, a ação destas organizações, depende do comportamento individual daqueles que a compõem.

Organizations are made up of groups of individuals bound together by some common purpose to achieve certain objectives. Organizations include political bodies (political parties, the Senate, a city council, regulatory bodies), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), educational bodies (schools, universities, vocational training centers) (NORTH, 1993).

A partir disto, a própria definição do mercado torna-se profundamente diferente da definição neoclássica tradicional, distinguindo-os dos neoclássicos, mesmo que não haja uma ruptura em relação àquela teoria.

Dentre suas preocupações estruturais figuram uma compreensão relativamente maior com as origens e funções das diversas estruturas da empresa e do mercado, incorporando desde pequenos grupos de trabalho até complexas corporações modernas. (CONCEIÇÃO, 2002)

Três hipóteses de trabalho aglutinam o pensamento da NEI: em primeiro lugar, as transações e os custos a ela associados definem diferentes modos institucionais de organização; em segundo lugar, a tecnologia, embora se constitua em aspecto

fundamental da organização da firma, não é um fator determinante da mesma; e, em terceiro lugar, as “falhas de mercado” são centrais à análise (Williamson, 1991 a, 18), o que confere importância às ‘hierarquias’ no referido marco conceitual. (CONCEIÇÃO, 2002)

A Nova Economia Institucional, a partir de sua evolução inicial, desdobra-se em dois ramos. Uma delas é a de que North faz parte, e “busca entender como se formam essas instituições de caráter abrangente, identificando aquelas que são mais propícias ao desenvolvimento econômico e mostrando por que em alguns países as instituições mais adequadas não são adotadas, perpetuando-se uma situação de subdesenvolvimento econômico” (BUENO, 2004, p. 783). Esta parte está mais voltada à história e a teoria econômica, uma vez que visa estudar as trajetórias que as economias percorreram ao longo do tempo, fornecendo explicações para a configuração atual das instituições buscando, assim, formular uma teoria da dinâmica econômica. É possível afirmar que este é o segmento positivo da NEI.

Já o outro ramo, tem como objetivo “entender como se formam e se modificam as estruturas de governança, isto é, o conjunto de instituições que permite que um determinado tipo de transação se realize de forma contínua” (BUENO, 2004, p. 783-784). Esta corrente é mais focada no comportamento individual das firmas e indivíduos. Este segmento teórico originou-se com Coase (que além deste, inspirou North), ainda na década de 1930, mas que foi ter maior destaque e evolução a partir de Williamson. Uma parte destes trabalhos configura o aspecto normativo da NEI, ao propor como a economia deve ser.

Embora sejam enfoques diferentes, estes ramos do estudo das instituições não contraditórios e em certa medida são até complementares. O primeiro ramo será objeto de análise da próxima seção.

Se o método da economia neoclássica é inadequado para explicar o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a história econômica, nossa análise deve centrar-se nas correntes teóricas que levam as instituições em conta, explicitando o motivo das abordagens institucionalistas serem mais adequadas para o estudo da história econômica.

A seguir serão analisadas algumas limitações da teoria neoclássica, a começar pela suposição de que os indivíduos possuem informações e tem capacidade cognitiva para processá-las da melhor maneira possível. Conforme Milgron e Roberts (1992, p. 129): “Real people are not omniscient nor perfectly far-sighted. They cannot solve arbitrarily complex

problems exactly, costlessly, and instantaneously, and they cannot communicate with another freely and perfectly. Instead, they are boundedly rational, and they know it”.

### 2.3 O uso da Nova Economia Institucional na história econômica

Ao estudar a história econômica, North foi direcionando seu foco da cliometria para as instituições. Ao longo de seus principais livros publicados, *The Economic Growth of the United States 1790-1860* (1961), *The Rise of the Western World* (publicado em co-autoria com Robert Paul Thomas em 1973), *Structure and Change in Economic History* (1981), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* (1990), *Understanding The Process of Economic Change* (2005) o foco foi passando da história econômica para a teoria econômica, formulando sua teoria para explicar a evolução institucional, como assinalou Gala (2003, pp. 90-91). Em suas obras iniciais na década de 1960, North estava bastante ligado a cliometria norte-americana. Gala aponta dois principais movimentos nas obras de North:

No primeiro, o autor migra da cliometria para a análise institucional. Como já vimos, a mudança se dá a partir do *insight* de que uma evolução institucional pode ser mais importante do que avanços tecnológicos para o desenvolvimento econômico. A transição fica clara na comparação entre os enfoques de seu livro de 1961 *The Economic Growth of the United States 1790-1860* e de 1971 *Institutional Change and American Economic Growth*. (GALA, 2003, p. 90)

O segundo importante movimento ocorre nos subseqüentes textos. Tomando por base estudos institucionais históricos, o autor dá passos no sentido de construir uma teoria econômica institucional. A partir da constatação e do entendimento do que foi o *processo histórico do desenvolvimento econômico*, procura formular uma *teoria (institucional) do desenvolvimento econômico*. (GALA, 2003, p. 90)

O espaço para a análise histórica vai ficando cada vez menor ao longo das obras de North. O autor verifica isso a partir da contagem do número de páginas e capítulos dedicados em cada obra para a história e para a teoria. O resultado, que aponta que as primeiras obras dele eram principalmente focadas na análise histórica e as mais contemporâneas na teoria, é facilmente observado através da leitura destas. Mesmo este estudo sendo anterior a publicação de *Understanding The Process of Economic Change* (2005), os argumentos apresentados são confirmados, visto que a obra mais recente de North, assim como a obra de 1990, é focada na formulação de teoria econômica, estando a história apenas como um pano de fundo para

ilustrar a teoria. De acordo com o autor, esta é uma característica da obra de North, o uso da história como “alavanca para seus vãos teóricos” (GALA, 2003, p. 93).

Quadro 2.1: Análise Teórica e Histórica nas obras de Douglass North

Obra	Análise Teórica	Análise Histórica
The Rise of the Western World (North, 1973)	Páginas 1 a 19 de um total de 158 – 12%	Páginas 19 a 157 de um total de 158 – 87%
Structure and Change in Economic History (North, 1981)	Páginas 1 a 71 e 201 a 209 de um total de 209 – 37%	Páginas 71 a 201 de um total de 209 – 62%
Institutions, Institutional Change and Economic Performance (North, 1990)	Páginas 1 a 140 de um total de 140 – 100%	Exemplos em 140 páginas sem espaço formalmente separado – 0%

Fonte: (GALA, p. 91)

A seguir, será realizada uma breve descrição das principais obras de Douglass North, evidenciando este enfoque na elaboração de uma teoria econômica das instituições.

A teoria a respeito da racionalidade formulada por Hebert Simon, que diverge da escolha racional amplamente difundida e aceita pelos economistas, é utilizada por North. Para compreender o fato dos indivíduos não adotarem em sua totalidade o comportamento esperado pela economia neoclássica, (p. 94-96)

Num outro plano, também percebemos uma evolução na idéia de eficiência. Ele trabalha inicialmente com um conceito de *eficiência produtiva*, “como a capacidade de se gerar um certo arranjo institucional que maximize a produção, dado um certo estoque de recursos e tecnologia” (Moraes Junior, 2000: 10) — como visto acima, idéia fortemente presente nos livros de 1973 e 1981. Introdz no texto de 1990 um conceito mais elaborado, *eficiência adaptativa*. Uma sociedade será mais eficiente quanto maior for sua capacidade de se adaptar a adversidades ao longo do tempo (Moraes Junior, 2000: 10). Migra, portanto, de uma concepção estática de eficiência para uma dinâmica (ver North, 1990: 80). (GALA, 2003, p. 98).

### 2.3.1 Racionalidade Limitada para Douglass North

Douglass North segue a mesma direção de Herbert Simon, criticando os pressupostos neoclássicos a respeito da racionalidade, expondo a necessidade de se desenvolver a teoria nesta direção. Para ele a teoria neoclássica é uma ferramenta inadequada para o estudo da história econômica bem como fonte de prescrição de conselhos para induzir o desenvolvimento: “Neo-classical theory is simply an inappropriate tool to analyze and prescribe policies that will induce development. It is concerned with the operation of markets, not with how markets develop” (1993). No esquema proposto por Williamson, visto na seção 1.x, a teoria neoclássica diz respeito apenas ao quarto nível de análise social – o da alocação e emprego de recursos, ou seja explica o funcionamento do mercado, mas não como as

sociedades chegaram até lá, a trajetória até uma economia de mercado: mas como o mercado se desenvolveu?

O modelo elegante da teoria neoclássica ignora a estrutura de incentivos incorporada pelas instituições, pois trata de um mundo estático e sem fricção:

That theory in the pristine form that gave it mathematical precision and elegance modeled a frictionless and static world. When applied to economic history and development it focused on technological development and more recently human capital investment, but ignored the incentive structure embodied in institutions that determined the extent of societal investment in those factors. In the analysis of economic performance through time it contained two erroneous assumptions: one that institutions do not matter and two that time does not matter (NORTH, 1993).

Os economistas neoclássicos, ao tratarem da racionalidade do comportamento humano, se referem a modelos de racionalidade instrumental (ao contrário da racionalidade substantiva ou *procedural* de Simon). Para estes modelos, comportamentos irracionais seriam punidos. O efeito de indivíduos *outliers* seria nulo, justificando assim, a utilização destes modelos.

The instrumental rationality answer is that even though the actors may initially have diverse and erroneous models, the informational feedback process and arbitraging actors will correct initially incorrect models, punish deviant behavior and lead surviving players to correct models (NORTH, 1993).

De acordo com a racionalidade instrumental, não haveria espaço para a existência de culturas, tradições, regras, que não resultem em resultados eficientes.

Individuals typically act on incomplete information and with subjectively derived models that are frequently erroneous; the information feedback is typically insufficient to correct these subjective models. Institutions are not necessarily or even usually created to be socially efficient; rather they, or at least the formal rules, are created to serve the interests of those with the bargaining power to create new rules. In a world of zero transaction costs, bargaining strength does not affect the efficiency of outcomes; but in a world of positive transaction costs it does (NORTH, 1993).

O argumento da escolha racional supõe que os indivíduos sabem o que é o seu auto-interesse, e agem de acordo com ele. Isso pode ser correto para indivíduos nas economias modernas, com mercados desenvolvidos. Porém é falso para as escolhas feitas sob condições de incerteza. Estas escolhas são as que acabam por moldar a mudança histórica.

Herbert Simon já havia discutido este assunto. Myhrman e Weingast destacam esta contribuição de Simon, aproveitada por North:

Observations along these lines lead to a reexamination of the rationality assumption, the starting point in North's 1990 book. Here he emphasizes two conceptual problems: first, the problem a human being faces in interpreting the world with its multitude of facts; and second, the difficult conceptual problem of sorting the importance of different facts and calculating an optimal position – a problem which has persistently been posed by another Nobel Laureate, Herbert Simon. (MYHRMAN, WEINGAST, 1994, p.192)

Nas palavras do próprio Simon, citado por Douglass North:

If... we accept the proposition that both the knowledge and the computational power of the decisionmaker are severely limited, then we must distinguish between the real world and the actor's perception of it and reasoning about it. That is to say we must construct a theory (and test it empirically) of the process of decision. Our theory must include not only the reasoning processes but also the processes that generated the actor's subjective representation of the decision problem, his or her frame. (Simon, 1986, pp. S210-11) apud NORTH, 2003.

### 2.3.2 Aprendizagem humano e a origem das instituições

Para entendermos como surgem as instituições, é necessária a compreensão de como ocorre o aprendizado humano. Neste aspecto, o aprendizado recente das ciências cognitivas é incorporado, para ajudar na compreensão do processo de tomada de decisões em condições de incerteza.

While idle curiosity<sup>19</sup> will result in learning, the rate of learning will reflect the intensity of competition amongst organizations. Competition, reflecting ubiquitous scarcity, induces organizations to engage in learning to survive. The degree of competition can and does vary. The greater the degree of monopoly power the lower the incentive to learn. (NORTH, 1993).

O aprendizado depende da vã curiosidade, e de acordo com a velocidade com que ele ocorre é afetada a velocidade da mudança econômica:

The speed of economic change is a function of the rate of learning but the direction of that change is a function of the expected pay-offs to acquiring different kinds of knowledge. The mental models that the players develop shape perceptions about the pay-offs (NORTH, 1993).

Aprendizado significa desenvolver uma estrutura para interpretar os vários sinais recebidos pelos sentidos. A origem da estrutura inicial é genética, mas a evolução dela é resultado de experiências individuais. As experiências podem ser classificadas de dois tipos – as do ambiente físico e as do ambiente sócio-cultural lingüístico.

The structures consist of categories - classifications that gradually evolve from earliest childhood to organize our perceptions and keep track of our memory of analytic results and experiences. Building on these classifications, we form mental models to explain and interpret the environment - typically in ways relevant to some

---

<sup>19</sup> Idle curiosity: Vã curiosidade, conceito já presente em Veblen, na Teoria da Classe Ociosa.

goal. Both the categories and the mental models will evolve, reflecting the feedback derived from new experiences: feedback that sometimes strengthens our initial categories and models or may lead to modifications - in short, learning. Thus, the mental models may be continually redefined with new experiences, including contact with others' ideas (NORTH, 1993).

É este processo de aprendizado que difere os humanos dos demais animais. Os seres humanos constroem sua cultura, baseados não apenas na experiência de vida de um indivíduo ou duma geração. Mas ao possuir linguagem, a experiência é difundida entre os indivíduos e, mais importante, entre diferentes gerações – aprendizado coletivo.

The key to the foregoing story is the kind of learning that the individuals in a society acquired through time. Time in this context entails not only current experiences and learning but also the cumulative experience of past generations that is embodied in culture. Collective learning - a term used by Hayek - consists of those experiences that have passed the slow test of time and are embodied in our language, institutions, technology, and ways of doing things. It is 'the transmission in time of our accumulated stock of knowledge' (Hayek 1960: 27). It is culture that provides the key to path dependence - a term used to describe the powerful influence of the past on the present and future. The current learning of any generation takes place within the context of the perceptions derived from collective learning. Learning then is an incremental process filtered by the culture of a society which determines the perceived pay-offs, but there is no guarantee that the cumulative past experience of a society will necessarily fit them to solve new problems. Societies that get 'stuck' embody belief systems and institutions that fail to confront and solve new problems of societal complexity (NORTH, 1993).

Como é possível observar a partir dos exemplos fornecidos pela história, o aprendizado não ocorre de maneira homogênea entre as diversas sociedades humanas. Seres humanos diferentes, expostos a ambientes distintos irão reagir de maneira heterogênea, gerando cultura, linguagem e modelos mentais diferentes.

As tribes evolved in different physical environments they developed different languages and, with different experiences, different mental models to explain the world around them. The languages and mental models formed the informal constraints that defined the institutional framework of the tribe and were passed down intergenerationally as customs, taboos, and myths that provided cultural continuity (NORTH, 1993).

Estas tribos evoluíram de maneira diferente, em trajetórias diferentes que resultaram em sociedades com necessidades e configurações institucionais diferentes.

With growing specialization and division of labor the tribes evolved into polities and economies; the diversity of experience and learning produced increasingly different societies and civilizations with different degrees of success in solving the fundamental economic problem of scarcity. The reason is that as the complexity of the environment increased as human beings became increasingly interdependent, more complex institutional structures were necessary to capture the potential gains from trade. Such evolution requires that the society develop institutions that will permit anonymous, impersonal exchange across time and space. To the extent that the culture and local experiences had produced diverse institutions and belief systems with respect to the gains from such cooperation, the likelihood of creating

the necessary institutions to capture the gains from trade of more complex contracting varied. In fact most societies throughout history got 'stuck' in an institutional matrix that did not evolve into the impersonal exchange essential to capturing the productivity gains that came from the specialization and division of labor that have produced the Wealth of Nations (NORTH, 1993).

A evolução das sociedades, que passam a ter interações em maior número, com maior grau de complexidade, em relação às suas trocas comerciais, que necessitam de instituições que capturem os ganhos potenciais do comércio. Algumas sociedades foram bem sucedidas neste aspecto, gerando uma configuração que permite trocas anônimas e impessoais. Porém outras sociedades (a maioria) ficaram presas à suas próprias matrizes institucionais. A maneira como estas instituições se estruturam é fundamental para a captura do conhecimento por parte da sociedade e da utilização deste conhecimento para gerar crescimento.

We need to understand a great deal more about the cumulative learning of a society. The learning process appears to be a function of 1) the way in which a given belief structure filters the information derived from experiences; and 2) the different experiences confronting individuals and societies at different times. The perceived rate of return (private) may be high to military technology (in medieval Europe), to the pursuit and refinement of religious dogma (Rome during and after Constantine) or to the research for an accurate chronometer to determine longitude at sea (for which a substantial reward was offered during the age of exploration) (NORTH, 1993).

A busca pelo conhecimento puro é a base do crescimento econômico moderno, e é afetada pelas recompensas monetárias e pelas punições e também é influenciada pela tolerância da sociedade com desenvolvimentos criativos (como mostram exemplos como Galileu e Darwin). Apesar de existir literatura sobre as origens e o desenvolvimento da ciência, existe pouco a respeito das ligações entre a estrutura institucional, sistema de crenças e os incentivos e desincentivos para adquirir conhecimento. Um fator importante do desenvolvimento da Europa Ocidental foi a percepção gradual da utilidade da pesquisa em ciência pura.

Os seres humanos aprenderam, por tentativa e erro, como melhorar a performance econômica, mas este aprendizado levou dez milênios, e continua fora do alcance de quase metade da população mundial. Além do mais a melhora substancial na performance econômica (mesmo quanto definida estritamente como bem estar material) é um fenômeno moderno dos últimos séculos e confinado até as últimas décadas a uma pequena parcela do mundo.

### 2.3.3 A evolução das idéias de Douglass North e alguns exemplos

Nesta seção, será dado enfoque à evolução do pensamento de Douglass North (que já teve suas linhas gerais expostas nas seções anteriores) ao longo dos anos. À medida que North vai refinando sua teoria, vai incorporando mais críticas à teoria neoclássica, mesmo sem romper com ela. Inclusive, o posicionamento dele em relação ao pensamento neoclássico gera dúvidas, e discussões<sup>20</sup>:

Muito se discute atualmente sobre a natureza da obra de North — mais especificamente sobre o grau de neoclassicismo de seu pensamento. Sobre o posicionamento metodológico do autor encontramos classificações bastante extremadas, entre uma ortodoxia inequívoca e a heterodoxia (GALA, 2003, p. 125).

Um aspecto bastante discutido sobre as obras de Douglass North diz respeito a retórica que ele utiliza.

North escreve suas obras dirigindo-se ao público neoclássico, utilizando termos e conceitos desta teoria, embora não se restrinja à apenas este público.

Também, por momentos, North “conversa” com a teoria marxista e com historiadores em geral. Mas o núcleo de sua obra direciona-se primordialmente para a “*current economic theory*” e “*cliometric history*”, em seus próprios termos (GALA, 2003, p. 127).

Esta é uma estratégia de retórica de certa maneira comum, tendo sido utilizada por J.M. Keynes (que discordou dos economistas clássicos utilizando a mesma base teórica deles), Raul Prebisch (que variava os motivos de defesa do argumento da deterioração dos termos de troca conforme o perfil do público que o assistia<sup>21</sup>) e Celso Furtado (que mesmo defendendo uma teoria divergente da neoclássica, mesclava-a com argumentos keynesianos).

Além de direcionar-se ao público que deseja criticar, mesmo que de maneira sutil, North emprega também a estratégia de subsunção. Como visto, ele tenta restringir a teoria neoclássica a um caso particular dentro da teoria das instituições.

Uma das peças fundamentais do modelo proposto por Arida está no movimento de *subsunção* entre teorias: a regra da *generalidade* ou a tentativa de subsumir as teorias alheias à nova teoria proposta. Exemplos nesse sentido são fartos. Marx tentou subsumir os mercantilistas, os fisiocratas e a economia política clássica em sua teoria do capital a partir dos conceitos de capital dinheiro, capital mercadoria e

<sup>20</sup> Seria, inclusive, realizar um trabalho dissertativo apenas focando nos diferentes aspectos ortodoxos e heterodoxos presentes ao longo de sua obra. Infelizmente, isto foge do alcance desta dissertação.

<sup>21</sup> Para mais referências a respeito da retórica em Prebisch: BIANCHI, Ana Maria. For different audiences, different arguments: economic rhetoric at the beginning of the Latin American School. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 24, n. 3, p. 292-305, 2002.

capital produtivo (Arida, 1996, p. 40). Jevons advogava que sua teoria do valor era “mais geral” e, portanto, podia explicar a tese do valor trabalho como um caso específico de sua teoria (Jevons, 1983, p. 105). Bastante conhecida também é a estratégia de Keynes ao dizer que o modelo clássico era válido somente para um caso específico — ou estado — de uma economia de mercado, a saber, o ponto de pleno emprego (Keynes, 1964, p. 3). (GALA, 2003, p. 130)

Mesmo partindo da teoria a qual procura refutar (como fez Keynes), North procura salientar os pontos em comum, minimizando as diferenças (ao contrário do que fez Keynes).

Diferentemente de Keynes, que ampliou suas diferenças com Marshall como estratégia persuasiva (Anuatti Neto, 1994, p. 194), observamos que North prefere adotar “uma estratégia retórica de minimizar divergências e maximizar semelhanças”, como tipifica Anuatti Neto (1994, p. 179).

Apesar de North enfatizar as semelhanças, é possível perceber “que a complementaridade entre a teoria de North e a escola neoclássica é, no mínimo, controversa” (GALA, 2003, p.128)

Podemos citar dois dos principais pilares do pensamento de North que podem ir contra a teoria neoclássica — tomando por base a definição de Mario Possas (1997, p. 15 e p. 34):

i) A defesa de uma teoria de racionalidade “processual” como desenvolvida por Herbert Simon, que também possa incluir de alguma forma cooperação e altruísmo. A não-aceitação da racionalidade substantiva ou “*rational choice*”

ii) A utilização de uma teoria de múltiplos equilíbrios e retornos crescentes, fortemente baseada no conceito de “*path dependence*” como desenvolvida por Brian Arthur e Paul David.(GALA, 2003, p.128)

Como foi exposto anteriormente, North começa a se destacar ainda na década de 1960, com trabalhos na área da cliometria, em especial sobre a história econômica norte-americana. Nesta época destaca-se a obra *The Economic Growth of the United States 1790-1860* (North, 1961), que é considerada uma das obras fundadoras da nova história econômica:

This book concentrated on neoclassical factors such as the role of exports and regional specialization in American economic growth. Its innovation was to bring considerable data to bear on each of the major assertions, for example, the relationship between the enormous fall in transportation prices and interregional trade flows (MYHRMAN, WEINGAST, 1994, p.186).

Em *Sources of Productivity Change in Ocean Shipping 1600-1850*, publicada em 1968, Goldin constata uma mudança de enfoque, descrita a seguir por Paulo Gala:

Nesse estudo, North encontra um resultado curioso: o aumento da produtividade da indústria de transporte oceânico no período analisado decorreu muito mais de inovações e evoluções institucionais, entre as quais a redução da pirataria, do que das mudanças na tecnologia de transporte. Uma evolução institucional pareceu ser mais importante do que uma evolução tecnológica (GALA, 2003, p.124).

A partir de então, North iniciou a busca pela compreensão do papel das instituições na evolução das sociedades (modernas ou primitivas) por meio da pesquisa em história econômica.

North next made a major conceptual leap with *Institutional Change and American Economic Growth* [1971, co-authored with Lance Davis], one of his first attempts to come to grips with the limits of neoclassical economics and the role of institutions. Most applications of neoclassical economics take property rights, institutions and the rules of the economic game as given. Davis and North demonstrate that capturing gains from exchange often required changes in property rights and the invention of new institutional arrangements and forms of economic organization. In so doing, Davis and North provided a new interpretation of American economic growth from the perspective of how economic agents pursued profit opportunities by changing the rules. Seen in this way, much of American economic growth occurred not simply because of neoclassical considerations such as factor accumulation, but also because of a complementary process of institutional evolution (MYHRMAN, WEINGAST, 1994, pp. 186-187)

Em 1973, Douglass North no prefácio de seu livro escrito em conjunto com Robert Thomas, *The Rise of the Western World – A New Economic History*, afirmou ter desenvolvido um método analítico compatível com a teoria neoclássica: “... we have developed a comprehensive analytical framework to examine and explain the rise of the Western World; a framework consistent with and complementary to standard neo-classical economic theory” (p. vii).

Esta obra busca descobrir a fonte do desenvolvimento econômico pelo qual passaram Inglaterra e Holanda, que fomentou as bases para o desenvolvimento de economias capitalistas modernas, que com o tempo se difundiram pelas economias do mundo ocidental.

The principal question in these volumes [*The rise of Western World e Structure and Change in Economic History*] is why Europe failed to grow in a sustained manner from 900 to 1700, yet succeeded after. (GOLDIN, 1995, p. 201)

North mostra que existem diversas correntes, que atribuem às inovações tecnológicas, economias de escala, educação, acumulação de capital as causas do crescimento. Na verdade isto é um equívoco, pois estas coisas são o crescimento econômico. Há um problema de causalidade, e o foco de North está nas causas do crescimento econômico, que ele atribui às instituições.

Saying that countries grow because they increase their stock of capital is, according to North, like saying that people are rich because they have money. (GOLDIN, 1995, p. 202)

Uma organização econômica eficiente é a chave para o crescimento econômico:

Efficient organization entails the establishment of institutional arrangement and property rights that create an incentive to channel individual economic effort into activities that bring the private rate of return close to the social rate of return (NORTH, 1973, p.1)

Cabe destacar uma observação pertinente feita por Paulo Gala a respeito das idéias de North, já no livro de 1990: “Uma nota aqui já se faz importante. Não há nada que garanta, para North, uma evolução institucional que aumente a eficiência das economias” (GALA, 2003, p. 100). A mudança das instituições pode levar a uma situação pior do que a existente anteriormente, e a história está repleta de exemplos de declínios e colapsos de diversas civilizações, ou até mesmo, de queda no padrão de vida. Myhrman e Weingast, ao comentarem a respeito desta mesma obra de North, observam estes declínios, e questionam-se a respeito das causas.

A thousand years ago, China was the richest country in the world, while two thousand years ago Rome was the center of Europe's power and wealth. Why did these powerful nations rise and fall? The Europe of today has grown for such a long time and so solidly that the rise in living standards is substantial for all groups in most countries of the West. How and why did it begin and why at this time? (MYHRMAN, WEINGAST, 1994, p. 188)

Em seu discurso ao ser premiado com o Prêmio Nobel em 1993, Douglass North foi categórico ao afirmar que não há garantia que a evolução das crenças e das instituições ao longo do tempo produzirão crescimento econômico (“There is no guarantee that the beliefs and institutions that evolve through time will produce economic growth”)<sup>22</sup>. Este argumento é bastante semelhante aos apresentados pelos institucionalistas não ligados à NEI. North, através dele, se defende das críticas a respeito do caráter normativo da teoria. Se não há garantia que as instituições irão evoluir no sentido de promover o desenvolvimento econômico, não há uma configuração institucional “ideal”, que possa ser considerada eficiente *a priori*. Em 1990 North ao questionar-se sobre instituições eficientes sugere que a existência de economias mais desenvolvidas pode servir de incentivo para mudanças nas menos desenvolvidas.

I conclude this study by speculating about the central issue of economic history. Institutions determine the performance of economies, but what creates *efficient* institutions? Clearly the existence of relatively productive institutions somewhere in the world and low-cost information about the resultant performance characteristics

---

<sup>22</sup> Na mesma linha, Goldin ilustra este fato expondo que um conflito distributivo entre dois grupos impede uma melhora paretiana (melhora de um grupo sem piorar a situação do outro) , gerando ineficiência: “The message, repeated in many of Douglass North's later works, is that when institutions serve to enrich one group (masters, feudal lords) at the expense of another (slaves, serfs), it does not matter that these institutions also reduce the potential income of the elite. Pareto-improving trades are generally impossible between the two groups, and thus there is no assurance that more efficient institutions will drive out less efficient ones.” (GOLDIN, 1995, p. 199)

of those institutions is a powerful incentive to change for poorly performance economies (NORTH, 1990, p. 137).

North cita dois fatores indutores do processo de transformação: As restrições informais e os custos de transação inerentes ao processo político são aspectos inter-relacionados da matriz institucional (NORTH, 1990, p.138). São estas forças que podem incrementar uma matriz institucional.

Uma das limitações da NEI é que embora os processos de negociação pareçam plausíveis para explicar a formação de estruturas de governança – isto é, as instituições que regulam as transações em níveis mais microanalítico –, eles são muitas vezes insuficientes para explicar o surgimento e a evolução das matrizes institucionais de sociedades mais complexas, por deixarem de incluir explicitamente a dimensão política do processo. Essa crítica – formulada internamente à NEI principalmente por Olson (2000) e Bates (1995) – tem aberto espaço para a consideração de acasos históricos e fatores institucionais extramercado nos modelos interpretativos mais recentes baseados na nova economia institucional. O discurso de North na cerimônia de premiação do Nobel é um exemplo do reconhecimento, por parte de um de seus autores mais importantes, do quanto a NEI, a despeito de ter já produzido uma literatura repleta de novos e importantes insights, ainda tem a caminhar para fornecer explicações intelectualmente mais satisfatórias do processo de mudança institucional (BUENO, 2004, pp.780-781).

#### *2.3.4 O Uso da Nova Economia Institucional no estudo da história econômica do Brasil*

O uso da análise de cunho institucional é importante para o estudo da história econômica, mas não se limita a esta finalidade: é uma ferramenta para auxiliar na compreensão do mundo atual.

The analysis of institutions is not confined to economic history alone, but is equally relevant in efforts to understand the world we live in today. The dramatic developments in Eastern Europe have shown this to be true to an unexpected extent. It has turned out to be exceedingly difficult to analyze the transformation from a planned economy to a market economy without an institutional approach to the problem and events. This means, however, that ordinary economic analysis will be affected in the future. Such a wider approach is in the process of integrating economics with history, political analysis and probably also parts of sociology. In this way, Schumpeter's vision finally seems to be fulfilled. Douglass North's work therefore points towards a way of reintegrating several of the social sciences. This work is now being pursued by an increasing number of younger scholars and it is supported in many of its microeconomic details by modern game theory. The future of economic science is full of expectations of a better understanding of the world we live in. (MYHRMAN, WEINGAST, 1994, p.193)

Da mesma maneira que é uma importante ferramenta para analisar as mudanças pelas quais os países do Leste Europeu (como no exemplo acima) passaram, é uma importante ferramenta para estudarmos as mudanças pela qual passou a economia brasileira ao longo de sua história.

Conforme aponta Bueno (2004), existe uma lacuna dupla na utilização da teoria da Nova Economia Institucional no estudo da história econômica brasileira. Por um lado, os estudiosos de nossa história econômica não estão habituados com esta teoria: “Até onde sei, entretanto, mesmo os *insights* menos controversos gerados por essa literatura não foram ainda explorados pelos historiadores econômicos brasileiros” (2004, p. 781). Por outro lado, há uma deficiência nas obras de North, reconhecida pelo próprio, que diz respeito ao estudo da colonização por Portugal e Espanha, “como reconhece um de seus principais autores, os neo-institucionalistas não estão suficientemente familiarizados com a bibliografia histórica da colonização da América Latina (NORTH, 1989, p. 1328). Assim, parece relevante verificar até que ponto realmente o modelo de análise neo-institucional é consistente com a evidência histórica no caso brasileiro” (BUENO, 2004, p. 781).

Portanto, existe um terreno fértil e ainda pouco explorado, o estudo da história econômica brasileira por um viés institucionalista.

Apesar de ter ganho amplo destaque e aceitação entre os economistas, a teoria da Nova Economia Institucional tem sido alvo de críticas. Muitas vezes, trata-se de críticas injustas, atribuindo a NEI coisas que ela não afirma. Serão apresentadas aqui algumas críticas realizadas por Flávio Gomes, no IX Encontro de Economia Política, a fim de ilustrar os pontos da teoria que são criticados.

Este autor afirma que existem “impossibilidades gerais da Nova Economia Institucional de interpretar o subdesenvolvimento econômico brasileiro em sua totalidade” (GOMES, 2004, p. 17). Para ele, North aproveitou-se de uma lacuna deixada pelos neoclássicos para expor sua teoria institucional.

Grande parte da crítica está focada na especificidade do subdesenvolvimento das economias latino-americanas, em especial a brasileira. Esta especificidade, que o autor atribui a fatores políticos e a situação periférica que estas economias se encontram em relação ao capitalismo mundial. Além disso, a forma com que a economia se organiza não faria diferença. Isso tornaria inviável a análise pelo arcabouço teórico da Nova Economia Institucional:

Para os novos institucionalistas parece não importar muito como as sociedades se organizam e que bases materiais e sociais elas foram sedimentadas. Tanto faz capitalismo, feudalismo ou sociedade medieval, todas elas podem ser incluídas dentro do modelo explicativo da Nova Economia Institucional (GOMES, 2004, p. 12).

Esta crítica parece fora de propósito. Seria uma crítica adequada ao uso da teoria neoclássica. Entretanto, a NEI avança em relação a economia neoclássica principalmente neste aspecto: considerar a importância da história e a especificidade dos arranjos institucionais. A partir da teoria institucionalista, é possível analisar economias anteriores à economia de mercado utilizando teoria econômica, algo difícil de ser feito a partir da teoria neoclássica.

Para corroborar a sua hipótese, o autor busca um contraponto nas teorias cepalinas. Ele atribui o desenvolvimento econômico verificado ao longo do século XX no Brasil ao processo de substituição de importações, fato que não pode ser negado. Entretanto não se trata de teorias opostas ou contraditórias, elas apenas tratam de coisas diferentes.

Ocorre uma confusão entre a utilidade da teoria no estudo da história econômica e o reconhecimento de uma configuração institucional que deu certo em uma parte do mundo com uma dada trajetória histórica. A NEI não é inútil no estudo da história econômica brasileira, o problema encontra-se em algumas recomendações de políticas (simplistas) baseadas na cópia de instituições bem sucedidas de outros países (desconsiderando que as instituições evoluem ao longo do tempo, e este é um processo lento) a partir do diagnóstico realizado por North.

De acordo com Gomes, a teoria da NEI foi constituída com o objetivo de justificar reformas liberais. Isso deve ser fruto de uma leitura superficial das obras de North. É feita uma enorme confusão entre as políticas “neoliberais” implementadas e a teoria econômica.

Nos anos 1990 a opção feita pela estratégia neoliberal também proporcionou grandes mudanças institucionais e estruturais. Desta maneira os resultados do ponto de vista socioeconômicos têm ficado muito aquém daqueles verificados no período desenvolvimentista. Por ironia, o próprio programa institucional do Consenso de Washington, adotado em toda a América Latina, e tardiamente pelo Brasil, tem seguido de perto alguns aspectos relevantes da Nova Economia Institucional. Seus principais pontos se concentravam em torno de um “programa ortodoxo de estabilização monetária acompanhado por um pacote de reformas estruturais ou institucionais que se propôs, explicitamente, a desmontagem do modelo desenvolvimentista, pela abertura e desregulamentação dos mercados e privatização das empresas e serviços públicos. Assim os neoliberais “anunciaram a modernização das relações entre Estado e os capitais privados, com o fim do ‘Estado cartorialista’ e do ‘populismo econômico’. Os mercados foram abertos e desregulados, e o setor público foi privatizado em nome da ‘competitividade global’ e do fim do protecionismo à ineficiência do capital privado e das empresas estatais (GOMES, 2004, pp. 21-22).

Talvez a inovações institucionais em direção ao que justamente preconiza a Nova Economia Institucional para os países subdesenvolvidos, e que se assemelham muito as idéias neoliberais, sejam responsáveis pelo quadro de estagnação econômica ao longo do tempo e o crescimento da desigualdade de renda e riqueza no país (GOMES, 2004, p. 24).

O autor comete um equívoco ao confundir o caráter positivo com o normativo da teoria. Na realidade a NEI não preconiza coisa alguma, apresentando um modelo de como as instituições devem ser e qual trajetória as economias devem seguir, mas sim diagnostica como as instituições são ou foram organizadas, identificando padrões daquelas bem sucedidas. Além disso, o argumento exposto (que desigualdade cresceu) não apresentar dados ou referências, visto que se trata de um aspecto bastante controverso<sup>23</sup>.

Outro ponto enfatizado pelos críticos é o pouco destaque dado à ação estatal enquanto que seus defensores destacam a importância do mercado na teoria. As visões extremas geralmente tendem a radicalismos, é possível uma configuração institucional em que ocorra uma ação conjunta do estado e do mercado.

Das críticas apresentadas, esta que diz respeito ao papel do Estado é a mais bem fundamentada. North simplifica bastante o papel do estado no desenvolvimento econômico, como se ele, mesmo nas economias desenvolvidas (Inglaterra, Holanda, Estados Unidos) não tivesse desempenhado um papel ativo, além da simples garantia dos direitos de propriedade<sup>24</sup>.

Prosseguindo com a análise das obras de Douglass North, após a exposição de algumas críticas, podemos observar que desde suas obras iniciais os direitos de propriedade recebem destaque. No entanto, podemos deduzir, que os direitos de propriedade por serem instituições, podem ser modificados. Como demonstra o caso da abolição da escravidão, que foi uma ruptura com um direito de propriedade previamente existente. Até então, o escravo era propriedade privada. As instituições não são estáticas ao longo do tempo.

---

<sup>23</sup> Não cabe a este trabalho entrar em detalhes a respeito dos detalhes do processo histórico de industrialização. Porém, faz-se a ressalva que em certo ponto de nossa história, foi necessária uma maior intervenção estatal para estimular o crescimento econômico, pois as instituições vigentes não favoreciam o desenvolvimento, em outro momento, buscou-se reduzir a intervenção estatal visando promover o desenvolvimento. Durante boa parte do século XX, o estado desenvolvimentista liderou o processo de industrialização e crescimento econômico no Brasil, mas ao se completar no início dos anos 1980 o ciclo iniciado após a crise de 1929, com o fim dos investimentos do II PND, o Brasil passou a ser uma economia industrializada e mesmo assim, não havia ingressado no rol das economias desenvolvidas. Para atingir o desenvolvimento, o arranjo institucional vigente até então, não era mais suficiente. As instituições de então foram eficientes para atingir o objetivo de industrialização. Para atingir o desenvolvimento econômico, aquelas instituições não bastavam, era evidente a necessidade de mudança institucional. Esse diagnóstico, porém, não diz que devemos insistir na estratégia nacional desenvolvimentista nem que devemos implementar reformas liberalizantes (como sugere o texto) preocupando-nos apenas com a estabilidade monetária. A teoria da Nova Economia Institucional não propõe um conjunto de medidas para serem adotadas, embora muitas vezes os críticos interpretem desta maneira.

<sup>24</sup> Para mais detalhes a respeito da participação do Estado no processo de industrialização dos países, ver as obras de Ha-Joon Chang, como *Chutando a Escada*, ou *The Political Economy of Industrial Policy* sobre a intervenção estatal na economia. Sobre este mesmo assunto vale destacar também as obras de Dani Rodrik.

If exclusiveness and the enforcement of accompanying property rights could be freely assured – that is, in the absence of transaction costs – the achievement of growth would be simple indeed (NORTH, 1973, p.5).

Property rights are always embedded in the institutional structure of a society, and the creation of new property rights demand new institutional arrangements to define and specify the way by which economic units can co-operate and compete (NORTH, 1973, p. 5)

De acordo com o argumento exposto por North, no início do século XVIII, a Inglaterra e a Holanda reuniram estas condições, a taxa de retorno privado aproximou-se da taxa de retorno social. A partir destas condições, uma revolução tecnológica teve início, difundindo-se pelo restante da Europa e para as colônias ultramarinas.

We shall be particularly interested in those institutional arrangements which enable units to realize economies of scale (joint stock companies, corporations), to encourage innovation (prizes, patent laws), **to improve the efficiency of factor markets** (enclosures, bills of exchange, **the abolition of serfdom**), or reduce market imperfections (insurance companies). Such institutional arrangements have served to increase efficiency. Some could be created without changing existing property rights, others involved the creation of new property rights; some were accomplished by government, others by voluntary organization (NORTH, 1973, pp. 5-6).

Quando ocorre esse tipo de conflito, a lei pode ser modificada. Mas a mudança institucional implica em custos, esforço e tempo. Não obstante, mudanças nos arranjos institucionais só ocorrerão se os benefícios privados forem maiores que os custos.

Governments take over the protection and enforcement of property rights because they can do at a lower cost than private volunteer groups. **However, the fiscal needs of government may induce the protection of certain property rights which hinder rather than promote growth;** therefore we have no guarantee that productive institutional arrangement will emerge (NORTH, 1973, p.8).

Em 1981 ao escrever *Structure and Change in Economic History* North ainda segue com um certo viés neoclássico. Todavia, a sua teoria institucionalista já se encontra esboçada, com críticas fortes, em questões centrais. Ele afirma que as suposições da economia neoclássica só tornaram-se possíveis após a segunda revolução econômica (NORTH, 1981, p. 171). Ou seja, as suposições comportamentais da economia neoclássica são válidas apenas para o mundo após a Revolução Industrial, com apenas algumas exceções antes disto.

As ideologias desempenham um importante papel na maneira como os indivíduos percebem o ambiente ao seu redor e tomam decisões. Apenas os fatos ao nosso redor não explicam o mundo, é necessária uma teoria para dar consistência a eles. Este é o papel da ideologia. O comportamento diário dos indivíduos é guiado por hábitos, máximas, códigos de

comportamento que são adquiridos por meio do processo educacional, inicialmente pela família, e posteriormente por outras instituições, como a escola e a igreja.

Modifications occur because individuals perceive that they could do better by restructuring exchanges (political or economic). The source of the changed perceptions may be exogenous to the economy - for instance a change in the price or quality of a competitive product in another economy that alters perceptions of entrepreneurs in the given economy about profitable opportunities. But the most fundamental long run source of change is learning by individuals and entrepreneurs of organizations. (NORTH, 1993).

Estas ideologias podem ser modificadas, e North atribui estas mudanças à alterações de preços relativos, com a ressalva de que são mudanças persistentes, não transitórias, que fazem com que os indivíduos alterem seus processos mentais:

A single change in relative set of prices by itself may not alter an individual's perspective therefore decisions, but persistent changes that run counter to an individual's set of rationalizations or a change of fundamental consequences for his well-being will induce him to alter his ideology (NORTH, 1981, pp. 49-50).

A noção de justiça passa por esta construção mental. Dependendo de como os indivíduos visualizam uma determinada alocação da propriedade, podem considerá-la justa ou injusta.

North cita quatro exemplos de alterações nos preços relativos que resultam em alterações ideológicas, são elas (NORTH, 1981, p.50):

- 1- Uma alteração que nega o acesso a um recurso que era aceito por costume ou justiça (como o cercamento de terras comuns);
- 2- Um declínio nos termos de intercâmbio de um fator ou produto;
- 3- Um declínio na posição da renda relativa de um grupo específico da força de trabalho;
- 4- Uma redução nos custos de informação.

A ideologia consiste em visões compreensivas do mundo interconectadas, ela precisa explicar como a estrutura existente de direitos de propriedades e termos de troca fazem parte de um sistema maior (NORTH, 1981, p.52). North mostra que até mesmo o marxismo e a ideologia da economia de livre mercado passaram por alterações devido a um contexto diferente (NORTH, 1981, pp. 52-53), mostrando como as ideologias podem ser flexíveis.

Em *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Douglass North aprofunda suas críticas em relação à teoria neoclássica, que teria sido aceita sem questionamentos por parte dos economistas, mesmo sendo ela inadequada para o estudo da história econômica.

However, we have paid a big price for uncritical acceptance of neoclassical theory. Although the systematic application of price theory to economic history was a major contribution, neoclassical theory is concerned with the allocation of resources at a moment of time, a devastatingly limiting feature to historians whose central question is to occur change over time. Moreover, the allocation was assumed to occur in a frictionless world, that is, one in which institutions either did nor exist or did not matter. These two conditions gave away what economic history is really all about: to attempt to explain the diverse patterns of growth, stagnation, and decay of societies over time, and to explore the way in which the frictions that are the consequences of human interaction produce widely divergent results (NORTH, 1990, pp. 131-132).

Nesta obra publicada em 1990, North identifica duas questões fundamentais no processo de mudança econômica, política e social:

1) O quê determina a existência de padrões divergentes de evolução entre as sociedades, 'polities', ou economias ao longo do tempo?

If we look back far enough in history, divergence appears to be very simple to explain. Bands and tribes confronted different problems with different resources endowments, different human capabilities, and different climates. Out of these emerged different solutions to the common problems of survival, including different languages, customs, traditions and taboos. There is no reason to believe that solutions should be similar, although there is reason to believe that they would tend to converge over time as the cost of information fell. However, after ten thousand years of civilization, despite the immense decline in information costs and despite the implications of neoclassical international trade models that would suggest convergence, there is enormous contrast between economies (NORTH, 1990, p. 92, grifos meus).

Este argumento apresentado contesta radicalmente seus críticos. Fica difícil imaginar North como um neoclássico, com uma crítica tão profunda a teoria neoclássica. Ela é incapaz de explicar as razões do desenvolvimento e do subdesenvolvimento das nações.

Um autor que aborda a questão dos diferentes problemas que as sociedades deparam-se, incluindo o ambiente, é Jared Diamond. Em *Armas, Germes e Aço* ele questiona sobre o que teria levado a maior afluência das sociedades euro-asiáticas frente às demais. Ao longo da obra, ele discorre afirmando que estas sociedades não eram constituídas por indivíduos mais inteligentes, ou algo do tipo. Muito pelo contrário. As diferentes sociedades enfrentam desafios e problemas distintos. Alguns destes problemas levaram a um maior desenvolvimento das sociedades da Europa e da Ásia, devido à trajetória verificada, e a um maior intercâmbio tecnológico (facilitado pela geografia da eurásia). Não cabe aqui analisar

os pormenores desta teoria. O fato que chama a atenção é ser um trabalho escrito por um biólogo, conter conceitos que podem ser facilmente encaixados dentro da Nova Economia Institucional. Chama a atenção, mas não causa estranheza, visto que a economia institucional está intimamente ligada à economia evolucionária, que por sua vez remete aos trabalhos de Charles Darwin. Podemos encontrar referências ao autor de *A Origem das Espécies*, desde as obras de Veblen (VEBLEN, 1898) até os trabalhos de North (1990, p. 92).

2) Como contabilizamos a sobrevivência de economias com pobre performance persistentemente ao longo do tempo?

“Since Charles Darwin evolutionary theory has had a powerful influence upon our understanding of social survival, and it has been embedded in the literature of economics since the publication of Armen Alchian’s 1950 article. The implications of the theory are that over time inefficient institutions are weeded out, efficient ones survive, and thus there is a gradual evolution of more efficient forms of economic, political, and social organization” (NORTH, 1990, p.92).

“I have used the term efficient in this study to indicate a condition where the existing set of constraints will produce economic growth. Specifically, institutions that enable the parties in the exchange to capture more of the gains from trade will grow relative to those that fail to realize this potential. Either emigration to the more successful economies or emulation of the institutions of those economies would result. Again going back to the Coase theorem: in a world of zero transaction costs, the efficient solution that produced the highest aggregate income would prevail. But because transaction costs are not zero, we could anticipate differential performance reflecting different degrees of success of institutional frameworks in reducing transaction (and transformation) costs. But why would the relatively inefficient economies persist? What prevents them from adopting the institutions of the more efficient economies?

If institutions existed in the zero transaction cost framework, then history would not matter; a change in relative prices or preferences would induce an immediate restructuring of institutions to adjust efficiently, as described in Chapter 2 on the competitive model. But if the process by which we arrive at today’s institutions is relevant and constrains future choices, then, not only does history matter but persistent poor performance and long-run divergent patterns of development stem from a common source” (NORTH, 1990, pp.92-93).

Em *Institutions* (1991) é feita uma comparação das colônias Inglesas com as Espanholas e Portuguesas na América. E as instituições ocupam um papel central neste estudo: é a forma pela qual as instituições políticas e econômicas evoluem que cria um ambiente econômico que induz a aumentos de produtividade. Neste ponto cabe uma pequena crítica, pois apesar de instituições semelhantes, com a mesma origem, proximidade geográfica e uma história que por vezes se confunde (como na ocasião da União Ibérica, nos séculos XVI e XVII) existem diferenças significativas entre as colonizações espanholas e portuguesas. Um exemplo nítido é a presença de universidades nas colônias, algo difundido entre os espanhóis e inexistentes nas colônias portuguesas (conforme CARVALHO, 2007). Além das destas

diferenças negligenciadas, North afirma que Inglaterra e Holanda foram bem sucedidas, ao contrário de Portugal e Espanha. Esta afirmativa pode ser criticada utilizando a própria Nova Economia Institucional como base. Portugal e Espanha foram bem sucedidos em uma época na qual os desafios eram outros. Os objetivos de comércio e exploração colonial foram atingidos, por exemplo, nos séculos XVI e XVII, quando estas eram as nações mais ricas do mundo ocidental. Elas realmente falharam em construir instituições voltadas para a economia de mercado como fizeram Inglaterra e Holanda, mas é preciso considerar que o incentivo não era tão grande para Portugal e Espanha.

Há preocupação com os custos de transação, que aumentam a medida que o comércio se expande em direção a uma escala mundial. Os custos de transação impedem a eficiência dos mercados. Quando estes custos são relevantes, para North, torna-se necessário o estudo das instituições<sup>25</sup>. Para que as instituições permitam a redução dos custos de transação é necessária a resolução do problema da cooperação. Ele afirma, utilizando-se da teoria dos jogos, que as instituições efetivas aumentam os benefícios de uma solução cooperativa e os custos de transação.

O problema da cooperação na economia:

Game theory characterizes the issue. Individuals will usually find it worthwhile cooperating with others in exchange when the play is repeated, when they possess complete information about the other player's past performance, and when there are small numbers of players. Cooperation is difficult to sustain when the game is not repeated (or there is an endgame), when information about the other players is lacking, and when there are large numbers of players. Creating the institutions that will alter the benefit/cost ratios in favor of cooperation in impersonal exchange is a complex process because it not only entails the creation of economic institutions but requires that they be undergirded by appropriate political institutions. (NORTH, lecture)

O que pode ser notado em North (2005) é que a teoria dos jogos é bem menos referida ao longo da obra.

Mesmo partindo de um arcabouço neoclássico, North trata de um mundo não ergódico, onde o futuro não necessariamente é uma continuação (previsível) do presente. Tanto que em *Understanding the Process of Economic Change* (2005), o segundo capítulo

---

<sup>25</sup> Em um estudo empírico publicado em 1986 (*Measuring the Transaction Sector in the American Economy*), em conjunto com John Wallis, North demonstra que 45% do PNB dos EUA em 1970 era oriundo do setor de transação: "Wallis and North (1986) demonstrated in an empirical study that 45 percent of U.S. GNP was devoted to the transaction sector in 1970" (NORTH, 1993).

trata de incerteza em um mundo não-ergódico<sup>26</sup>. Nele North apresenta argumentos semelhantes ao utilizados por economistas pós-keynesianos, como Cardim de Carvalho (1998).

Uma vez que as instituições influem no desenvolvimento elas modificam-se ao longo do tempo, a previsibilidade do futuro não fica clara, e a história demonstra isso. As instituições servem para explicar as modificações pelas quais as sociedades passam, as quais não eram explicadas de maneira adequada pela teoria neoclássica. A performance das economias é amplamente a história da evolução das instituições e somente pode ser compreendida como parte de uma história seqüencial. São as instituições que conectam passado, presente e futuro.

A incerteza perante o futuro leva os indivíduos a não tomarem as melhores decisões (ferindo o axioma da racionalidade). As instituições passam a ser importantes no controle das incertezas, transformando-as em risco. É o que ocorre no mundo moderno com as empresas seguradoras, ou com diversificação de *portfolio*, como cita o autor, que efetuando esta troca de incerteza por risco, reduzem os custos de transação.

Após estas considerações a respeito do método da história econômica, os próximos capítulos tratarão da história econômica propriamente dita: os fatos ocorridos bem como a maneira com que eles foram interpretados pela historiografia. O capítulo 3 se inicia com a contextualização da economia brasileira dentro do mundo, ao iniciar o século XIX. Serão apresentadas as principais interpretações sobre o período.

Já o quarto capítulo tratará da história econômica em nível regional, descrevendo a economia charqueadora do Rio Grande do Sul, para ao final do capítulo relacionar as mudanças ocorridas com o marco teórico descrito neste capítulo inicial.

---

<sup>26</sup> “Uncertainty in a Non-ergodic World” (pp. 13-22).

### 3 AS INTERPRETAÇÕES A RESPEITO DA ECONOMIA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

Neste capítulo será feita a descrição de alguns dos fatos históricos ocorridos ao longo do século XIX na sociedade brasileira. O objetivo não será fazer uma análise pormenorizada e minuciosa, mas descrever os processos de maneira geral. A escolha de um período amplo para análise foi feita com o propósito de facilitar a compreensão do processo de mudança que ocorre lentamente ao longo do tempo

É ao longo do século XIX que ocorre uma mudança substancial na economia brasileira. Ao final do século, a economia é totalmente diferente daquela do início do século. É um processo longo, onde as características da sociedade são alteradas radicalmente, porém, num processo lento, gradual, e sem rupturas – sucessivas mudanças dentro da ordem, sem subvertê-la.

Uma simples comparação entre a configuração vigente no início do período com o final do período é capaz de explicitar a dimensão da transformação.

Quadro 3.1: Brasil 1800-1900

	1800	1900
Status Político	Colônia	República Independente
Organização do Trabalho	Baseada no trabalho escravo	Baseada no trabalho livre
Comércio internacional	Monopólio colonial	Livre comércio
Política monetária	Exógena	Endógena
Mercado Financeiro	Inexistência de organizações financeiras, bancos, seguradoras e mercado acionário.	Sinais de bancarização e financeirização.
Território	Fronteiras ainda incertas	Fronteiras definidas

Fonte: elaboração própria.

Estamos utilizando aqui o termo “economia brasileira” para descrever a organização econômica vigente no atual território do Brasil, embora isto não seja totalmente correto, vamos utilizar esta denominação, a fim de comparar com o que se desenvolveu posteriormente. Antes da transferência da família real portuguesa para o Brasil, o que havia aqui eram colônias parcialmente isoladas, as quais se conectavam a Lisboa, via comércio, mas não necessariamente às demais colônias. Ao longo do século XIX foi que a economia brasileira constitui-se de fato, através de uma maior ocupação territorial, através de manutenção dos territórios até então pertencentes ao Império Português e expansão territorial,

ocupando terras no interior, definindo as fronteiras com a América Espanhola<sup>27</sup>, aumentando a integração entre as diferentes regiões.

Estas importantes mudanças, e as interpretações a respeito delas, serão objeto de estudo deste capítulo. Para isso, o capítulo será iniciado apresentando-se o contexto mundial ao iniciar-se o século XIX, visto que o Brasil não nasce como algo isolado do restante do mundo – surgindo intimamente ligado à economia capitalista mundial.

### **3.1 Antecedentes: o contexto histórico com o qual o Brasil deparou-se ao iniciar o século XIX.**

Para compreendermos as mudanças pela qual passou a economia brasileira, é necessário, além da descrição do que se passava internamente no país, descrever o cenário existente no resto do mundo, pois este período também é marcado por fortes mudanças em todo o mundo, sobretudo na Europa. Por isso, antes do estudo do que ocorreu no Brasil, convém fazermos uma breve revisão a respeito das transformações pelas quais estavam passando as principais economias européias, dadas as conseqüências destes acontecimentos e seus desdobramentos que afetaram o Brasil.

A dupla revolução que sacudiu a Europa ao final do século XVIII (Revolução Francesa e Revolução Industrial na Inglaterra) teve reflexos profundos no Brasil. Na verdade, estes dois acontecimentos são fundamentais na formação do mundo no qual vivemos, uma vez que não ficaram limitadas a França e Inglaterra: os efeitos foram sentidos primeiro na Europa, e posteriormente em quase todas as partes do mundo. A partir da dupla revolução, o mundo tornou-se menos rural e mais urbano, e tornou-se mais integrado: as distâncias diminuíram, levando, na segunda metade do século XIX, a um aprofundamento da globalização, iniciada no século XV com os Descobrimentos.

No entanto, aqui no Brasil, muitos dos seus efeitos demoraram um período muito longo de tempo até serem sentidos. As transformações ocorridas entre 1789 e 1848 são profundas e de acordo com Hobsbawm (2006, p. 16) são as maiores transformações desde a

---

<sup>27</sup> As atuais fronteiras brasileiras foram definidas durante o século XIX, com a exceção do Acre, que passou a

invenção da agricultura, da metalurgia, da escrita, da cidade e do Estado. Estas transformações não ocorreram de maneira isolada, seus efeitos se sobrepõem, gerando um resultado bem diferente do existente ao iniciar o processo.

Até o advento da Revolução Francesa, quase toda a Europa (com poucas exceções, uma delas a Inglaterra, que desde a Revolução Gloriosa de 1688 possuía uma monarquia constitucional) era governada por monarquias absolutistas, que eram bastante próximas da Igreja: o monarca seria o representante de Deus na terra. O Iluminismo surgiu, então, como uma reação a isso. O crescimento das atividades comerciais e manufatureiras permitiu o desenvolvimento de um ambiente propício à disseminação dos ideais libertadores. Estes idéias difundiram-se principalmente na França e na Inglaterra.

North (1981, p. 158) aponta que a maneira de vida existente na Inglaterra de 1750 não era substancialmente diferente daquela existente na Grécia Antiga. A Revolução Industrial alterou de tal modo a sociedade, que um suposto viajante no tempo, que tenha partido da mesma Grécia antiga e chegasse ao mundo ocidental um ou dois séculos após 1750, se depararia com um mundo “irreal” “no qual pouco poderia ser reconhecido ou até mesmo compreendido, muita coisa no estado da humanidade foi alterado neste espaço de tempo relativamente curto” (1981, p.158, tradução minha).

As mudanças são listadas em: 1 crescimento populacional à taxas nunca dantes vistas (a população mundial quintuplicou em pouco mais de dois séculos; 2 o padrão de vida alcançado pelo mundo ocidental não tem nenhum paralelo no passado – um cidadão médio de hoje em dia desfruta de luxos que nem os homens mais ricos das sociedades antigas possuíam acesso. Sendo que a expectativa de vida quase dobrou nos países desenvolvidos; 3 o aumento da produtividade agrícola fez com que a agricultura deixasse de ser a atividade econômica preponderante; 4 como consequência de 3, as sociedades ocidentais tornaram-se urbanas, gerando crescente especialização, divisão do trabalho, interdependência e externalidades; e 5, mudança tecnológica contínua tornou-se o padrão. Novas fontes de energias são descobertas e novos materiais e substâncias são criados para satisfazer as “necessidades humanas”.

O período da Revolução Industrial foi de intensas modificações na estrutura da economia e das sociedades humanas. Para North, as causas deste crescimento sem precedentes estão no período imediatamente anterior à Revolução Industrial, no qual a

Inglaterra e a Holanda criaram condições favoráveis para isto. North aponta que geralmente a literatura aponta para o desenvolvimento tecnológico como fonte para tal progresso. Mas isto seria na verdade um sinal da revolução em curso. A fonte disto estava na estrutura institucional criada, que favorecia o investimento privado. Ao se criar condições de defesa da propriedade privada, fomentaram-se o desenvolvimento de mercado de capitais e de organizações financeiras. Para uma análise mais detalhada dos fatores que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo durante a Revolução Industrial ver NORTH, 1981, capítulos 11 e 12 e NORTH, 1973, que trata especificamente deste assunto.

Até então, o trabalho servil e escravo era aceito em boa parte do mundo. Durante o período de um século esta situação inverteu-se completamente. O Brasil, que foi um dos últimos países a abolir o trabalho escravo (FOGEL, 1994, pp. 206-207), o fez em 1888<sup>28</sup>. Logo em seguida a monarquia teve fim no Brasil. Porém é necessário ressaltar que tão importante quanto a abolição do trabalho escravo foi o fim do tráfico de escravos (que passou a sofrer oposição do governo inglês). Entre estes dois eventos, começou uma gradativa implantação do trabalho assalariado na economia brasileira.

### *3.1.1 Revolução Francesa*

A Revolução Francesa é uma revolução predominantemente política (com grandes conseqüências na organização social) que marca o fim do antigo regime na Europa. Pode se dizer que, até então, havia fortes traços medievais nas sociedades européias. Nos anos que seguiram a 1789, houve reflexos dos acontecimentos da França por boa parte da Europa.

Um olhar desatento buscaria traçar um paralelo entre a Revolução Francesa e a Inconfidência Mineira, ambas ocorridas em 1789. Entretanto, o movimento ocorrido no Brasil não teve relação com o que estava acontecendo na França. Apesar de ambos terem como motivação a reação a monarquias absolutistas, os ideais dos revolucionários franceses demoraram até cruzar o atlântico e influenciar os acontecimentos por aqui. Todavia, o Brasil era muito atrasado: não havia um ambiente propício para agitações. A ausência da produção de manufaturas e o monopólio do comércio pelos portugueses não permitiam a existência de uma classe burguesa que fosse significativa e revolucionária. Como resultado, a insurgência foi sufocada e a república só foi instalada no Brasil ao final do século seguinte.

---

<sup>28</sup> Considerando o processo de abolição que envolveu a maior parte dos países durante o século XIX. Somente no final do século XX a escravidão tornou-se ilegal em alguns países árabes, como a Mauritânia. Sendo que ela continua sendo praticada de maneira disfarçada em várias partes do mundo subdesenvolvido.

Após o triunfo dos revolucionários franceses, a Europa viveu, entre 1792 e 1815, uma seqüência quase ininterrupta de guerras. Inicialmente a expansão da Revolução Francesa para os outros países europeus foi baseada na ideologia de libertação, com o passar dos anos (principalmente com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder), tornou-se mais uma expansão de conquista e exploração (HOBSBAWM, 2006, p.116). A consequência mais imediata do clima de pânico que se instalou na Europa por ocasião das guerras napoleônicas, foi a transferência da corte Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro<sup>29</sup>, que levou, conseqüentemente, a uma série de acontecimentos decisivos no processo de independência do Brasil, em 1822, e mesmo a proclamação da república, em 1889. As transformações econômicas que se iniciam nesse período, formam as bases da economia capitalista, que irá desenvolver-se e industrializar-se durante o século XX.

O fim do expansionismo francês em 1815, após as derrotas na Rússia e na Bélgica, deu início a um século de paz. A partir de então, até o advento da primeira Guerra Mundial em 1914, as potências européias não se envolveram em guerras dentro dos seus territórios. Os únicos confrontos existentes foram deflagrados em suas possessões coloniais. Isso gerou (principalmente a partir da segunda metade do século XIX) uma substancial expansão capitalista (ver HOBSBAWM, 2005a) e imperialista (a partir de 1875 – ver HOBSBAWM, 2005b).

### *3.1.2 Revolução Industrial*

A profunda alteração do estatuto colonial ocorrida em 1808 por ocasião da chegada da corte portuguesa ao Brasil, marca o início de um período de sucessivas mudanças. A monarquia teve que decretar o fim do monopólio colonial, uma vez que a situação não permitia que Portugal atendesse a demanda que passou a existir no Brasil por mercadorias. Portanto os portos brasileiros foram abertos às nações amigas (favorecendo em grande medida a Inglaterra). Logo, o Brasil deixou de ser uma simples colônia e passou a ser a sede do Império Português, tendo seu status elevado à Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, um caso único na história – uma colônia que ascende ao status de metrópole. Nesse período, o Brasil estreitou suas relações com a Inglaterra, cuja produção de manufaturas estava em franca expansão, passando a ter uma dependência econômica. É possível fazer uma analogia

---

<sup>29</sup> Por conta disto, muitas vezes, o monarca português, Dom João VI, foi referido como um covarde que abandonou o trono, fugindo de Napoleão. Recentemente, a racionalidade deste ato tem sido resgatada pela historiografia, já que o rei de Portugal continuou vivo mantendo seu Império, ao contrário de tantos outros soberanos europeus.

da importância da Inglaterra e a liderança por ela exercida no século XIX foi semelhante (se não maior) que o papel que os Estados Unidos desempenhou ao longo do século XX.

A partir da Revolução Industrial, houve uma expansão das economias da Europa Ocidental, que passaram a explorar, navegar, comerciar, e investir em todos os cantos do planeta. A expansão imperialista do final do século XIX realizada por apenas algumas potências europeias é um reflexo da industrialização ocorrida nestes países. Até mesmo a forma de se fazer guerras mudou. As inovações introduzidas passaram a significar a vitória para aquele que detém a melhor técnica, os melhores armamentos, etc., e não mais quem possuía vantagem numérica em soldados, como era até então. O resultado disso foi a dominação de quase todo o globo por algumas potências europeias. O Brasil não foi afetado por esta expansão militar (que esteve mais focada na África e na Ásia). Mas a expansão do capital teve reflexos por aqui, por meio de empréstimos e investimentos (na América Latina, o Brasil, juntamente com a Argentina eram os principais destinos dos investimentos europeus), principalmente na segunda metade do século XIX.

A Revolução Industrial iniciou-se na Inglaterra durante o século XVIII, e logo se difundiu para a Europa continental, de forma distinta entre os diferentes países, com destaque para a participação de Bélgica, França e Alemanha. Este fenômeno, “em um espaço de menos de duas gerações, transformou a vida do homem ocidental, a natureza de sua sociedade e seu relacionamento com os outros povos do mundo” (LANDES, 2005, p.1).

“O que significa a frase ‘a revolução industrial explodiu’? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços” (HOBSBAWM, 2006, p.50).

Para utilizar a expressão utilizada por David Landes, Prometeu havia sido desacorrentado. Este historiador estadunidense caracteriza a Revolução Industrial como uma sucessão inter-relacionada de mudanças tecnológicas, com progressos centrados em três áreas:

“(1) substituição das habilidades humanas por dispositivos mecânicos; (2) a energia inanimada – especialmente a do vapor – substituiu a força humana e animal; (3) e o aperfeiçoamento dos métodos de extração e transformação das matérias primas, especialmente no que hoje se conhece como indústrias metalúrgicas e químicas” (LANDES, 2005, p. 3).

Estas mudanças de processos e equipamentos permitiram o surgimento de novas formas de organização industrial, com unidades produtoras maiores. Entretanto, de acordo com o exposto no capítulo 2, Douglass North observa que a revolução não é definida pela

mudança tecnológica, que seria apenas uma consequência das modificações institucionais ocorridas anteriormente. As transformações tecnológicas seriam apenas a forma aparente da revolução em curso. Para dar idéia da dimensão destas transformações, Landes apresenta um exemplo semelhante àquele mostrado por North:

“o resultado foi um enorme aumento da produção e da diversidade de bens e serviços, e isso, por si só, mais do que qualquer outra coisa desde a descoberta do fogo, modificou o estilo de vida do homem: os bens materiais acessíveis ao cidadão inglês de 1750 aproximavam-se mais os bens dos legionários de César do que de seus bisnetos” (LANDES, 2005, p.5).

O período que se inicia no Brasil após a transferência da corte portuguesa, marca o início de uma época de contínuas mudanças. A partir daí o Brasil passa a sentir os efeitos da dupla revolução que sacudira a Europa. Segundo Florestan Fernandes, inicia-se aí o processo de Revolução Burguesa no Brasil. Processo este, de formação do capitalismo, que levou mais de um século para ser concluído, terminando na década de 1930. Isso é válido para a consolidação do capitalismo no Brasil, entretanto se formos analisar a industrialização, o processo completou-se somente ao final da década de 1970. Todo este atraso em relação aos países desenvolvidos, principalmente à Inglaterra, é desvantajoso ao país, pela condição de subdesenvolvimento, porém, por outro lado, possibilitou saltos muito mais rápidos de industrialização, levando bem menos tempo do que a Inglaterra levou para perfazer estas etapas.

### **3.2 Trabalho Escravo no Brasil e no mundo**

A escravidão, inserida no Brasil desde o início da colonização pelos portugueses, não é uma invenção lusitana. A utilização de trabalho escravo existe desde o mundo antigo, sendo presente nas mais diversas civilizações. A escravidão é uma das formas mais antigas de organização econômica e social, bem como, uma das que existiu por mais tempo (FOGEL, 1994, p.17), existindo desde o início da civilização. Se em 1830 ela passou na Inglaterra a não ser mais bem vista, cem ou duzentos anos antes, o mesmo não acontecera. Há uma clara mudança de valores (WALVIN, 2007, p.3). A escravidão passou a ser considerada algo amoral e anticristão, bastante diferente da visão dos séculos anteriores.

“At first glance, it might be thought that slavery in Europe would have faced objections from the Christian church. In fact, from the earliest days of Christianity (in the last years of the Roman Empire) Christians tended to accept slavery as part of the natural order of life. After all, slavery had existed in both the world of the Old and the New Testaments, and biblical texts (including the Koran) are littered with references to slavery and slaves” (WALVIN, 2007, p. 21).

A escravidão durante boa parte da história foi algo comum e aceito. Thomas (2006, p. 25) aponta que a escravidão foi a principal instituição na antiguidade<sup>30</sup>, e indícios sugerem a existência da escravidão desde 8000 A.C. na região do baixo Egito. Os escravos contribuíram desde a construção das pirâmides do Egito, até a construção do sistema hidráulico da China. O código de leis mais antigo que se têm conhecimento – o código de Hamurabi – não faz qualquer objeção à escravidão, muito pelo contrário, estipulando punições para escravos fugidos ou para quem acobertasse a fuga deles, prevendo, inclusive, pena de morte para quem auxiliasse ou acobertasse uma fuga.

Ao longo de toda Antiguidade a utilização de escravos foi algo comum, na organização econômica, desempenhando diversos tipos de atividade. Os primeiros questionamentos a respeito da natureza da escravidão foram feitos na Grécia antiga, mas mesmo filósofos como Aristóteles faziam defesa moral desta forma de utilização do trabalho.

“The Athenians were the first to seek a reason for discussing, as well as explaining, the institution of slavery (as of most other matters). For example, Aristotle, in the first book of his *Politics*, firmly said: ‘Humanity is divided into two: the masters and the slaves; or, if one prefers it, the Greeks and the Barbarians, those who have the right to command; and those who are born to obey’. That seemed to imply that, to an Athenian, everyone who was nor Greek could be captured and enslaved – even should be” (THOMAS, 2006, p. 28).

A escravidão era vista, inclusive, como um ato humanitário, pois os escravos eram, inicialmente, frutos de aprisionamentos em combates, sendo capturados, estariam tendo suas vidas poupadas. Ao invés da morte, a captura a fim de realização de trabalhos forçados, poupando a vida do inimigo e privando-o da liberdade.

“Negação prática da essência humana de outros homens, o escravismo se debate desde a Antigüidade com tal contradição. Carecia romper a subsunção de humanidade que igualava os guerreiros no começo de tudo, no combate inicial, antes de a vitória de uns promovê-los a senhores e da derrota de outros reduzi-los a cativos. Um clássico sobre a economia agrícola da Grécia antiga retrata o impasse. Por volta de 380 a.C., feito proprietário rural depois da epopéia da Retirada dos Dez Mil, Xenofonte redige o *Econômico*, tratado socrático sobre a agricultura. Na obra, traduzida mais tarde por Cícero e bastante citada na Antigüidade, Xenofonte elogia os guerreiros e conquistadores benévolos, benfeitores, os quais, em vez de massacrar seus prisioneiros de guerra, reduziam-nos à escravatura, ‘forçando-os a se tornar melhores, e levando-os assim a ter, doravante, uma vida mais fácil’. Ou seja, a

---

<sup>30</sup> “Slavery was a major institution in antiquity” (THOMAS, 2006, p. 25).

escravização se define como um ato de generosidade, reiterativo da natureza humana do prisioneiro, do cativo na medida em que o resgate de uma morte certa para integrá-lo numa sociedade eventualmente mais avançada. O argumento será retomado por grandes e pequenos escritores ao longo dos séculos, a ponto de constituir o fundamento ideológico do substantivo que designa a aquisição de escravos africanos ou índios: resgate” (ALENCASTRO, 2000, p. 152).

Desde o seu surgimento, a escravidão jamais desapareceu – até mesmo durante a Idade Média, quando a servidão passou a ser a forma mais comum de organização da mão-de-obra, a escravidão não deixou de existir (principalmente na Península Ibérica com o uso de muçulmanos capturados em batalhas e guerras religiosas<sup>31</sup>). Mesmo assim, a diferença entre escravidão e servidão é muito tênue (ver artigo de DOMAR, 1970).

A utilização de trabalhadores escravos já era existente em Portugal antes mesmo do descobrimento do território onde se localiza o Brasil. Durante o século XV, Portugal já realizava o tráfico de escravos na costa atlântica da África. As navegações portuguesas, estimuladas por D. Henrique, não visavam inicialmente a captura de escravos, mas sim obter acesso ao comércio em Rio do Ouro, região de localização imprecisa de onde provinha parte do ouro que chegava a Portugal por meio da travessia do Saara pelas caravanas cameleiras. Posteriormente e dados os resultados alcançados, cogitou-se alcançar os mercados da Ásia contornando a África, visto que a via conhecida pelo Oriente Médio estava tomada pelos muçulmanos, os quais, pela intermediação das trocas, encareciam as especiarias e demais produtos orientais na Europa e extraíam rendas de comércio que a comunidade comercial lusitana passou a almejar, o que viria a concorrer com as atividades dos comerciantes italianos, a quem cabia a distribuição, em parte da Europa, das mercadorias orientais. Na medida em que os portugueses avançavam pela costa africana em direção ao sul, contatavam na costa com rotas comerciais preexistentes, as quais conectavam o litoral africano ao interior. Nestes pontos, os portugueses passaram a comercializar tanto bens quanto escravos. Quando os portugueses, em sua expansão ultramarina chegaram à costa africana se depararam com o comércio de escravos, que eram prisioneiros de guerra, capturados no combate entre estados rivais. O que os portugueses fizeram foi transformar este comércio em um grande negócio. Até então, o comércio de escravos ocorria através das caravanas, que levavam a mão de obra desde a África sub-saariana até a região do Magreb (Magrebe), no norte do continente: o centro do comércio de escravos foi deslocado do Saara para o Atlântico ganhando uma nova dimensão.

Um ponto muitas vezes ocultado, ou pouco destacado, pela historiografia tradicional é a participação de africanos no comércio de escravos. Os europeus são frequentemente vistos como conquistadores que ao se depararem com uma unidade dos nativos, rompem-na por meio da escravidão, subjugando os nativos. Na realidade, havia no continente africano uma série de tribos, nações e reinos, heterogêneos e em diferentes estágios de desenvolvimento<sup>32</sup>, sendo muitas delas rivais ou inimigas. Coexistiam no mesmo continente desde tribos caçadoras-coletoras, como as existentes no atual território da Namíbia, até sociedades agropastoris com conhecimentos de metalurgia e com complexidade social tal que não é favor algum chamar-lhes Estados, como no Congo. Seria ingenuidade supor que todos os africanos nativos tenham se comportado de maneira homogênea frente aos europeus. Nem todos se colocaram contra o colonizador português, como é o caso dos guerreiros Jagas na região de Angola, que lutaram ao lado dos portugueses, como ilustra a seguinte passagem de Alencastro:

“Como outros cronistas, Vasconcelos desenha afrontamentos ultramarinos que mostram os europeus, heroicamente solitários, desbaratando imensos exércitos de nativos. Curiosamente, esse viés, próprio da historiografia colonialista mais jactanciosa, reconforta a interpretação militante de autores politicamente corretos, os quais imaginam que os africanos sempre se mantiveram unidos num só bloco contra os invasores brancos.

A história, entretanto, era outra. Tropas nativas lutavam ao lado dos conquistadores na expansão ultramarina, conquanto a maioria dos cronistas omita o fato. Da mesma forma que os temiminós dos paulistas, os potiguares dos pernambucanos e os chombaris de Paulo Dias Novais, os jagas constituíam um componente da supremacia militar lusa na África Central. Vasconcelos se deu conta disso e aliou-se aos canibais para caçar ‘peças’” (ALENCASTRO, 2000).

Como resultado da expansão ultramarina portuguesa, que contornou o continente africano, cruzando o Cabo da Boa Esperança, chegando até a Índia, e mais além, no oriente,

---

<sup>31</sup> A recíproca também era verdadeira, com portugueses sendo capturados por muçulmanos para o trabalho escravo. “Both Christians and Muslims in the Iberian peninsula raided each other’s communities for slaves” (WALVIN, 2007, p. 23).

<sup>32</sup> Para um maior detalhamento a respeito da história africana ver DIAMOND, 2005, em especial o capítulo 19 – *Como a África tornou-se negra*, onde o autor procura a explicação de porquê os europeus conquistaram a África e não os africanos conquistaram a Europa. Ele afirma: “As razões imediatas por trás do resultado do confronto da África com a Europa são claras. Da mesma maneira que em seu encontro com os ameríndios, os europeus que chegaram à África levavam tripla vantagem das armas e de outras tecnologias, da alfabetização generalizada e da organização política necessária para sustentar dispendiosos programas de exploração e conquista. Essas vantagens se manifestaram assim que começaram os confrontos entre os povos dos dois continentes; apenas quatro anos depois de Vasco da Gama chegar à costa oriental da África, em 1498, ele voltou com uma frota cheia de canhões para forçar a rendição do porto mais importante da África oriental, Kilwa, que controlava o comércio de ouro do Zimbábue” (DIAMOND, 2005, p. 399). Estes três fatores, derivados do desenvolvimento da produção de alimentos, ocorrida anteriormente na Eurásia, ilustram as diferentes trajetórias percorridas por estas diferentes sociedades. Diamond destaca o papel desempenhado pelo ambiente sobre a evolução das sociedades humanas, valorizando o legado das trajetórias de cada uma delas (o papel da *path dependence* da Nova Economia Institucional).

foi adquirida experiência na navegação, principalmente do Atlântico Sul, onde foi desenvolvida uma estratégia para contornar as calmarias existentes no Golfo da Guiné: que consistia em afastar-se da costa africana. Não convém aqui discutir a respeito da intencionalidade e nem a respeito do pioneirismo<sup>33</sup>, mas o fato relatado pela história, é que numa das expedições rumo à Índia, ao afastar-se da costa africana, a esquadra de Cabral<sup>34</sup> aportou em futuro território brasileiro, tomando posse destas terras no ano de 1500.

Logo após o “descobrimento” do Brasil, entre 1500 e 1530 este território recém descoberto não despertou interesse da Coroa Portuguesa, ao menos em relação a povoamento e colonização. A atividade econômica era basicamente extrativista: comerciantes portugueses buscavam o pau-brasil no litoral através de comércio com os povos indígenas existentes, levando a mercadoria até a Europa. O declínio da extração do pau-brasil e a concorrência dos franceses fizeram com que o rei de Portugal decidisse dar início ao povoamento destas terras. Com isso, tem-se início o período colonial, que durou no Brasil praticamente três séculos: ele inicia-se aproximadamente em 1530 e vai até 1808. Desde então, iniciou-se a agricultura com base na plantação de cana. É a partir daí que se inicia a utilização de mão-de-obra cativa na economia brasileira. As populações indígenas, por serem semi-nômades, adaptavam-se adequadamente à atividade extrativista, mas não à agricultura. Acresce-se a este fato um outro de natureza biológica: as populações ameríndias levavam desvantagem em relação às africanas e às europeias no que tocava à sobrevivência às doenças que antes dos Descobrimentos ficavam restritas aos continentes de origem. Assim, um escravo indígena, ainda que pudesse ser forçado ao trabalho agrícola contrariando a cultura em que nascera, não poderia ser forçado a sobreviver a ações de microorganismos contra os quais não possuía as defesas necessárias. Neste caso, uma unidade produtiva que empregasse intensivamente escravos indígenas, como as plantações de cana-de-açúcar do Brasil até 1630, viam-se diante da contingência de ter as atividades paralisadas por causa de doenças como sarampo e catapora, as quais eram enormemente letais. Aquelas que, em vez de ameríndios, empregavam africanos, ainda que a diferença de preços entre os escravos de origens continentais distintas

---

<sup>33</sup> Existem relatos de contatos de povos euro-asiáticos com o continente americano que precedem a chegada dos Espanhóis e dos Portugueses, como os chineses no início do século XV, e dos Vikings na América do Norte no século XI, que deixaram, inclusive, registros arqueológicos (ver DIAMOND, 2007). No entanto, foram os Portugueses que colonizaram estas terras, e cuja colonização conseguiu sustentar-se ao longo dos séculos. Por causa disso, a história é focada nos Portugueses, independente do pioneirismo.

<sup>34</sup> Cabral inclusive não teria sido o primeiro português a navegar pela costa brasileira. A viagem de 1500 foi realizada para tomar posse destas terras e descrever o que havia por aqui.

fosse grande, não tinham a continuidade de suas atividades interrompidas e, por isto, mostravam-se mais lucrativas.

Ao “descobrir” o Brasil em 1500, os Portugueses já possuíam três quartos de século de experiência colonial acumulada na África. Açores, Madeira, Cabo Verde, São Tomé, já haviam sido colonizadas. Assim como ao longo do século XV os portugueses foram ampliando seus conhecimentos sobre navegação, acumularam experiência nas atividades coloniais. Lá os Portugueses desenvolveram uma agricultura de clima tropical, acumulando conhecimento e experiência: o plantio da cana de açúcar, em latifúndios que utilizavam trabalho escravo. Nos engenhos da Ilha da Madeira produzia-se a cana-de-açúcar com estes escravos africanos que passaram a realizar o trabalho que inicialmente fora realizado por trabalhadores livres europeus (ALENCASTRO, 2000, pp. 32-33).

“Dada a experiência acumulada pela coroa, previa-se que as receitas régias e a produtividade dos engenhos aumentariam, tão logo os trabalhadores livres da Madeira fossem substituídos por escravos da Guiné introduzidos pelos fazendeiros e senhores de engenho daquela ilha. Procedendo dessa forma, el-rei deu ‘lugar e licença’ para que se difundisse o escravismo, transformando duradouramente a economia atlântica (ALENCASTRO, 2000, p. 33)

Ora, como o surgimento da utilização em larga escala do trabalho escravo provavelmente não foi destituído de racionalidade econômico é de supor-se que durante sua existência, razões puramente econômicas (e não somente culturais habituais ou tradicionais) justificavam a manutenção dessa instituição.

As instituições criadas pelos portugueses estão relacionadas ao tipo de colonização que ocorreu no Brasil. Enquanto que na África e na Ásia o contato se dava pelo comércio, no Brasil ocorreu a implementação da agricultura e colonização territorial (ainda que restrita ao litoral durante boa parte da colonização).

Na África e na Ásia os portugueses se depararam com sociedades que já produziam mercadorias. A existência prévia de um mercado permitia o comércio, que era a intenção dos portugueses. A colonização desta parte do mundo pelos portugueses não se deu pela ocupação territorial. Os portugueses instalavam-se na costa, onde comercializavam, aventurando-se pouco no interior<sup>35</sup>. No Brasil, devido a necessidade da ocupação territorial (ou pela

---

<sup>35</sup> Assim foi o padrão colonizatório da África até cerca de 1800. A África era “ainda, no início do século XIX, um continente sem senhores externos” (SILVA, 1994, p. 23). A partir daí, os Britânicos, seguidos pelas demais potências europeias, principalmente a França, buscaram dominar e colonizar o continente africano. Portugal buscou a colonização nos moldes de ocupação territorial em Angola e Moçambique após a independência do Brasil.

inexistência de uma organização social mais complexa), as instituições das Ilhas Atlânticas Portuguesas foram implementadas.

Estas instituições favoreceram os objetivos de curto prazo, que eram a colonização e o comércio. No longo prazo, estas instituições podem prejudicar o crescimento econômico. Entretanto, esta é apenas uma suposição, e há evidências de que outra matriz institucional não necessariamente geraria desenvolvimento econômico. Uma evidência é a colonização holandesa em Pernambuco. Apesar de institucionalistas como North, apontarem as instituições Inglesas e Holandesas como mais favoráveis ao desenvolvimento econômico, em Pernambuco o que foi implementado foi bastante semelhante ao que havia sido feito pelos portugueses: não ocorreram mudanças substanciais na organização da produção. Além disso, nem todos os países colonizados pela Inglaterra foram “bem sucedidos”. Enquanto que Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia são bons exemplos, a Índia e boa parte do continente africano não replicaram a matriz institucional britânica, e, se o fizeram, não foram bem sucedidos. Por fim, a colonização do Caribe Britânico se aproximou mais da colonização portuguesa feita no Brasil do que daquela verificada no norte dos Estados Unidos.

Fogel (1994, p. 34) aponta as três principais razões mais comumente citadas para a utilização da mão-de-obra escrava no novo mundo, seriam elas: a escassez de fontes de trabalho; o fato de trabalhadores europeus custarem mais caro do que os africanos e a melhor capacidade dos africanos em se adaptar ao clima tropical. Porém estes argumentos negligenciam o fato de no novo mundo ter havido trabalho escravo mesmo onde o trabalho livre era abundante e de escravos terem sido utilizados em locais de clima frio, como em Maryland e em Virgínia, no atual território norte-americano.

Desde o início da colonização, um fluxo cada vez maior de população escrava atravessava o Atlântico compulsoriamente, para trabalhar no Brasil, inicialmente no cultivo da cana-de-açúcar e a partir do início do século XVIII na atividade mineradora, que foram as principais atividades econômicas do período colonial. Esta situação se modificaria no século XIX com o processo que levou à Independência do Brasil.

Desta forma, o Brasil tornou-se o principal destino de trabalhadores escravos. Entre 1502 e 1860 o Brasil recebeu 41% do total de escravos, tendo, inclusive, uma participação importantíssima neste comércio: não era apenas o mercado consumidor, mas se inseria, por

---

meio de seus traficantes, no transporte. Tanto a colonização quanto a formação do estado nacional surgem dentro deste contexto de comercialização e utilização de trabalhadores escravos. Por meio do trato negreiro o Brasil se conectava à África, tendo inclusive, influência política naquele continente, sobretudo em Angola, o principal fornecedor de escravos. Mesmo eventuais discrepâncias nos dados apresentados, não diminuem a importância que o Brasil teve no comércio de escravos:

Tabela 3.1: Desembarque estimado de africanos no Brasil – Séculos XVI-XVIII

Períodos	No período
1531-1575	10000
1576-1600	40000
1601-1625	100000
1626-1650	100000
1651-1670	185000
1676-1700	175000
1701-1710	153700
1711-1720	139000
1721-1730	146300
1731-1740	166100
1741-1750	185100
1751-1760	169400
1761-1770	164600
1771-1780	161300
1781-1785	63100
1786-1790	97800
1791-1795	125000
1796-1800	108700
1801-1805	117900
1806-1810	123500
1811-1815	139400
1816-1820	188300
1821-1825	181200
1826-1830	250200
1831-1835	93700
1836-1840	240600
1841-1845	120900
1846-1850	157500
1851-1855	6100
Total	2113900

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro. IBGE, 2000

Tabela 3.2: Escravos Desembarcados nas Américas

Brasil	4.000.000
Império Espanhol (inc. Cuba)	2.500.000
Índias Ocidentais Britânicas	2.000.000
Índias Ocidentais Francesas (incl. Cayenne)	1.600.000
América do Norte Britânica e Estados Unidos	500.000
Índias Ocidentais Holandesas (inc. Suriname)	500.000
Índias Ocidentais Dinamarquesas	28.000
Europa (incluindo Portugal, Ilhas Canárias, Madeira, Açores, etc.)	200.000
Total	11.328.000

Fonte: THOMAS, 2006, p. 805.

Tabela 3.3: Escravos transportados

País	Viagens	Escravos Transportados
Portugal (incluindo Brasil)	30000	4650000
Espanha (incluindo Cuba)	4000	1600000
França (incluindo Índias Ocidentais Francesas)	4200	1250000
Holanda	2000	500000
Grã-Bretanha	12000	2600000
América do Norte Britânica & EUA	1500	300000
Dinamarca	250	50000
Outros	250	50000
Total	54200	11000000

Fonte, THOMAS, 2006, p. 805.

O Brasil, além de principal destino dos escravos, desempenhava um papel importante no comércio. As atividades ligadas ao comércio de escravos estavam entre as mais lucrativas do Brasil colonial e imperial (até a proibição do tráfico). Uma parte significativa das atividades econômicas existentes dependia da escravidão, que alimentava o tráfico. Com isso, fortunas foram acumuladas com este grande negócio (FRAGOSO, 1998).

Assim foi durante todo o período colonial, sendo que ao longo do século XIX, com a expansão econômica verificada com o processo de independência, este fluxo intensificou-se:

“O Brasil, que com a abertura dos portos em 1808 e o desaparecimento dos entraves que ao seu desenvolvimento opunha o regime de colônia, entrava num período de notável surto econômico, não podia dispensar o tráfico de escravos que ainda era a principal fonte de abastecimento de mão-de-obra nacional. Daí o reconhecimento de sua absoluta necessidade: o tráfico ainda correspondia ao estado de nossas forças produtivas; em outras palavras, integrava-se perfeitamente na economia brasileira de então” (PRADO JR., 1969, p. 80).

Não obstante, as relações comerciais entre a África e o Brasil não se limitavam ao tráfico de escravos. Durante o século XIX, a presença europeia limitava-se ao Cabo da Boa Esperança e às possessões portuguesas ao longo da costa. Estas se limitavam ao litoral, com os europeus pouco se aventurando em direção ao interior, geralmente com consentimento ou vigilância africana. Estas possessões se ligavam diretamente ao litoral da América, por meio do comércio transatlântico, que além de fornecer escravos ao Brasil, trocava mercadorias.

Também a abertura dos litorais atlânticos teria efeitos muito mais profundos sobre a África do que faria prever a diminuta presença humana europeia nas franjas do continente. Pela difusão das plantas americanas, como a mandioca e o milho, que alteraram substancialmente a dieta de numerosas populações. Pela introdução das armas de fogo. Pelo surgimento de nova e crescente demanda de escravos, mais dinâmica do que as do Magrebe, do Oriente Médio e do Índico. E pela atlantização de boa parte do comércio à distancia, com perda para as rotas caravaneiras do Sael e do deserto e para as estruturas políticas que delas dependiam. Os mercados transatlânticos tornaram-se mais importantes do que os antigos mercados transarianos. A vinculação floresta-savana-Sael-deserto, através da qual desaguavam o ouro, a cola e o escravo, passou a ter de competir com a ligação savana-floresta-praia. Acentuaram-se, conseqüentemente, os liames entre os vários pontos do litoral atlântico e tornaram-se mais intensas as atividades ao longo da costa, as viagens de praia a praia que fizeram famosos os crus da Libéria, com suas longas pirogas. (SILVA, 1994, p. 23-24).

Mercadorias eram trocadas e os brasileiros, inclusive alguns libertos que retornaram ao continente africano, muitas vezes desempenhavam importantes papéis nos portos africanos.

Os muçulmanos não predominaram, contudo, entre os brasileiros e os abramileirados que se estabeleceram na costa atlântica da África. A maioria era de cristãos ou cristianizados, estes últimos a praticarem a um só tempo, ou paralelamente, a religião dos orixás e aquela a que se converteram na outra margem do oceano. Brancos e mulatos, uns poucos, e vários deles negros, nascidos na África ou no Brasil, tornaram-se, do mesmo modo que os *imalês* traficantes de escravos. Alguns deles fizeram-se famosos, como Francisco Félix de Sousa — o Chachá de Ajuda —, Pedro Kodjo, Domingos José Martins — o todo poderoso de Cotonou — e Joaquim Manuel de Carvalho, que embarcava em Porto Novo. O comércio dividiu certas famílias: um irmão em Lagos e outro em Salvador, um primo em Anécho e outro no Recife, a trocarem escravos, azeite de dendê, noz de cola, sabão e pano da Costa por tabaco, cachaça, ouro e tudo o que se usava na rua, na sala, no quarto e na cozinha. Negociantes em grande de gente e coisas, lojistas e vendedores de esquina, plantadores de algodão, tabaco, cacau e café, mestres-de-obra e pedreiros, modistas e alfaiates, padeiros e doceiras, marceneiros, músicos e professores, fundaram cidades como Atouetá e Porto Seguro e se uniram em bairros próprios em Acra, Lomé, Agoué, Anécho, Ajuda, Porto Novo, Badagri e Lagos, onde construíram, para si mesmos ou para outros grupos, igrejas, mesquitas, palácios, edifícios, sobrados e arruamentos de casas térreas e de parede e meia, com uma, duas, quatro ou mais janelas. Tudo num estilo arquitetônico derivado das formas barrocas, rococós e neoclássicas aprendidas no Brasil. Criaram, assim, em pequenino e por iniciativa própria, as suas Serras Leas e as suas Libérias (SILVA, 1994, p. 29-30).

Nota-se um arranjo institucional peculiar em se colocar parentes nos extremos das rotas comerciais (no caso, as costas da África e do Brasil). Este arranjo não era novidade, não havia ocorrido anteriormente no mar Mediterrâneo. À medida que o comércio foi se

desenvolvendo, passaram a serem necessárias mais pessoas. As relações passam de familiares para relações impessoais, numa instituição tipicamente capitalista. Não é possível saber se comércio transatlântico do século XIX teria o mesmo destino do comércio mediterrâneo, pois o tráfico de escravos logo foi proibido, cessando este movimento.

Cabe observar que desde o início dos 1800 há uma aceleração no ingresso de escravos, que sofre uma pequena redução na primeira metade da década de 1830. A economia em expansão demandava mais braços para trabalhar, principalmente nas lavouras de café recém instaladas no Rio de Janeiro e adjacências. Dados para o Rio de Janeiro (principal mercado de escravos à época) ilustram esse ponto:

Tabela 3.4: Estimativas do volume de escravos africanos desembarcados no Porto do Rio de Janeiro

1795	10640	1813	17390
1796	9873	1814	15370
1797	9267	1815	13350
1798	6780	1816	19010
1799	8857	1817	18200
1800	10368	1818	25080
1801	10011	1819	21030
1802	11343	1820	20220
1803	9722	1821	21100
1804	9075	1822	20900
1805	9921	1823	19500
1806	7111	1824	25060
1807	9689	1825	26180
1808	9602	1826	35420
1809	13171	1827	29750
1810	18677	1828	45670
1811	23230	1829	47630
1812	18330	1830	28530

Fonte: FRAGOSO, 1998, p. 176.

Mas logo o fluxo é retomado, com intensidade ainda maior. Este fluxo só seria interrompido em meados do século XIX, com a proibição do tráfico a partir de 1850. Algo a ser observado, é que imediatamente antes de ocorrer uma primeira tentativa de proibição do tráfico em 1830 (nos anos de 1828 e 1829), um volume significativo de escravos ingressou no país. Isso demonstra a preocupação dos agentes em garantir a mão-de-obra caso fosse efetivada a proibição do comércio escravagista, a qual constava do tratado de Independência celebrado entre Portugal, Inglaterra e Brasil em 1827.

### 3.3 O Declínio da escravidão e a consolidação do capitalismo no Brasil

Não cabe aqui especular por quais motivos, repentinamente, o Império Britânico passou a repudiar o comércio de escravos. Um fator importante é a disseminação dos ideais revolucionários franceses, mas convém salientar, que a existência de mão-de-obra assalariada, pode (ao menos em tese) comprar manufaturas, e a Inglaterra era considerada, nesses tempos, a fábrica do mundo<sup>36</sup>. Este é um argumento amplamente difundido em nossa literatura, entretanto, carece de embasamento, visto que o capitalismo focou-se no consumo de massa, depois do movimento abolicionista: trata-se de um fenômeno específico do final do século XIX e início do século XX. No Brasil, os trabalhadores só se tornam consumidores após 1930. Não parece fazer sentido, no contexto do início do século XIX, a defesa do fim da escravidão visando criar um mercado consumidor, pois nem na Inglaterra, berço do capitalismo moderno e da revolução industrial, vislumbrava-se esta possibilidade.

Desde o final do século XVIII houve campanhas abolicionistas tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, inicialmente levadas adiante por religiosos e intelectuais<sup>37</sup>. Este movimento ganhou força após os eventos de 1789, mas, aparentemente, não teve repercussão nos impérios Espanhol e Português. Em 1807 o tráfico é proibido aos Ingleses, que passam a exercer pressão sobre outros países<sup>38</sup>.

O Brasil que, desde o princípio da colonização, esteve ligado ao comércio de escravos, ao adquirir a independência política de Portugal deparou-se de imediato com esta pressão:

“O Brasil nasceu sob essa pressão, pois a Inglaterra exigia o fim do tráfico como condição do reconhecimento diplomático da independência. Foi forçado a assinar o tratado de 1826 pelo qual o tráfico era considerado pirataria três anos após a ratificação (que se deu em 1827) e que também obrigava a aceitar os termos dos tratados de 1815 e 1817. O preço inglês incluía ainda o tratado comercial, assinado em 1827, negociado conjuntamente com o do tráfico” (CARVALHO, 2007, pp. 293-294).

---

<sup>36</sup> A investigação das razões da mudança de preferências ocorrida anteriormente na Inglaterra ajudaria a compreender o processo que se desenrolou no Brasil, porém, foge ao escopo deste trabalho. Todavia, isso demonstra o papel, e o espaço, que o estudo das instituições possui na histórica econômica.

<sup>37</sup> WALVIN, 2007, descreve estas pressões em favor do abolicionismo, em especial no Capítulo *Abolishing the Slave Trade* (pp. 147-191).

<sup>38</sup> Thomas ilustra a mudança em relação a interpretação religiosa: “French, Portuguese, and even Spanish traders still acted as if they thought that slavery was ordained by God, just as the Anglo-Saxons has done up till 1807” (2006, p. 559).

O reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra foi condicionado ao fim do tráfico, os brasileiros tentaram contornar estas restrições, que inicialmente, de fato, não surtiram efeito.

“Até 1830, o governo apenas resistiu às pressões, convencido da inviabilidade política de qualquer ação preventiva efetiva para extinguir o tráfico. Até mesmo um político abertamente contrário à escravidão, como José Bonifácio, recusara a exigência feita por Canning de abolição imediata do tráfico. Para José Bonifácio, o custo de tal medida seria mais alto do que sua rejeição e redundaria num autêntico suicídio político. O grau de convicção geral sobre a força do sistema escravista pode ser medido pelo fato de que o governo rebelde de 1817 em Pernambuco, propôs apenas emancipação ‘lenta, regular e legal’, reconhecendo como sagrados, embora conflitantes com o ideal de justiça, os direitos dos proprietários de escravos. Durante o período regencial, se excetuarmos a revolta dos malês, nenhuma das rebeliões que se explodiram, algumas com grande participação de escravos, reivindicou a abolição, nem mesmo a Cabanagem que eclodiu em província cuja população escrava representava parcela mínima da população total” (CARVALHO, 2007, p. 294).

Porém, antes da Inglaterra reconhecer a independência brasileira, outras nações já haviam o feito, como os Estados Unidos e alguns reinos africanos:

“As trocas deram-se nas duas direções, e a cada um dos lados do Atlântico não era de todo desconhecido e indiferente o que se passava no outro. A independência do Brasil, por exemplo, não ficou despercebida na África — e o prova terem sido dois africanos os primeiros reis a reconhecê-la, o Obá Ósemwede, do Benim, e o Ologum Ajan, de Eko, Onim ou Lagos. Em Angola, os acontecimentos de 1822 tiveram enorme impacto, chegando a gerar uma corrente favorável à separação de Portugal e à união ao Brasil” (SILVA, 1994, p. 22).

É claro que o reconhecimento na Europa era importante para o país recém emancipado, ainda mais pelo papel comercial que os ingleses passaram a desempenhar com o fim do monopólio colonial.

Em 1831 ocorreu a primeira proibição ao tráfico – primeira, pois não surtiu efeito prático, tendo permanecido uma lei “para Inglês ver”.

“Em 1831, um ano após o convencionado pelo tratado de 1826, o governo decidiu finalmente passar uma lei antitráfico, pela qual o comércio negreiro se tornava pirataria e como tal seria combatido. No entanto, a seqüência dos acontecimentos mostrou que a lei era literalmente para inglês ver, pois não foram tomadas medidas concretas para implementá-la. Houve, de fato, nos anos imediatamente posteriores, redução na entrada de escravos, mas a redução, bem como em parte a própria passagem da lei, pode ser atribuída antes ao grande aumento na importação de escravos que se seguiu ao tratado de 1826. Segundo Bethell, o comércio tanto legal (feito ao sul do Equador) como ilegal (feito ao norte do Equador) mais que duplicou nos três anos que precederam a lei, tendo entrado no país em torno de 175.000 escravos, a grande maioria no Rio de Janeiro, o que ocasionou uma queda de 50% nos preços entre 1830 e 1831 3” (CARVALHO, 2007, p. 294).

Um fato que chama a atenção é o fato da expectativa da proibição do tráfico ter aumentado a importação de escravos.

Independente dos motivos, o fato é que a repressão ao comércio de escravos foi ficando cada vez maior<sup>39</sup>. Navios ingleses achavam-se no direito de interceptar navios negreiros e confiscar a carga. Carvalho (2007, p.295) cita que entre 1839 e 1842 houve um aumento nas apreensões a navios brasileiros e portugueses. Com o passar do tempo, a partir de julho de 1850, até os navios atracados aos portos estavam sujeitos à inspeção britânica, tendo vários navios sido apreendidos ou afundados, o que prejudicava inclusive o comércio entre províncias, realizado por navegação de cabotagem.

Em 1850, o tráfico de escravos foi oficialmente extinto, com a Lei Eusébio de Queirós, que repetia os termos da proibição de 1831 e previa o julgamento de traficantes por juízes e de compradores pelo juri. “Em contraste com o que sucedera em 1831, a nova lei foi logo implementada” (CARVALHO, 2007, p. 298), em parte devido ao temor de uma reação violenta por parte da armada inglesa.

O fim do tráfico em 1851, coincide com o início da colonização da África pelas potências européias. Neste ano, os Britânicos bloquearam a cidade de Lagos, impedindo o comércio existente ali (liderado por Brasileiros). O processo que aí se inicia se intensifica a partir de 1870, chegando ao ápice na virada do século. Este processo é descrito por HOBBSAWM, 2005 [*A Era dos Impérios*]. A duração da dominação européia sobre a África, não é tão longa sob uma perspectiva histórica de longo prazo, porém, trouxe conseqüências que persistem até os dias atuais. Silva aponta as conseqüências cruéis que a campanha humanitária contra a escravidão trouxe ao continente africano:

“O outro é o da luta contra o tráfico humano, que serviu de roupagem limpa à política britânica de controle do Atlântico e das rotas para a Índia. A história tem suas ironias. O movimento generoso e humanitário para destruir a ignomínia do comércio de negros confundiu-se com o que iria transformar, num espaço curto de tempo, quase toda a África em colônia européia. Sob pretexto do combate ao mercadejo de escravos, ingleses e franceses ocuparam cidades e portos africanos, humilharam e depuseram chefes, sobas e reis, depois de debilitá-los, vedando-lhes a compra de armas e pólvora, impedindo a cobrança de taxas de passagem pelas terras

---

<sup>39</sup> Ainda hoje, não se sabe precisamente o que levou a esta mudança de comportamento dos ingleses. Teria este comércio deixado de ser lucrativo? Teriam os Britânicos mudado? Teriam eles se tornado sensíveis as crueldades praticadas? Teria sido resultado das campanhas abolicionistas? Seria um somatório de todas estas causas? E qual papel os escravos desempenharam nisso (especialmente os rebeldes do Haiti)? (WALVIN, 2007, p.163). De qualquer maneira, ainda é difícil fornecer respostas a estes questionamentos, e este trabalho se deterá sobre as conseqüências desta mudança de atitude, e não sobre as causas.

sob sua soberania e destruindo o monopólio comercial em que muitos deles fundavam o seu poder” (SILVA, 1994, pp. 29-30).

Depois disso, inicia-se no Brasil um processo lento, visando o fim gradual da escravidão. Não houve ruptura, mas modificações dentro do status vigente. Estava proibida a importação de escravos, mas não a existência da escravidão. Esta mudança alterou a estrutura de incentivos da sociedade brasileira: antes havia uma alternativa barata para reposição da mão-de-obra escrava – novos escravos capturados na África e trazidos ao Brasil. Com a proibição, para continuar existindo, a escravidão passava a depender da reprodução dos escravos aqui existentes.

Ainda houve a Lei do Ventre Livre em 1871, que declarava livre os filhos de escravos, ao tornarem-se adultos. Note-se que o período de tempo entre estas duas medidas é de duas décadas, o equivalente a uma geração, para a compreensão do espaçamento ao longo do tempo que teve este processo. Com estas medidas, ao longo de todo este intervalo de tempo, a participação da mão-de-obra escrava na população foi sendo gradativamente reduzida. Dados do Rio Grande do Sul mostram que a população escrava correspondia a 30,35% do total em 1814, 25,19% em 1858, 8,88% em 1883 e apenas 0,89% em 1887 (WEIMER, p.33).

Não obstante, o trabalho escravo só foi oficialmente banido em 1888, por meio da Lei Áurea. A consequência disso é que nesse ínterim houve comércio de escravos das regiões menos desenvolvidas economicamente para aquelas em crescimento.

Tabela 3.5: População escrava por províncias, 1873, 1887 (em %)

Província	1873	1887
AM	0,7	0
PA	2	1,5
MA	4,8	4,6
PI	1,6	1,2
CE	2,2	0
RN	0,9	0,4
PB	1,7	1,3
PE	6	5,7
AL	2,1	2,1
SE	2,1	2,3
BA	11,2	10,6
Subtotal	35,3	29,7
ES	1,4	1,8
Corte	3	1
RJ	19,7	22,5
MG	21,5	26,5

SP	11	14,8
Subtotal	56,6	66,6
PN	0,7	0,5
SC	0,9	0,7
RS	5,4	1,2
GO	0,7	0,7
MT	0,4	0,6
Subtotal	8,1	3,7
TOTAL	100	100
	(N= 1.546.581)	(N= 723.419)

Fonte: CARVALHO, 2007, p. 317.

Houve um aumento da concentração de escravos na região sudeste do Brasil, notadamente a região que mais crescia, principalmente devido à expansão da agricultura cafeeira. Concomitantemente ocorreu a adoção do trabalho assalariado, que empregou a população imigrante que veio da Europa para o Brasil, principalmente italiana, com destino ao estado de São Paulo, e áreas subjacentes, onde estava em expansão a economia cafeeira. A inserção na economia de um novo tipo humano, com costumes e cultura diferentes (ou seja, sujeito a regras informais diferentes), contribuiu, de acordo com Florestan Fernandes (1987), para a formação do espírito capitalista. Este importante sociólogo atribui um peso considerável ao papel dos imigrantes europeus na formação do capitalismo no Brasil.

Entre o fim de tráfico e a abolição, a escravidão passou a constituir um obstáculo ao desenvolvimento do país. A escravidão era também uma contradição com a condição que o país buscava após a independência: foi conquistada a liberdade política em relação a Portugal, mas o país seguia privando seres humanos de suas liberdades individuais. O Brasil tornou-se um país livre, mas com uma considerável parcela da população ainda escravizada. Entre estas duas importantes datas as resistências ao fim da escravidão foram sendo reduzidas, e a economia foi adaptando-se gradativamente à esta condição. Tanto que ao longo década de 1880 a abolição já era dada como certa, restando discussões a respeito de indenizações e da forma com que este processo ocorreria. Continuaram favoráveis à escravidão, apenas os proprietários de escravos, cada vez em menor número. A população escrava também foi sendo reduzida nesse ínterim: se, em 1850, ela representava 31% da população do país, em 1887, a participação é de apenas 5%. Também há queda em valores absolutos de 2,5 milhões para pouco mais de 720 mil pessoas (PRADO JR., 1969, p. 87).

“O império se mostrava incapaz de resolver os problemas nacionais, a começar pela emancipação dos escravos, de cuja solução dependia o progresso do país. E por isso sua estabilidade estava definitivamente comprometida.

Por que esta imobilidade do império? Por que esta incapacidade de se adaptar ao processo evolutivo do país? Já falamos nas instituições em que se fundava e que lhe emperravam a marcha” (PRADO JR., 1969, p. 89).

Com a abolição da escravidão, a monarquia perdeu sua última base de sustentação. O fim do trabalho escravo determinou a queda do regime monárquico no ano seguinte. Como a abolição foi concedida pela própria Princesa Isabel, alguns monarquistas tornaram-se republicanos como retaliação à legislação promulgada pela família Real.

“A Abolição, afinal decretada em 1888, em nada contribuiu para reforçar as instituições vacilantes: confiança perdida dificilmente se recupera, e por isso serviu a Abolição apenas para alienar do trono as últimas simpatias com que ainda contava. Quando Ouro Preto pensou galvanizar o Império moribundo com seu imenso programa de reformas, era tarde: ele já agonizava. Uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro” (PRADO JR., 1969, p. 90).

Assim como boa parte dos acontecimentos do século XIX, e de toda a história do Brasil, a Proclamação da República não foi caracterizada por mudanças revolucionárias. O poder passou do Imperador para um governo militar, que não promoveu mudanças na ordem econômica e social. Inicia-se com o fim do Império a chamada “República Velha”, que reforçou o poder dos cafeicultores Paulistas e Mineiros. Um ponto a ser destacado é a lacuna existente entre a Abolição e a outorga da Consolidação das Leis do Trabalho, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, no ano de 1943. Ou seja, após finda a escravidão, o mercado de trabalho permaneceu, por mais de meio século, desregulamentado.

### **3.4 Interpretações clássicas sobre o período de mudanças ocorrido no século XIX**

Nesta seção serão comparadas as análises de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes e, a seguir, a análise de Raymundo Faoro, referentes ao período de vigência da monarquia, visando colaborar para a compreensão destas interpretações clássicas sobre este período de importantes transformações em nossa história econômica. É nesta época que ocorre a formação (ou a consolidação, de acordo com o ponto de vista) do capitalismo no Brasil.

Estas obras foram escritas após o Brasil iniciar o seu processo de industrialização, nas décadas de 1940 e 1950. Com o progresso verificado no país, vários estudos foram feitos para

tentar compreender o subdesenvolvimento, e as condições históricas que levaram o Brasil a tal condição.

### *3.4.1. As Análises de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes sobre o período da monarquia brasileira (1822-1889)*

Existe um amplo debate na historiografia econômica brasileira a respeito da origem da industrialização. A tese clássica é a de Celso Furtado, que atribui à Revolução de 1930 um papel decisivo quanto à industrialização<sup>40</sup>. Tendo em vista que capitalismo e industrialização não são sinônimos, deter-se-á sobre o surgimento (ou, pelo menos, o desenvolvimento, conforme o ponto de vista) do capitalismo no Brasil, que é anterior ao processo de industrialização. Esta seção será focada nas interpretações clássicas de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes não se aprofundando no debate, sobre o surgimento ou não do capitalismo no Brasil, que será discutido no capítulo 4.

Os autores analisados possuem, pelo menos aparentemente, visões contrárias no que diz respeito ao momento no qual surge o capitalismo no Brasil. Tal contraste ficará mais claro ao longo desta seção. Em linhas gerais, o argumento de Caio Prado Jr. é de que o capitalismo sempre existiu no Brasil, já que este foi colonizado dentro da economia capitalista. Já para Florestan, o surgimento do capitalismo seria resultado do processo de Revolução Burguesa, que se desenvolveu durante mais de um século (entre a chegada da Família Real ao Brasil com a abertura dos portos e o Estado Novo de Getúlio Vargas). Além da contradição entre estas duas interpretações, é possível visualizar pontos onde os dois autores se aproximam.

Vale ressaltar, independente da interpretação adotada, que o período escolhido representa um período de mudanças estruturais intensas e profundas que se encontram espalhadas em um intervalo longo de tempo. Até então, vigorava o estatuto colonial: as decisões que afetavam o Brasil eram tomadas na metrópole.

Serão apresentados os principais argumentos dos dois autores para fins comparativos, buscando explicitar os pontos de convergência e de divergência entre ambos. Para isso serão analisadas as obras interpretativas a respeito de nossa história econômica: *A Revolução Burguesa* de Florestan Fernandes e *História Econômica do Brasil e Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Jr. Inicialmente, será realizada a análise da obra de Florestan Fernandes

---

<sup>40</sup> Uma descrição minuciosa desta discussão foge do escopo deste trabalho.

na seção 3.4.2. Na seção 3.4.3, serão analisadas as obras de Caio Prado Jr. E finalmente, na seção 3.4.4, serão feitas algumas considerações comparativas entre estes dois autores.

### 3.4.2 A revolução Burguesa

Florestan Fernandes, sociólogo da USP, foi influenciado, entre outros, por Karl Marx e Max Weber, fazendo utilização de conceitos e modelos teóricos destes dois pensadores em sua principal obra, *A Revolução Burguesa no Brasil*, que pode ser considerada uma síntese da forma com que o autor via a evolução histórica brasileira.

O processo de Revolução Burguesa, descrito por Florestan Fernandes, abrange um período de tempo um pouco maior do que aquele em foco neste trabalho. De acordo com a visão do autor, este é um processo que se inicia com a vinda da família real para o Brasil, a abertura dos portos às nações aliadas e a elevação do Brasil de colônia à Reino Unido, estendendo-se até a década de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a formação do Estado Novo.

Para Florestan Fernandes, a independência do Brasil é um fator fundamental no processo de Revolução Burguesa no Brasil. Esta revolução ocorre de maneira esparsa ao longo do tempo, e ao longo de mais de um século é responsável pela implementação do capitalismo no Brasil. É com a independência que aparece a economia nacional: a nação é formada, as decisões passam a ser tomadas internamente, começa a ser possível a execução de política econômica. Antes disso, o que havia eram núcleos isolados que se comunicavam diretamente com o exterior, através do comércio, com baixo grau de intercâmbio entre as províncias. A autonomização, política e econômica, do Brasil começa antes mesmo da independência, em 1822: seu início está datado na ocasião da chegada da família real ao Brasil em 1808. Se voltarmos mais no tempo, a própria transferência da família real é consequência do ambiente existente na Europa no início do século XIX, resultado da Revolução Francesa, conforme descrito na primeira parte deste capítulo.

Esse processo lento de mudança conservadora leva, mesmo com toda acomodação, a um resultado ao final do processo que é totalmente diferente daquele existente antes deste iniciar-se. Antes o que havia era uma economia colonial, sem autonomia, exportadora de produtos primários, baseada na utilização de mão-de-obra escrava. Ao final da Revolução Burguesa, temos uma economia nacional, integrada, com o centro das decisões dentro do território do país, em processo de industrialização utilizando-se de mão-de-obra assalariada. É

um processo descrito como conservador, devido à inexistência de rupturas, processos revolucionários e mudanças abruptas. A Revolução Burguesa à qual o título do livro se refere é uma revolução diferente das demais, como a Americana, Francesa e Russa, entre outras. No processo ocorrido no Brasil, a ameaça ao *status* vigente é praticamente nula, enquanto que nos demais processos revolucionários ocorreram mudanças radicais na estrutura das sociedades em períodos muito mais curtos de tempo.

“Nesse entrechoque de conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, que repousa o que se poderia chamar de *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia (...) logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa. (...) ela praticamente ditou a solução dos conflitos a longo prazo, pois não só resguardou seus interesses materiais ‘tradicionais’ ou ‘modernos’, apesar de todas as mudanças, como transferiu para os demais parceiros o seu modo de ver e de praticar tanto as regras quanto o estilo do jogo” (FERNANDES, 1987, p. 209).

Este processo de acomodação foi dotado de um sentido e levou o Brasil até uma situação de busca por lucro e utilização do trabalho assalariado: o capitalismo é absorvido e a sociedade passa a ser guiada pela *ordem social competitiva*. Até então, o comportamento econômico das classes senhoriais não seguia a lógica racional, mas um comportamento de defesa de valores tradicionais. Com a “Revolução Burguesa”, o espírito do capitalismo passou a ser dominante.

Quatro fatores histórico-sociais são fundamentais para esta “Revolução”: a independência; dois tipos humanos (fazendeiro de café e o imigrante); a mudança das relações com o exterior e a organização da economia interna; a expansão e universalização da ordem social competitiva (FERNANDES, 1987, p. 30). Estes processos são de natureza política, econômica, sociocultural e sócio-econômica (CHIEZA, 2007, p.3).

É importante notar a ênfase dada às questões internas da sociedade brasileira. A visão de Florestan Fernandes é inovadora, uma vez que as análises anteriores focalizavam demasiadamente no imperialismo, e na força da Inglaterra em afetar as decisões que eram tomadas no Brasil. “Portanto, ao se apelar para noção de ‘Revolução Burguesa’, não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado dos povos europeus” (FERNANDES, 1987, p. 20). Os fatores revolucionários são internalizados, o autor busca sempre mostrar explicações endógenas à economia brasileira, ao passo que para Caio Prado Jr. o papel dos fatores externos recebe mais destaque. Mesmo assim, a explicação de Prado Jr. não ignora os

fatores internos, para ele existe uma lógica interna, mas que se encontra inserida no restante do mundo capitalista.

Mesmo valorizando mais os aspectos internos, Florestan Fernandes reconhece que o capitalismo no Brasil não se desenvolveu de forma espontânea a partir de uma situação preexistente. E sim, pela absorção interna dos padrões implantados que acabam adquirindo sua própria forma: os modelos econômicos transplantados para a sociedade brasileira (ou seja, o capitalismo) são absorvidos. Isso se manifesta por meio da produção agrícola, artesanal e manufatureira voltadas ao mercado interno e pela utilização do excedente para a dinamização e autonomização da economia (FERNANDES, 1987, p. 88-89).

“Assim, a implementação do capitalismo em novas bases econômicas e psicossociais constitui um episódio de transplantação cultural. Ele não ‘nasceu’ nem ‘cresceu’ a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente (o sistema econômico colonial). Mas vincula-se a um desenvolvimento concomitante de tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha seus suportes materiais ou políticos na economia colonial, sem lançar nela as suas raízes. Em conseqüência, o salto ocorrido na esfera econômica não corresponde, geneticamente, a um processo de diferenciação (contínua ou súbita) das mesmas estruturas econômicas. Representa um processo novo, que extrai parte de sua substância das estruturas preexistentes, mas que se organiza, desde o início, como uma estrutura divergente, nascida da conjugação histórica de novas possibilidades de ação econômica e de novos padrões de organização do comportamento econômico” (FERNANDES, 1987, p. 80).

Até então, oportunidades de lucro eram desperdiçadas pela configuração das instituições: a economia colonial e a escravidão reprimiam o investimento em outros ramos da atividade econômica<sup>41</sup>. Além disso, inicia-se a possibilidade de execução de política econômica, já que até o início do século XIX, o destino da economia brasileira era decidido na corte de Lisboa.

“A conseqüência fundamental do sentido comercial da colonização foi a criação de uma matriz institucional que não induzia a operosidade e a criatividade individual. Essa matriz, por um lado, não desestimulava o trabalho, pois este, ao ser realizado quase que exclusivamente pelo braço escravo, integra-se ao modelo mental dominante do período colonial como um fator de desonra pessoal para o homem livre. Em segundo lugar, não favorecia o desenvolvimento de atividades econômicas alternativas, em parte porque não havia oportunidades econômicas expressivas fora das atividades diretamente ligadas ao comércio colonial. Mas também porque o clima de ócio generalizado, que resultava da desvalorização psicológica do trabalho, fazia com que mesmo atividades potencialmente lucrativas existentes não fossem exploradas” (BUENO, 2003, p. 8)

---

<sup>41</sup> Não se trata de inexistência de busca por lucro, muito pelo contrário, pois a atividade de comércio de escravos era muito lucrativa. De fato, o lucro gerado era tão grande, que desestimulava o investimento em outros setores, que não obteriam uma taxa interna de retorno tão elevada.

Como sociedade de origem colonial, o capitalismo no Brasil foi inserido antes da ordem social competitiva, somente com o desencadeamento da *Revolução Burguesa* houve a ruptura, formando o *Brasil moderno*.

Florestan Fernandes chama a atenção sobre a peculiaridade do capitalismo desenvolvido no Brasil:

“Esse capitalismo não continha, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas Nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões - uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em vias de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização, a esse capitalismo se poderia aplicar a noção de ‘capitalismo dependente’” (FERNANDES, 1987, p.90).

Este conceito de *capitalismo dependente*, apresentado em “A Revolução Burguesa no Brasil”, foi posteriormente desenvolvido por um de seus principais seguidores, Fernando Henrique Cardoso, em suas obras.

Max Weber, de grande influência sobre Florestan Fernandes, preocupa-se com o espírito do capitalismo. A existência do capitalismo como um fenômeno concreto, estaria ligada a existência, no plano das idéias, do espírito capitalista. “O capitalismo existiu na China, na Índia, na Babilônia, no mundo clássico e na Idade Média. Mas em todos esses casos (...) o *ethos* particular faltou” (WEBER, 2001, p. 46). O espírito do capitalismo depende da existência de uma racionalidade, uma racionalidade voltada para o lucro existente na sociedade.

“É uma das características fundamentais de uma economia individualista capitalista, racionalizada com base no rigor do cálculo, dirigida com previsão e cautela para o sucesso econômico almejado, e está em agudo contraste com a existência simples do camponês e com a do tradicionalismo privilegiado do artesão corporativo e do capitalismo aventureiro, orientado para a exploração das oportunidades políticas e da especulação irracional” (WEBER, 2001, p. 62).

Percebe-se que Florestan Fernandes valoriza bastante os fatores sociais e psicológicos. O capitalismo no Brasil, só existe, de fato, quando além da acumulação de capital, existe uma mentalidade coletiva voltada para tal.

### 3.4.3. Caio Prado Jr.

Caio Prado Jr. inova na análise marxista da economia brasileira, que usualmente via o Brasil como um país atrasado (feudal), derivando daí a necessidade, suposta por alguns, do desenvolvimento do capitalismo antes do desenvolvimento de uma sociedade socialista. Caio

Prado Jr. afirma que o Brasil desde o princípio é capitalista, pois nasceu dentro da economia mundial capitalista. Isso contraria a tese comum entre os marxistas da época, que tentavam transplantar para a realidade brasileira uma seqüência de etapas desenvolvida para a Europa. Como na Europa o capitalismo havia surgido a partir do feudalismo, vários autores tentavam explicar o surgimento do capitalismo no Brasil da mesma forma, para isso, buscavam resquícios feudais (inexistentes) no Brasil. A economia brasileira era resultado da expansão mercantilista (ou seja, de acumulação primitiva) verificada no século XVI. Para Marx (1983), é neste período que se desenvolve a produção de manufaturas: “A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista ela predomina durante o período manufatureiro propriamente dito, que, grosso modo, dura de meados do século XVI até o último terço do século XVIII” (p. 267). Ela é anterior a produção na grande indústria, mas já adquire a forma capitalista:

“A cooperação baseada na divisão do trabalho ou a manufatura é nos seus inícios uma formação naturalmente desenvolvida. Tão logo ela tenha ganho alguma consistência e amplitude de existência, torna-se a forma consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista” (MARX, 1983, p.287).

Podemos também, de maneira semelhante, interpretar que o “pré-capitalismo” existente inseria-se na economia capitalista de forma bastante útil, mesmo que através da acumulação primitiva de capital. Isso se manifesta desde o período da extração do pau-brasil, passando pela economia canavieira. Para Caio Prado Jr., o “engenho” era uma fábrica (1942, p. 36). As atividades econômicas coloniais eram organizadas de forma sistemática, visando o lucro. Trata-se de uma visão bastante parecida com a descrição que Marx faz da produção de manufaturas: “É a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção” (PRADO JR., 1942, p. 36). Mesmo que não houvesse trabalhadores livres recebendo salário, as relações de produção organizam-se como se assim fossem não havendo diferenças significativas. Neste ponto, parece haver um ponto de discórdia, mesmo que parcial, entre Caio Prado Jr. e Marx, já que para o autor brasileiro, a existência de salários (ou seja, a apropriação do excedente dentro da jornada de trabalho) não é fundamental para a denominação de uma relação de produção como capitalista. Aqui parece que Florestan Fernandes aproxima-se mais de Marx, uma vez que o ponto no qual surge o capitalismo no Brasil está no momento de transição da utilização de mão-de-obra escrava para mão-de-obra assalariada.

Prado Jr. utiliza a interpretação materialista para analisar a história brasileira. Para ele, “na nossa história os *heróis e os grandes feitos* não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial” (1969, p.10). Em suas obras, reduz a importância das ações individuais, salientando a importância dos movimentos sociais. Isto fica visível, por exemplo, quando ele refere-se à figura do Imperador:

“A política de D. Pedro não foi, não poderia ter sido outra coisa que o reflexo de forças que atuavam no seio da sociedade; e podemos até dizer, se tivéssemos de determinar o grau de contribuição individual do Imperador para a evolução do país, ela interveio em proporções insignificantes, praticamente nulas” (PRADO JR., 1969, p. 89).

Mesmo que o capitalismo tenha sempre existido, a partir de 1807 temos uma seqüência de momentos fundamentais para compreensão do desenvolvimento capitalista no Brasil. Se até então o Brasil era um colônia frente à economia mundial, a transferência da corte para o Rio de Janeiro, a elevação do Brasil à Reino Unido, a abertura dos portos, e a independência, possibilitam a formação de uma Economia Nacional, pois até então havia pouca interação entre as províncias.

Até então, o que havia era uma economia colonial, que podia comerciar apenas com Portugal. Esta autonomização, pela qual passou o Brasil, fez com que o país passasse a sofrer uma maior influência inglesa. Caio Prado descreve a mudança no posicionamento inglês em relação ao trabalho escravo: o império que no século XVIII, apoiava esta atividade, no século seguinte, passa a repudiar e exercer pressão sobre as demais nações pela abolição do tráfico de escravos.

O estatuto colonial é alterado em 1807 por ocasião da mudança da corte portuguesa: “Quando os acontecimentos na Europa obrigam o rei, sua corte e seu governo a se mudarem para a colônia e nela erigirem a sede da monarquia portuguesa, impor-se-á desde logo (...) a necessidade de considerar o Brasil mais que uma simples colônia” (PRADO JR. 1942, p. 200). Inicia-se, a partir daí, um período de mudanças profundas nas estruturas da sociedade brasileira.

Caio Prado Jr., ao descrever o período que aí se inicia, afirma que “Circunstâncias... fazem deste período que vai até a metade do século uma época revolucionária de bruscos saltos e transformações violentas” (1942, p.163). São mudanças profundas, mas que se encontram dispersas em um período relativamente grande de tempo.

“Na colônia, sob a pressão externa da metrópole européia, ao mesmo tempo dominadora e aglutinadora, aquela contradição se fazia menos sentir, e a estrutura social e econômica do Brasil mantinha-se neste terreno em relativo equilíbrio. Já as coisas se tornavam diferentes com a separação política e a Independência, e o desaparecimento daquela pressão exterior” (PRADO JR., 1942, p. 153).

Entre o início do processo de transformação pelo qual passou a economia brasileira no século XIX, com a vinda da família Real em 1807 e o fim do tráfico de escravos, transcorre quase meio século. Daí até a abolição da escravidão transcorre mais 39 anos. Ou seja, são mudanças radicais, mas não ocorre uma ruptura total em um determinado momento do tempo - são mudanças lentas e graduais, como é característico em toda a história econômica do Brasil. Este gradualismo é totalmente compatível com a idéia de mudança incremental presente na teoria de Douglass North. A inexistência, ou pelo menos a escassez, de rupturas bruscas e mudanças revolucionárias parece ser uma característica marcante ao longo da história econômica do Brasil. Essa evolução pacífica é tão marcante, que se encontra presente até mesmo na bandeira nacional, onde se encontra o lema positivista “Ordem e Progresso”<sup>42</sup>, quase que determinando evolução sem revolução: a melhoria das condições de vida (progresso) deveria ocorrer dentro da ordem, sem ferir direitos e a propriedade.

A partir da independência a contradição de um país politicamente livre com uma parcela considerável da população privada de liberdade tornou-se cada vez mais evidente. Os debates acerca da escravidão se intensificaram, e parecia claro que ela teria um fim. A proibição do comércio, em 1850, foi o passo mais importante na direção do fim da escravidão, visto que alterou completamente o sistema escravagista, que antes se alimentava do fluxo externo e de repente, passa a depender da expansão natural da população escrava para sobreviver.

Após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, a situação vigente era incompatível com um país que se tornara sede de uma monarquia européia: “As condições que os dirigentes portugueses encontraram no Brasil quando nele instalaram o trono e o governo nacionais (sic) eram mais que inconvenientes: faziam-se alarmantes. Não lhes foi difícil compreender a necessidade de mudanças” (PRADO JR., 1942, pp. 200-201).

Aparente Caio Prado Jr. não teria dado tanta importância ao tráfico de escravos; é possível deduzir que o tráfico era importante por, ao comentar sobre o fim dele, afirmar que

---

<sup>42</sup> Para aprofundamento na questão da influência do positivismo sobre a economia brasileira, que foi bastante influente a partir do final do século XIX, até o governo Vargas, quando somado a outras ideologias, formou a idéia do Nacional Desenvolvimentismo, recomenda-se a leitura de FONSECA, 2004).

um montante significativo passou a estar disponível para negócios. Como este capital anteriormente era utilizado para a compra de escravos, é possível deduzir a importância do tráfico, embora Prado Jr., não explicita isto.

Este período, posterior ao fim do tráfico de escravos, é descrito por Caio Prado Jr. como um período de intenso desenvolvimento capitalista. A atividade de importação de escravos consumia amplos recursos. O término destes gastos fez com que um montante relevante de recursos fosse direcionado para outras atividades, gerando um surto de expansão capitalista.

“Outra consequência da abolição do tráfico agirá também no mesmo sentido: é que desaparecia com ele um dos itens mais vultosos do nosso comércio importador, representado anualmente por dezenas de milhares de escravos, cujo valor, embora difícil de precisar, andaria na época em nível igual ao montante das demais importações. Era como se estas se reduzissem subitamente à metade do que eram anteriormente; o que constitui, é claro, um grande desafio para as finanças do país” (PRADO JR., 1942, p. 185).

O país experimentou, então, uma fase de desenvolvimento sem precedentes: “O país conhecerá, pela primeira vez, um destes períodos financeiros áureos de grande movimento de negócios. Novas iniciativas em empresas comerciais, financeiras e industriais se sucedem ininterruptamente; todos os índices de atividade sobem de um salto” (PRADO JR., 1942, p.164). “Esta intensa atividade se manifesta nos primeiros grandes empreendimentos materiais do país, todos posteriores a 1850” (1969, p. 83). É neste período que surgem as primeiras estradas de ferro, linhas de telégrafo, empresas de seguro, entre outros empreendimentos comerciais.

“Assinala-se portanto este período que se inaugura com a segunda metade do século passado pelos primeiros passos no sentido da ‘modernização’ do país. A velha estrutura colonial, varridos os obstáculos que se antepunham ao seu progresso, entra num fase de completa remodelação. Seria na verdade um critério estreito atribuir esta transformação unicamente à abolição do tráfico de escravos. Ela estava naturalmente indicada pelas condições objetivas da economia universal, de que o Brasil entrava, com a Independência, a participar. Ensaio o isolamento colonial, era inevitável, mais dia menos dia, que o país se pusesse de acordo com essas condições. Mas é incontestável que este fato – a abolição do tráfico – constitui a ‘vassourada’ preliminar e indispensável de tal surto de progresso. Ele abriu o nosso primeiro período de franca prosperidade comercial, alargando-se com ele os acanhados horizontes do medievalismo brasileiro de então” (PRADO JR., 1969, p. 83)

“Com a abolição do tráfico de escravos encerra-se a fase de transição que se estende desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808.” (PRADO JR., 1942, p.163)

Assim como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. também considera a Independência como um momento histórico fundamental de nossa história, embora considere o momento da abolição do tráfico de escravos de extrema relevância para o surto de progresso que se seguiu.

Uma consequência verificada foi o influxo de capitais estrangeiros para o Brasil (principalmente empréstimos e renegociação de dívidas), devido a melhora nas relações diplomáticas com a Inglaterra. É possível observar que Caio Prado Jr. dá uma ênfase maior que Florestan Fernandes em relação ao papel de forças externas na economia brasileira.

Outro ponto de destaque para Caio Prado Jr., assim como para Florestan Fernandes, é o papel da imigração européia. Fato este, diretamente relacionado ao problema da escravidão. Estes dois pontos são fundamentais na transformação pela qual passou a organização do regime de trabalho no Brasil. Inicialmente a estratégia da imigração européia (neste caso de colonos vindos dos Açores) foi utilizada por questão estratégica, para ocupar as áreas nas quais não havia interesse para imigração espontânea, que o governo metropolitano desejava ocupar para defender da concorrência espanhola: Rio Grande do Sul e Santa Catarina<sup>43</sup>.

#### *3.4.4. Algumas considerações sobre as obras clássicas*

É importante ressaltar tanto os pontos de divergência entre as análises apresentadas pelos principais autores, quanto os pontos de convergência. Por mais que pareçam análises contraditórias, ambos valorizam a relevância de aspectos em comum.

Ambos têm em comum a consciência do gradualismo que esteve presente ao longo de todo este processo, bem como o caráter lento e conservador que ele adquiriu. Esta idéia de gradualismo também se encontra presente em outros autores, visto que é um aspecto marcante, e visível, da história econômica brasileira.

Não resta dúvida de que este é um período de fundamental importância na formação da sociedade brasileira. Com a Independência e, posteriormente, com o fim do trabalho escravo o Brasil passou por um período de desenvolvimento sem precedentes. Estando formada a sociedade capitalista dentro da economia nacional, os brasileiros passaram a ter a possibilidade de decidir os rumos da economia, favorecendo o crescimento econômico, mas em contrapartida, a responsabilidade de resolução dos problemas econômicos também foi internalizada. Muitos destes problemas persistiram por um longo período de tempo: o

---

<sup>43</sup> A especificidade regional da escravidão e da imigração será objeto de estudo do próximo capítulo.

processo de acomodação lenta e gradual, que logrou êxito na tarefa de superar a estrutura colonial, não foi suficiente para dinamizar por completo a economia brasileira.

O ponto de discórdia mais conhecido entre Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. é quanto ao momento histórico em que se origina o capitalismo. Para compreendermos a origem desta distinção é preciso levar em conta que os dois autores partem de marcos teóricos distintos: um, utiliza prioritariamente uma definição de Weber, o outro, de Marx. Portanto aquilo que é capitalismo para um pode não ser para o outro.

Para Florestan, capitalismo é a mentalidade voltada ao lucro, trabalho, ética protestante, etc. (ordem social competitiva). Já para Prado Jr., seria exploração, etc. A diferença na definição do que é capitalismo pode ser atribuída a influência de Max Weber sobre Florestan Fernandes, uma vez que o capitalismo, nesta versão, está ligado ao plano das idéias e não à forma de acumulação.

Uma limitação destas obras é que elas trabalham com simplificações e com a idéia de “tipos ideais”. Ou seja, são interpretações históricas formuladas a partir de modelos teóricos e não a partir dos fatos ocorridos. Fogel diferenciou-se nos Estados Unidos por interpretar a escravidão a partir de dados existentes. No Brasil, alguns autores procuram fazer uma leitura deste período a partir dos dados disponíveis. Estas contribuições da literatura recente serão objeto de análise das seções finais deste capítulo e do capítulo seguinte.

Portanto, pode muito bem ter ocorrido o surgimento de um tipo de capitalismo já na época do descobrimento, e de outro tipo de capitalismo durante o século XIX. Mesmo assim, Caio Prado Jr. dá um importante destaque para o momento histórico vivido por nossa economia nesse período “Revolucionário” entre a Independência e a Proclamação da República. Não sendo visões totalmente excludentes, é possível considerar os argumentos principais dos dois autores. O Brasil no período colonial já se inseria na economia mundial capitalista, mas o espírito capitalista, a racionalidade econômica, como algo existente no *ethos* da sociedade brasileira, só passaria a estar totalmente difundido após o fim deste período. Esta afirmativa será discutida no capítulo a seguir. Antes disso porém, convém analisarmos mais algumas interpretações relevantes a respeito da economia brasileira neste período.

#### 3.4.5. *Raymundo Faoro*

Outro autor considerado clássico nas interpretações sobre a sociedade brasileira é Raymundo Faoro. Em sua principal obra, *Os Donos do Poder*, publicada originalmente em 1958, ele busca as origens do estamento burocrático: a elite política que governava o Brasil. Em sua procura, ele retoma até a formação do estado português, ainda no século XIII. Dentre as obras dos principais intérpretes, é nesta que se buscam as causas para o subdesenvolvimento no passado mais distante.

Portugal teria sido o primeiro reino a se organizar como um estado nacional, uma organização precoce, bem anterior à Espanha e Inglaterra, por exemplo. Estas raízes lusitanas ajudariam a explicar a persistência do subdesenvolvimento, devido às características patrimonialistas do estado português.

Portugal reuniu os fatores necessários à empresa ultramarina: tinha tanto uma geografia propícia para tal aventura (estava no meio da rota entre o Mediterrâneo e Flandres, Inglaterra e norte da França), quanto uma situação político-econômica que permitia tal aventura.

“o Estado, de origem patrimonial, articulado em estamento. A obra de alargamento do mundo europeu não cabia na capacidade dos particulares, na forma do modelo genovês de comércio. O conglomerado hispânico, dilacerado em disputas e guerras, assoberbado pela natureza territorial, revelava-se, no século XV, imaturo para organizar, com cálculo e continuidade, um feito, ao mesmo tempo comercial, militar e administrativo” (FAORO, 2001, pp. 67-68).

O risco envolvido em tal empreitada bem como o montante de capital necessário, inviabilizava que as grandes navegações fossem levadas adiante por pequenos comerciantes, ou por nações que ainda estavam em constituição. Portugal já possuía um estado organizado, que desde o princípio voltava-se principalmente ao comércio, e não ao cultivo da terra. O rei era o soberano sobre grande parte das terras, não havendo uma parcela considerável de nobres proprietários. Para Faoro, este estado estava voltado para o capitalismo, não o industrial<sup>44</sup>, mas comercial.

“Destaque-se, ainda, que os proprietários territoriais, laicos ou eclesiásticos, como a própria Coroa, não se empenham na exploração agrícola, partida a terra em tratos enfitêuticos. O senhor rural era, desta sorte, um cobrador de rendas e foros, convertidos em dinheiro. O sistema se desviava da economia natural, ajustando-se aos interesses ligados ao comércio. Há procedência neste particular, no vínculo entre economia monetária e capitalismo, não necessariamente o capitalismo industrial” (FAORO, 2001, pp. 65-69).

---

<sup>44</sup> No entanto, estas bases que permitiram o desenvolvimento do capitalismo comercial, podem ter impedido a evolução até uma etapa mais avançada, do capitalismo industrial e financeiro, como posteriormente fizeram Inglaterra e Holanda, seguidas pelas outras potências da Europa Ocidental.

Portugal, na época dos descobrimentos contava com uma população de cerca de um milhão de habitantes, dos quais quarenta ou cinquenta mil viviam em Lisboa, a capital cosmopolita do comércio português. Por ali transitavam ingleses, flamengos, alemães, galegos, envolvidos no comércio de cereais, madeiras, metais, alcatrão e breu vindos do norte e de aragoneses, catalães, franceses e italianos, no comércio de tecidos, panos, aprestos navais e enxárcias. O soberano português fornecia privilégios para os comerciantes que atuavam no cais do Atlântico, garantindo a segurança deles. Estas características definiram, e muito, o sentido da colonização portuguesa. Portugal estava voltado para as atividades comerciais, e não possuía uma população grande o suficiente a ponto de garantir a ocupação territorial. Isto ajuda a explicar o motivo dos colonizadores terem ficado praticamente restritos ao litoral.

Os fatores que contribuíram para a expansão ultramarina e para um estado atuante na esfera econômica, patrocinando a atividade comercial, posteriormente vieram a impedir o desenvolvimento de atividades industriais. A burguesia comercial que surgia estava vinculada ao Rei, e não a interesses privados próprios. O desenvolvimento econômico português ficou mais dependente das iniciativas Reais do que individuais, e isso foi transporte para o Brasil, agravado pela distância do centro decisório. Com a vinda da família real, esta distância se rompe, assim como o pacto colonial. A transmigração da Corte coincide com a passagem do empresário exportador para o senhor de rendas e produtos (2001, p. 283).

#### 3.4.6 *Celso Furtado*

Além destas interpretações, outras que receberam amplo destaque foram as de Celso Furtado e de Sérgio Buarque de Holanda. Não será feita uma análise destas obras, mas devido à relevância e repercussão delas, será feito um breve comentário, abortando os aspectos que dizem interesse a este trabalho, começando por algumas contribuições de Celso Furtado.

Cabe dizer que Celso Furtado tratou da formação econômica do Brasil mesclando elementos teóricos keynesianos, cepalinos e até mesmo neoclássicos, buscando explicar a história econômica brasileira por meio de ciclos econômicos. A questão central na principal obra de análise histórica de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* é a mudança do centro dinâmico da economia brasileira, ocorrida na década de 1930. Nesta obra, Furtado faz uma revisão da formação econômica do Brasil, desde o início da colonização, no século XVI, até a industrialização, iniciada na década de 30 do século XX. Furtado foca no dualismo entre economia voltada para o fora (o fator dinâmico para o crescimento, o investimento, era

determinado de maneira exógena) ou para dentro (com o investimento sendo determinado internamente). A economia do Brasil colonial, imperial e da República Velha, era voltada para o mercado externo, passando a partir do governo Getúlio Vargas, a ser voltada para interno (permanecendo assim até a década de 1980).

O foco central de Celso Furtado em *FEB* é a passagem de uma economia rural voltada “para fora” para uma economia industrial voltada “para dentro”. Nas demais obras, ele preocupou-se com questões teóricas relativas ao desenvolvimento econômico, ou com questões do século XX. Ele fala da escravidão, (principalmente em *FEB*), mas este não é o principal tópico de sua obra.

Falando sobre a eliminação do trabalho escravo ele afirma:

“Mais que em qualquer outra matéria, nesta dificilmente se conseguem separar os aspectos exclusivamente econômicos de outros de caráter social mais amplo. Constituindo a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma ‘Hecatombe social’” (FURTADO, 2000, p. 141).

Em seguida, Furtado comparou a abolição da escravidão com uma redistribuição da propriedade. De fato, muito da defesa da escravidão no Brasil, baseou-se no argumento da defesa da propriedade privada. O escravo era propriedade de seu dono, a abolição causava temor de ser um possível passo inicial em direção à desapropriações de outros tipos de “bens”.

“Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país” (FURTADO, 2000, p. 145).

#### 3.4.7 Sérgio Buarque de Holanda

A análise de Sérgio Buarque de Holanda se assemelha em alguns aspectos com a de Raymundo Faoro, na busca pelas origens da condição subdesenvolvida na qual o Brasil encontrava (e ainda se encontra) explicando-a pelo comportamento dos indivíduos, herdado de nossa colonização, caracterizado pela cultura personalista. Holanda faz referências ao “homem cordial”, o tipo humano que seria dominante no Brasil, que seria muito personalista.

As relações sociais, por causa disto, dependiam muito de parentesco ou amizade, ao contrário das trocas impessoais existentes nas economias capitalistas. Além deste aspecto, também é destacado o espírito aventureiro do colonizador, em contraposição ao espírito trabalhador. Os primeiros colonizadores teriam vindo ao Brasil em busca de lucros fáceis, sem necessidade de esforço. Furtado também havia tratado deste assunto, ao diferenciar o sentido da colonização nas colônias de povoamento (como as Inglesas na América do Norte) das de exploração (como as Portuguesas e Espanholas na América do Sul). Podemos relacionar este aspecto com o destacado por Faoro, que aponta desde a formação do Estado Português uma preferência pelo comércio em relação ao cultivo da terra.

Não será feita uma análise minuciosa destas questões presentes na obra de Sérgio Buarque de Holanda, mas uma passagem que faz referência a um período relevante a este trabalho, deve ser destacada, a que faz referência ao fim do tráfico de escravos:

“Não é por simples coincidência cronológica que um período de excepcional vitalidade nos negócios e que se desenvolve sob a direção e em proveito de especuladores geralmente sem raízes rurais tenha ocorrido nos anos que se seguem imediatamente ao primeiro passo dado para a abolição da escravidão, ou seja, a supressão do tráfico negreiro” (HOLANDA, 2006, p. 71).

O relato feito por Sérgio Buarque de Holanda dá bem a dimensão das transformações ocorridas como resultado do fim do comércio transatlântico de escravos. Ele cita importantes mudanças institucionais.

“Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente nos meados do século passado e especialmente nos anos de 51 a 55. Assim é que em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil, que se reorganiza três anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio das emissões; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural e Hipotecário, que, sem desfrutar dos privilégios do Banco do Brasil, pagará dividendos muito mais avultados. Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país – os 14,5 quilômetros entre o porto de Mauá e a estação do Frágoso. A segunda, que irá ligar à Corte a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855. (HOLANDA, 2006, p.70)”

“A organização e expansão do crédito bancário, literalmente inexistente desde a liquidação do primeiro Banco do Brasil, em 1829, e o conseqüente estímulo à iniciativa particular; a abreviação e o incremento dos negócios, favorecidos pela rapidez maior na circulação das notícias; o estabelecimento, enfim, de meios de transporte modernos entre os centros de produção agrária e as grandes praças comerciais do Império são algumas das conseqüências mais decisivas de tais sucessos. Seria inútil acrescentar que a riqueza oriunda dos novos tipos de especulação provocados por esses meios tendia a ampliar-se, não só à margem, mas também e sobretudo à custa das tradicionais atividades agrícolas. Pode-se mesmo dizer que o caminho aberto por semelhantes transformações só poderia levar

logicamente a uma liquidação mais ou menos rápida de nossa velha herança rural e colonial, ou seja, da riqueza que se funda no emprego do braço escravo e na exploração extensiva e perdulária das terras de lavoura” (HOLANDA, 2006, p. 70)

Os capitais antes despendidos na aquisição de escravos, agora começam a fluir para outras atividades econômicas. Com isso, há uma modificação na estrutura da riqueza, que ser mais comum em aplicações financeiras e no capital de empresas. Não se elimina totalmente os gastos com compra de escravos, visto que eles ainda são comprados pelas províncias com maior dinamismo econômico, mas o fim do tráfico aliado à crescente imigração européia, permite que estes capitais se movam para outras atividades produtivas – principalmente de infra-estrutura. A abolição do tráfico inviabilizou a atividade mais lucrativa existente até então. Antes disso, oportunidade de negócios eram deixadas de lado, pois o capital encontrava taxas de lucro mais elevadas no setor importador de escravos. A financeirização que ocorre a partir da metade do século XIX, aproveita-se destes capitais disponíveis.

“Essa extinção de um comércio que constituía a origem de algumas das maiores e mais sólidas fortunas brasileiras do tempo deveria forçosamente deixar em disponibilidade os capitais até então comprometidos na importação de negros. A possibilidade de interessá-los firmemente em outros ramos de negócios não escapou a alguns espíritos esclarecidos. A própria fundação do Banco do Brasil de 1851 está, segundo parece, relacionada com um plano deliberado de aproveitamento de tais recursos na organização de um grande instituto de crédito. Mauá, promotor da iniciativa, escreverá, quase trinta anos mais tarde, em sua *Exposição aos credores*: ‘acompanhei com vivo interesse a solução desse grave problema; compreendi que o contrabando não podia reerguer-se desde que a “vontade nacional” estava ao lado do ministério que decretava a supressão do tráfico. Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados de ilícito comércio e fazê-los convergir a um centro onde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país foi o pensamento que me surgiu na mente, ao ter a certeza de que aquele fato era irrevogável’ ”(HOLANDA, 2006, pp. 73-74).

Esta passagem de Holanda mostra que havia, pelo menos da parte de Mauá, a consciência das conseqüências positivas que o fim do tráfico traria para a economia brasileira.

“Pode-se assim dizer que, das cinzas do tráfico negreiro, iria surgir uma era de aparato sem precedentes em nossa história comercial. O termômetro dessa transformação súbita pode ser fornecido pelas cifras relativas ao comércio exterior do Império. Até 1850, nossas importações jamais tinham chegado a atingir a soma de 60 mil contos por ano. Entretanto, no exercício de 1850-1, alcançam, de um salto, 76 918:000\$000 e no 1851-2, 92 860:000\$000. De então por diante, até 1864, registram-se alguns declínios que, contudo, não afetam a tendência geral para progressivo aumento de quantidade e valores” (HOLANDA, 2006, P. 74).

### 3.5 Algumas contribuições da literatura recente

Além das visões já clássicas, temos a contribuição de autores mais recentes, boa parte deles historiadores formados no Rio de Janeiro. Estes autores deram uma contribuição importantíssima à historiografia brasileira, principalmente no que diz respeito aos períodos colonial e imperial. Todavia, o impacto destes estudos, não se compara ao que tiveram os trabalhos de Fogel nos Estados Unidos a respeito da escravidão. Em grande medida, a escravidão ainda é tratada de forma mistificada, baseada em impressões, com a exceção de trabalhos acadêmicos. Estes trabalhos não causaram grande impacto, tampouco polêmica. Os trabalhos de Fogel nos Estados Unidos, mesmo que não tenham sido totalmente aceitos, geraram um debate que derrubou uma série de mitos sobre a escravidão, gerando revisão de alguns conceitos levando a uma história mais precisa.

Estes autores brasileiros, em grande medida, não chegaram ao ponto de escrever história utilizando a cliometria, mas a utilização de dados estatísticos e ferramentas econométricas é bem mais comum na literatura “recente” do que na “clássica”.

#### 3.5.1 *Luiz Felipe Alencastro*

A obra de Luiz Felipe de Alencastro é bastante focada nas relações comerciais que se formaram entre a costa brasileira e a costa africana. O ponto principal é relacionado a formação do Brasil, inserido no sistema do Atlântico Sul. O Brasil já nasce ligado ao comércio de escravos: a ligação desde o princípio é muito forte com a África. Esta ligação era tão forte, que pela ocasião da Independência, Angola ficou sobre a posse do Império Brasileiro que se formava. Na ocasião do tratado celebrado com Portugal e Inglaterra, foi deixado claro que o Brasil seria apenas no continente americano. Isto em alguma medida pelo receio da Inglaterra da concentração da participação brasileira no comércio de escravos.

A formação do Brasil está intimamente ligada tanto à metrópole quanto ao outro lado do atlântico, a costa africana, em especial Angola. É um erro tentar compreender o Brasil como um todo, bem como desconsiderar o papel dos acontecimentos ultramarinos. É fundamental para estudar a história do Brasil, estudar a história de Portugal e da África.

Alencastro destaca o papel dos portugueses na expansão do comércio escravista. Quando os portugueses, em sua expansão ultramarina chegaram à costa africana se depararam

com o comércio de escravos, que eram prisioneiros de guerra, capturados no combate entre tribos rivais. O que os portugueses fizeram foi transformar isso num grande negócio. Inicialmente o tráfico alimentava o capital mercantil português, mas com o passar do tempo, este passou a ser brasileiro, já que comerciantes do Rio de Janeiro tiveram uma participação considerável neste comércio, como destaca FRAGOSO, 1998.

A igreja, ao menos inicialmente, não se opunha a este trato. A utilização do trabalho escravo pelos portugueses seria uma contrapartida pela salvação destas almas. Ao ensinarem a fé católica, estariam salvando os africanos do paganismo e do canibalismo, livrando-os do açougue humano (que era a maneira como eles descreviam o continente). A navegação entre as costas africana e brasileira era tranqüila, graças as correntes marítimas do atlântico sul (que faziam com que fosse mais fácil um navio partindo do Rio de Janeiro ir a Angola, do que ir a Bahia ou ao Pará<sup>45</sup>). Eis a visão de um religioso, o Padre Antônio Vieira, sobre este comércio:

“Algum grande mistério se encerra logo nesta transmigração, e mais se notarmos ser tão singularmente favorecida e assistida de Deus, que não havendo em todo o oceano navegação sem perigo e contrariedade de ventos, só a que tira de suas pátrias a estas gentes e as traz ao exercício do cativo, é sempre com vento à popa, e sem mudar vela.” (ALENCASTRO, 2000, p. 63)

O tráfico de escravos foi tão bem sucedido, que fornecia mão-de-obra ao Brasil, a um custo relativamente baixo (devido à abundância de potenciais escravos no continente africano) em relação à reprodução dos escravos aqui existentes.

“Contando com um mercado de trabalho compulsório plantado nas aldeias africanas, os colonos da América portuguesa não precisam efetuar investimentos internamente – em capital, terra e trabalho – para garantir a reprodução ampliada da mão-de-obra autóctone. Convinha mais fazer açúcar para vender na Europa e obter meios de compra de escravos, ou cultivar tabaco e fabricar cachaça para trocar por africanos adultos, do que investir na produção de alimentos, estimular uniões entre os cativos, preservar as mulheres grávidas e as crianças nos engenhos e nas fazendas na expectativa de recolher, a médio prazo, novos trabalhadores cativos nascidos e criados no local. Com o tráfico de africanos, o encargo da reprodução dos produtores diretos se transfere para os povos africanos e o vínculo entre os dois pólos da economia sul-atlântica de concretiza mediante a pilhagem negreira empreitada pelo capital mercantil” (ALENCASTRO, 2000, p. 149).

Enquanto havia um mercado para os escravos africanos, para os indígenas não. No entanto, isso não impediu a utilização forçada da mão-de-obra dos índios nativos<sup>46</sup>. Não

---

<sup>45</sup> Mesmo “fácil” esta travessia, apresentava um alto risco. Dados apresentados por THOMAS (2006, p.805), mostram que cerca de 13 milhões de escravos foram embarcados nos portos africanos, enquanto que desembarcam pouco mais de 11 milhões, demonstrando a mortalidade da travessia do Atlântico, que castigava, inclusive, as tripulações brancas.

<sup>46</sup> Utilizados principalmente na região norte do Brasil.

obstante, vários fatores contribuíram para que fosse mais vantajosa a vinda de africanos do que a captura de indígenas no interior, dentre eles os mais comumente citados são:

- Resistência a doenças (para mais informações sobre isto, ver DIAMOND, 2005);
- Chance de fuga (visto que os escravos de origem africana, ao contrário dos índios, não teriam para onde fugir<sup>47</sup>);
- Dificuldades de navegação (que tornavam mais fácil o intercâmbio entre o “Brasil” e Angola, do que entre a região amazônica e o “Brasil”);
- Inexistência do mercado (não havia um mercado de indígenas capturados de tribos rivais no Brasil, enquanto que na África sim, permitindo aos comerciantes apenas alcançarem este mercado para comprá-los, sem haver necessidade de envolvimento com a captura), etc.

A preferência pela utilização de africanos no lugar dos indígenas nativos ocorre pela maior resistência biológica em relação às doenças tropicais por parte dos africanos, bem como pelo interesse dos traficantes, uma vez que o tráfico tornava possível esta atividade lucrativa. Os escravos indígenas valiam menos que os africanos. Podemos citar também a existência prévia da agricultura nas regiões de origem dos escravos. Os indígenas brasileiros não praticavam a agricultura no interior, apenas no litoral e ainda assim, de forma marginal. Da mesma forma na África, a agricultura não era algo comum a todas as tribos. Escravos africanos que desconheciam a agricultura eram preteridos.

Geralmente a literatura (principalmente a mais antiga) trata os indígenas como preguiçosos, para justificar o fato deles não haverem sido, pelo menos de maneira dominante, escravizados. Cabe questionar quem seria o preguiçoso: não seriam os portugueses que utilizavam da mão de obra alheia?

Nos Estados Unidos o tráfico de escravos foi abolido em 1807, a partir de então a reprodução demográfica dos escravos e a reprodução social da escravidão se confundem. De acordo com Alencastro (2000, pp. 153-154) quando o tráfico é abolido no Brasil, a escravidão entra em crise, devido a essa dissociação, que tornava o sistema brasileiro dependente do comércio com a África.

Enquanto que os Estados Unidos rompem completamente com a metrópole em uma revolução, o Brasil é formado dentro do antigo regime. A independência rompe apenas com a

---

<sup>47</sup> Ambos poderiam fugir, mas o indígena possuía uma estrutura social já formada, visto que ele continuava a habitar a mesma massa territorial, enquanto que o Africano possuía um oceano entre ele e sua estrutura familiar. Isto, de maneira alguma, impossibilitou as fugas, que mesmo assim ocorria dada a formação de quilombos. Além disso, parece ter sido mais freqüente o retorno ao continente africano de escravos libertos (alforriados) do que de escravos fugidos.

metrópole, no sentido da liberdade do comércio. A partir de então o Brasil faz reformas graduais (ao longo dos dois séculos que se seguem) para acabar com a herança do antigo regime.

Um tema controverso na literatura sobre a escravidão diz respeito à separação das famílias. Um argumento contrário à escravidão consistia na desumanidade que o comércio de escravos implicava, ao separar famílias. Alencastro diz que o próprio casamento de escravos já era um tema polêmico dentro da Igreja. O entendimento utilizado no Brasil era de que o casamento não isentava os cônjuges do cativo. Foi criado um entendimento dentro da Igreja específico para o mundo escravista, de que o casamento ou o batismo não tornavam os escravos cristãos livres.

“Na virada do século XVII, o jesuíta Jorge Benci, no seu breviário católico sobre o escravismo luso-brasílico, registra que os senhores costumavam proibir o casamento dos escravos e, se estes já estivessem casados, pouco se importavam em separá-los quando os vendiam. Em seguida, as constituições do arcebispado da Bahia, codificando as normas canônicas que vigoraram até a Abolição, sentenciam: os escravos que se casam, ‘ficam escravos, como de antes eram’. Em meados do século XIX, Perdigão Malheiro resume a doutrina jurídica predominante na Colônia e no Império a respeito do casamento de escravos: ‘O Direito Civil [...] quase nenhuns efeitos em regra lhes dá’. Só alguns anos mais tarde – trezentos anos após o início do tráfico negreiro -, no contexto das leis emancipacionistas que começavam a invalidar a ordem escravocrata, o Império dará foro legal às famílias de um quinto da população brasileira: em caso de venda de escravos, ficava proibido separar os Cônjuges, e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe” (ALENCASTRO, 2000, p. 161).

Na nota de rodapé referente a esta passagem, Alencastro faz referência às legislações que trataram deste assunto:

“O recenseamento de 1872 mostra que 17,9% da população brasileira era escrava. Segundo Malheiro, o direito canônico e a doutrina jurídica prescreviam a proibição da venda em separado dos escravos casados. Contudo, o autor, profundo conhecedor da matéria e dos tribunais brasileiros, não menciona nenhum caso em que tal doutrina tivesse sido efetivamente aplicada. A. Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil*, vol. 1, pp. 60-1. Na realidade, é a lei 1695, de 15/9/1869, posterior a obra de Malheiro, que proíbe a separação de marido e mulher, assim como dos filhos menores de quinze anos, nas vendas de escravo. O parágrafo 7º do art. 4º da lei 2040, de 28/9/1871, a Lei do Ventre Livre, amplia o escopo da lei, estendendo a proibição às partilhas e doações decorrentes de heranças ‘a qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos’, mas diminui a idade dos filhos protegidos pela medida: só os menores de doze anos deviam ser conservados junto do pai ou da mãe. Estudos sobre a área fluminense têm demonstrado que de um terço a um quinto do plantel de escravos registrados em partilhas testamentárias correspondem a grupos de parentes de primeiro grau mantidos unidos após a transmissão de propriedade, M. Florentino e J. R. Góes, ‘Parentesco e estabilidade familiar entre os escravos do agro-fluminense, 1790-1830’, *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*, UFRJ, Departamento de História, 1995, vol. 1. pp. 13-9. Porém, a *partilha* configura uma fonte de transmissão de bens que induzia à continuidade da gestão escravista tradicional. Para os herdeiros de uma fazenda ou de um engenho, podia não haver interesse em dissolver plantéis já habituados ao

trabalho coletivo sob os mesmos proprietários e, menos ainda, separar famílias de escravos. De fato, a ameaça de represálias senhoriais contra seus parentes podia intimidar escravos rebeldes ou dados à fuga. Bem menor pode ter sido a porcentagem de aparentados conservados após as *vendas* de plantéis de escravos. O debate parlamentar sobre o projeto da lei 1695 deixou logo claro que vários tipos de fraudes permitiam burlar a lei e vender separadamente os membros de uma mesma família escrava, sessão da Câmara dos Deputados de 31/3/1864, *Jornal do Commercio*, 4/41864” (ALENCASTRO, 2000, p. 424).

Ao menos em um aspecto seria do interesse dos proprietários de escravos que estes formassem famílias. Nogueiról (2007) cita que no Rio Grande do Sul, especialmente próximo à fronteira com o Uruguai, a existência de ligações familiares seria uma espécie de “seguro” contra a fuga. O escravo com cônjuge e filhos era menos propenso a fugir que um solteiro e sem filhos. Caso fugisse sua família arcaria com o custo da fuga, ou seja, além de abandonar a família, imputaria um ônus para ela. Este aspecto será analisado no capítulo 4 desta dissertação.

### 3.5.2 José Murilo de Carvalho

Dentre as contribuições ditas recentes, a de Carvalho é a que, temporalmente, mais se aproxima das contribuições clássicas. Porém, apesar das semelhanças, principalmente em relação a Raymundo Faoro, ele rejeita um dos pontos centrais da tese de Faoro, o da existência de um estamento burocrático.

Carvalho inicia sua obra enfatizando as diferenças na constituição do estado brasileiro em relação aos países que surgiram a partir do Império Espanhol na América Latina. As informações apresentadas demonstram que North incorre numa grande (e incorreta) simplificação ao colocar juntas as instituições portuguesas e espanholas. É bem verdade que elas são bastante diferentes daquelas existentes na Inglaterra e na Holanda, mas também é necessário levar em conta as diferenças entre elas, que, como Carvalho mostra, não são poucas.

“Uma luta pela independência ao estilo da que se verificara nos países oriundos da antiga colônia espanhola, que redundara em fragmentação política, era vista por muitos como perigosa para a manutenção da ordem social e, portanto, da escravidão. Nesse sentido, o interesse em manter a escravidão pode ter ajudado na manutenção da unidade do país. A unidade, avalizada pela monarquia, era meio eficaz de preservar a ordem” (CARVALHO, 2007, p. 18).

As instituições portuguesas também obtiveram sucesso na manutenção da unidade territorial brasileira após a independência. Carvalho aponta que “No caso do Brasil, foi principalmente a herança burocrática portuguesa que forneceu a base para a manutenção da

unidade e estabilidade da ex-colônia” (2007, p. 34). A escravidão era vista como um dos alicerces da unidade nacional.

“José Bonifácio, por exemplo, voltou para o Brasil com a idéia formada de criar na América um grande império, coincidissem esse objetivo ou não com interesses básicos como a manutenção da escravidão. Ele resistiu, aliás, às pressões inglesas em favor de medidas abolicionistas com receio de que viessem colocar em perigo a unidade nacional” (CARVALHO, 2007, p. 42).

Sempre houve conservadorismo, evitando colocar em risco a estabilidade do sistema. A manutenção da escravidão auxiliava na tarefa de manter a unidade nacional. O Brasil surgiu intimamente ligado à escravidão e, inicialmente, o fim dela era visto como uma ameaça à existência do país.

“Parte da elite política do império brasileiro foi também marcada fortemente pela experiência das rebeliões da Regência e, embora sua substituição pela geração subsequente não tivesse gerado traumas políticos, foi nítida a mudança na visão dos problemas políticos e das soluções a serem aplicadas” (CARVALHO, 2007, p.36).

O fato de a elite ser educada quase que em sua totalidade, na mesma universidade, favoreceu a sua homogeneização<sup>48</sup>:

“Podem-se apontar alguns traços comuns às elites que tiveram êxito na tarefa de formação do Estado em circunstâncias históricas desfavoráveis. Em primeiro lugar, uma condição fundamental é a homogeneidade. Pelo menos a curto e médios prazos, quanto mais homogênea uma elite, maior sua capacidade de agir politicamente. As razões são óbvias. Uma elite homogênea possui um projeto comum e age de modo coeso, o que lhe dá enormes vantagens sobre as elites rivais” (CARVALHO, 2007, p.34).

As elites brasileiras eram educadas em direito, inicialmente na Universidade de Coimbra, quando esta era a única universidade existente em todo o Império Português, e posteriormente em São Paulo e Pernambuco, quando estes estados passaram a formar bacharéis em direito na segunda metade do século XIX.

“... a magistratura portuguesa recrutava seus elementos na nobreza e na pequena burguesia, o que não a impedia de ser ideologicamente homogênea após passar pela formação coimbrã e submeter-se à disciplina da carreira” (CARVALHO, 2007, p. 35).

Carvalho contrasta as universidades existentes nas colônias espanholas com a Universidade de Coimbra. Enquanto que nas colônias espanholas a formação era mais religiosa, em Portugal a formação era mais jurídica. Esta diferença formava uma elite heterogênea nas colônias espanholas, ao contrário do que ocorria no Brasil.

---

<sup>48</sup> Carvalho aponta que “A homogeneidade era garantida por outros fatores, sobretudo pela socialização, treinamento e carreira” (2007, p.35).

As diversas universidades espalhadas pelo Império Espanhol ajudaram na formação de elites distintas. A partir destas diversas elites, formaram-se diferentes nações. Isso ajuda a explicar porque a América Espanhola fragmentou-se enquanto que a América Portuguesa manteve a unidade após o processo de independência.

O autor compara a formação da elite brasileira com a de outros países. As raízes encontrar-se-iam, de maneira análoga à Faoro, na formação do Estado Português, ainda no século XIV. Enquanto que na Inglaterra a elite aristocrática vivia da renda da terra e dos seus investimentos, trabalhando na burocracia pública por lazer, da mesma maneira com que praticavam esportes, em Portugal, os proprietários de terra encontravam-se num momento de dificuldades financeiras, passando a utilizar o Estado para o seu sustento e enriquecimento. Outro exemplo citado é o dos Estados Unidos, onde o emprego público não era muito bem visto, pois a existência de melhores oportunidades no mercado fazia com que os indivíduos mais aptos não buscassem essa forma de trabalho.

Teria sido criada desde então, um valorização da atividade político-administrativa em detrimento das atividades produtivas. Esta elite dedicou-se fundamentalmente a atividades de transação ao invés de produção.

Carvalho cita que é possível que tenha havido mudança na composição das elites políticas do império, já que este durou um período considerável de tempo (67 anos) e que nesse ínterim podem ter havido alterações.

“A geração do final do Império não tinha visto o sistema em perigo e, conseqüentemente, não estava muito preocupada com sua manutenção e consolidação. A grande ameaça que turvava os horizontes da geração da Regência, a fragmentação do país, não era mais percebida como perigo sério. O outro grande perigo, a rebelião escrava, estava também desaparecendo lentamente pela abolição gradual. O caminho para a República foi tranquilo e o seria mais ainda se não fosse a intervenção da contra-elite militar gerada por circunstâncias específicas” (CARVALHO, 2007, p.130).

Uma informação relevante para o nosso trabalho, é que o Rio Grande do Sul estava menos integrado à elite política nacional:

“Já observamos que o Rio Grande do Sul mandava poucos estudantes a Coimbra. A nova informação sobre magistrados vem reforçar a idéia da menor integração da província na vida nacional do que se refere à formação da elite política” (CARVALHO, 2007, p.137).

---

O peso da escravidão na economia brasileira era tamanho, que dificultava a prática de atividades econômicas não escravistas. Uma alternativa de trabalho para a população livre era trabalhar para Estado, tornando-se funcionários públicos.

“A decisão justifica-se, além do mais, pelas afirmações contraditórias registradas na literatura sobre a burocracia e que refletem as mesmas contradições já mencionadas a propósito da natureza do Estado imperial. Assim é que, num dos melhores textos de sociologia política produzidos durante o Império, Joaquim Nabuco desenvolve o argumento de que a escravidão, ao fechar alternativas econômicas para grande parte da população livre, fazia com que o funcionalismo público se tornasse a vocação de todos. Daí o número excessivo de funcionários que com seus magros vencimentos se tornavam servos da gleba do governo, vivendo em terras do Estado, numa dependência que só aos mais fortes não quebrava o caráter. Escrevendo 85 anos mais tarde, Raymundo Faoro apresenta visão radicalmente distinta da burocracia imperial. Em sua ótica, tratava-se de um grupo que constituía estamento e se tornara árbitro da nação e das classes sociais, regulador da economia e proprietário da soberania nacional” (...) (CARVALHO, 2007, p.145).

O topo da pirâmide da administração pública contabilizava cerca de 350 indivíduos, menos de 1% do funcionalismo. Esta elite administrativa também era política. “É nessa cúpula que Faoro estava provavelmente pensando quando falou em estamento burocrático controlador do estado”. (CARVALHO, 2007, p. 151)

“Não se tratava, no entanto, de um estamento, mas de uma elite política formada em processo bastante elaborado de treinamento, a cujo seio se chegava por vários caminhos, os principais sendo alguns setores da burocracia, como a magistratura. Ao longo do período imperial outros caminhos se abriram além da burocracia, como as profissões liberais - advocacia e medicina -, o jornalismo, o magistério, quando não o simples favor imperial. O segredo da duração dessa elite estava, em parte, exatamente no fato de não ter a estrutura rígida de um estamento, de dar a ilusão de acessibilidade, isto é, estava em sua capacidade de cooptação de inimigos potenciais” (CARVALHO, 2007, p. 151).

José Murilo de Carvalho mostra que ao longo da segunda metade do século XIX houve mudança na estrutura do Estado. Em 1860 foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Entre 1842 e 1889 os gastos administrativos caíram de 96% para 58% do orçamento, enquanto que os gastos econômicos e sociais aumentaram de 4% para 41%. (CARVALHO, 2007, p.156)

“As reformas de 1840-41 levaram à exagerada centralização política e administrativa, que faria um de seus autores dizer mais tarde das administrações imperiais que têm 'cabeças enormes, quase não têm braços e pernas', ou ainda: 'são corpos cuja circulação não chega às suas extremidades'. A consequência dessa estrutura centralizada era o acúmulo de funcionários e atividades administrativas no nível do governo central, sua reduzida presença no nível provincial e quase ausência no nível local” (CARVALHO, 2007, p.152).

“Na ausência de suficiente capacidade controlatória própria, os governos recorriam ao serviço gratuito de indivíduos ou grupos, em geral proprietários rurais, em troca da confirmação ou concessão de privilégios” (CARVALHO, 2007, p.158).

“Vimos que não há base empírica para se falar em estamento burocrático” (CARVALHO, 2007, p. 165). Apesar de assemelhar-se em alguns pontos, isso destoa radicalmente dos argumentos centrais de Faoro. José Murilo de Carvalho mostra que existe uma elite (com valores unificados e formação semelhante) que possuía uma relativa autonomia, não formando esta elite um estamento (no sentido Weberiano?).

A revolta dos malês, em 1835, fez com que fosse aprovada no parlamento uma lei determinando que os escravos que atentassem contra a vida dos senhores fossem condenados à morte (CARVALHO, 2007, p.251). Das revoltas do período regencial<sup>49</sup>, foi esta a que teve a maior participação de escravos e de libertos, inclusive liderando o movimento.

“A falta de estamentização reduzia sua coesão que também não era favorecida pela dependência do mercado externo. Só nos raros momentos em que eram postos em jogo alguns de seus interesses básicos, como a propriedade da terra e de escravos, é que eles se uniam em frente única. A raridade desses momentos pode ser aferida pelo fato de que nenhuma das rebeliões da Regência, à exceção da revolta dos malês na Bahia, pregou a abolição da escravidão ou a desapropriação dos latifúndios” (CARVALHO, 2007, pp. 232-233).

Outras rebeliões contaram com escravos, mas associados à outros grupos.

“Havia grande cuidado em não envolver os escravos em revoltas. A população urbana livre e o campesinato constituíram o maior perigo à ordem vigente. Mesmo assim, a revolta dos malês serviu para dar argumentos aos partidários do fim do tráfico. Ela mostrou o perigo que podia constituir a acumulação de escravos nas cidades” (CARVALHO, 2007, p.251).

Além disso, desde o final do século XVIII, a revolução no Haiti, onde os escravos tomaram o poder trouxe a preocupação com rebeliões de escravos. Uma das medidas adotadas foi a criação da Guarda Nacional como instrumento para manter sob controle as possíveis revoltas. Para fazer parte dela, era necessário ser um indivíduo de renda elevada:

“Foi necessário desmobilizar o exército no Rio de Janeiro e recorrer à criação de milícia civil, a Guarda Nacional, para manter a ordem. Concebida de início como instrumento liberal para retirar do governo o controle sobre os meios de coerção, ela foi rapidamente transformada em instrumento de controle das classes perigosas urbanas. Para fazer parte da Guarda exigia-se renda de 200 mil-réis nas cidades e 100 mil-réis no interior” (CARVALHO, 2007, p.252).

Em 1850, passou a vigorar um novo código comercial, que legislava a respeito da organização das sociedades por ações:

“O governo sentiu-se forte para enfrentar dois problemas quase intratáveis, embora cruciais para a soberania nacional, para a sobrevivência da classe proprietária, e para o próprio Estado: o problema do tráfico e o problema da estrutura agrária e da

---

<sup>49</sup> Estas revoltas serão analisadas no próximo capítulo.

imigração. (...) No mesmo ano [1850], foi publicado um código comercial que sistematizava a confusa legislação anterior, em boa parte de origem colonial. Desde 1834 vinha o projeto se arrastando na Câmara e no Senado. Dele dependia, entre outras coisas, a regulamentação das sociedades anônimas, principais agentes do desenvolvimento econômico no capitalismo emergente” (CARVALHO, 2007, p. 256).

O fim do tráfico de escravos favorece a concentração regional no sudeste. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre possui um forte componente regional. À medida que a mão-de-obra escrava torna-se mais escassa, seu preço eleva-se, tornando-se vantajoso o comércio entre as províncias, dado que o ingresso de novos escravos havia sido reduzido à zero (ou próximo disso, visto que passou a ser uma atividade ilegal). Por causa disso, aumenta a concentração de escravos na região produtora de café (Rio de Janeiro e São Paulo).

“O maior apoio ao projeto do Ventre Livre veio dos deputados do norte, sobretudo dos magistrados nortistas. O menor apoio veio do sul, sobretudo de profissionais liberais sulistas. (...) A grande façanha de Rio Branco foi conseguir uma coalizão de funcionários públicos e proprietários nordestinos contra os proprietários e profissionais liberais do sul, sobretudo do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, as três principais províncias cafeeiras” (CARVALHO, 2007, pp. 222-223).

Cabe ressaltar, que na época o Brasil era dividido entre as regiões “norte” e “sul”. O norte era composto pelo que atualmente constitui as regiões Norte e Nordeste, enquanto que o sul era composto pelas províncias do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

“Estes dados contradizem as versões sobre a resistência nortista à renovação, em contraste com o apoio sulista, especialmente de São Paulo, à mesma. Pelo menos no que se refere ao problema da abolição – e as posições sobre a questão não mudaram muito até o final – esta visão é equivocada. A resistência à abolição foi forte no sul, inclusive em São Paulo, até menos de um ano antes da Lei Áurea. Os políticos do norte foram muito mais flexíveis nesta questão. Não fosse seu apoio, as medidas abolicionistas teriam certamente sido retardadas” (CARVALHO, 2007, p. 223).

A despeito do apoio recebido dos políticos do “norte”, a base de sustento da monarquia, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, ficou descontente com os rumos da política em relação a escravidão. O governo ao levar adiante medidas abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre, comprometia seus próprios alicerces.

“É sintomático o fato de que a Lei do Ventre Livre foi um dos principais impulsos dados ao movimento republicano. No mínimo, ela representou um sério baque na legitimidade do sistema imperial, pois o próprio imperador foi acusado de subverter a ordem. A lei foi chamada de ‘loucura dinástica, sacrilégio histórico, suicídio nacional’” (CARVALHO, 2007, p.223).

“O fato [Lei do Ventre livre] ilustra a idéia da dialética da ambigüidade, já expressa por Joaquim Nabuco quando disse que se o governo era uma sombra da escravidão, era também a única força capaz de acabar com ela: ‘Essa é a força capaz de destruir a escravidão, da qual aliás dimana, ainda que, talvez, venham a morrer juntas’. O Estado imperial se tornava, por sua elite, instrumento ao mesmo tempo de

manutenção e de transformação das estruturas sociais” (CARVALHO, 2007, p. 234).

De fato, escravidão tem fim por iniciativa do próprio império e a abolição praticamente determinou o seu fim.

“A abolição, entendida como o conjunto de políticas públicas que aos poucos levou à extinção da escravidão, constitui ponto privilegiado para explorar as relações entre o governo, isto é, o rei e seus burocratas, e a classe dos proprietários rurais. A razão disto é óbvia: o escravo era, até pelo menos a Lei do Ventre Livre, a mão-de-obra quase exclusiva da grande lavoura de exportação que, por sua vez, era a geradora das principais receitas do Estado. A escravidão permeava também a agricultura para o mercado interno, sem falar de sua disseminação no meio urbano onde freqüentemente constituía fonte de subsistência para boa parte da população. Sua importância principal, no entanto, era para a grande lavoura, e foi esta que mais reagiu às tentativas de extingui-la. É o exame deste conflito que nos interessa aqui. E ele nos interessa como revelador da natureza do pacto que sustentava o sistema político imperial. Em nenhum outro momento, em nenhum outro tema, ficou mais clara a oposição entre as motivações e os interesses do pólo burocrático do poder e os interesses do pólo social e econômico deste mesmo poder. **Se, na expressão muitas vezes usada na época, a escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado imperial, e que ao final, acabou por destruí-lo**” (CARVALHO, 2007, p. 293, grifos meus).

A transição do trabalho escravo para o assalariado, foi feita de maneira com que os riscos políticos e sociais dessa medida fossem minimizados. O país foi livrando-se lentamente do trabalho escravo, evitando as possíveis conseqüências de um fim repentino.

“A abolição do tráfico, a lei de terras e a reforma da Guarda Nacional eram medidas vinculadas entre si: a lei de terras, que era também de colonização, fora apresentada pela primeira vez em 1843 e tinha como propósito claro preparar o país para o fim eventual do trabalho escravo (...). Embora em sua origem não vinculada a essas medidas, o Código Comercial veio enquadrar-se perfeitamente na conjuntura, de vez que o fim do tráfico provocou pela primeira vez uma febre de negócios no país causada pela disponibilidade de capitais anteriormente empregados no comércio negreiro. O ano de 1850 pode ser considerado marco entre duas fases de implantação do Estado Nacional” (CARVALHO, 2007, pp. 256-257).

Com estas medidas, foram construídas as bases para o Brasil pós-escravidão. Conjeturava-se o fim da escravidão, mas ao mesmo tempo, o acesso à terra era limitado. A estrutura patrimonial seria mantida. A lei de terras brasileira diferia radicalmente de sua correspondente nos Estados Unidos. Enquanto que nos EUA a legislação incentivava a conquista da terra, visando a manutenção territorial, no Brasil, a legislação fez com que fosse mantida a propriedade da terra, sendo as terras desocupadas de propriedade do governo.

O ex-escravo não recebia assistência alguma. Tal tipo de indenização nunca foi posto em prática. O grande debate entre os políticos da época não estava na indenização aos escravos, e sim aos proprietários.

“Os gastos com manumissão de escravos na verdade beneficiavam os proprietários. Não houve durante o Império, e muito menos durante a República, programa sistemático de assistência ao ex-escravo, apesar da insistência de vários líderes abolicionistas. O argumento de André Rebouças de que quem deveria ser indenizado após a abolição era o escravo e não seu proprietário, embora justíssimo, não sensibilizou ninguém nas Câmaras e no governo” (CARVALHO, 2007, p. 283).

Por fim, os proprietários não foram indenizados pela escravidão. Mas, devido a peculiaridades regionais e a diferentes graus de desenvolvimento econômico dentre as regiões brasileiras, os proprietários das regiões mais pobres puderam vender seus cativos para as regiões mais ricas. Este fenômeno será analisado no próximo capítulo, que se deterá sobre os aspectos regionais da escravidão no Brasil, notadamente os efeitos sobre o Rio Grande do Sul.

## **4 MUDANÇA INSTITUCIONAL NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX**

Este capítulo se dividirá em duas partes. A primeira descreverá algumas particularidades regionais da escravidão no Brasil dando certa ênfase ao estado do Rio Grande do Sul, sem isolá-lo, porém, do contexto existente no restante do território nacional..

Posteriormente será realizada a junção da teoria institucionalista com os fatos históricos ocorridos no Brasil ao longo do século XIX e apresentados ao longo deste trabalho, buscando formular uma interpretação compatível com a teoria da Nova Economia Institucional.

Inicialmente serão apresentadas algumas interpretações modernas a respeito deste período. Entretanto, antes disso será feita uma breve revisão de temas relacionados com a economia da escravidão. Logo depois será enfatizada a questão das particularidades regionais da escravidão no Brasil. Serão descritas tanto as análises a partir de relatos de viajantes quanto trabalhos contemporâneos que apresentam uma base estatística mais sólida. Por fim serão utilizados os dados contidos nos inventários post-mortem, analisados por Nogueról, a fim de realizar algumas inferências sobre as modificações ocorridas no século XIX no Rio Grande do Sul.

### **4.1 Outras referências teóricas da economia da escravidão.**

No capítulo 2 foram apresentadas importantes contribuições de Robert Fogel para a economia da escravidão. Antes de prosseguirmos para a análise da mudança institucional ocorrida com a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil e no Rio Grande do Sul durante o século XIX, faremos referências a algumas formulações sobre a economia da escravidão: as formuladas por Evsey Domar e Richard Graham.

Graham realizou um trabalho comparativo entre a escravidão do Brasil e a do sul dos Estados Unidos. Estas duas economias assemelhavam-se na existência de um produto único para exportação, existência de trabalho escravo e de grandes propriedades.

Para ele, as diferenças de desenvolvimento não podem ser atribuídas somente à escravidão.

“Mesmo uma leitura apressada da história agrícola do Sul dos EUA torna questionável o argumento de alguns historiadores brasileiros, de que os fazendeiros do Vale do Paraíba não utilizavam equipamento agrícola moderno devido à incompatibilidade entre mecanização e ‘(...) relações de produção eminentemente escravistas (...)’, ou então que o escravo ‘(...) é incapaz de manejar produtivamente técnicas que impliquem emprego de máquinas’. No Sul dos Estados Unidos os escravos manejavam máquinas e equipamentos sofisticados” (GRAHAM, 1983, p.231).

O atraso industrial do Brasil é muitas vezes explicado pela existência da escravidão. Alegava-se ser o trabalho escravo incompatível com a atividade industrial, por não se tratarem de tarefas brutas e repetitivas como na agricultura. Graham é um dos autores que critica estas afirmações:

“A experiência norte-americana lança dúvidas sobre a maioria destas generalizações, e sugere uma realidade histórica mais ambígua. Assim, por exemplo, os industriais do Sul dos Estados Unidos nunca hesitaram em utilizar mão-de-obra escrava: cinco por cento do conjunto da população escrava – cerca de 200.000 pessoas – trabalhavam na indústria” (GRAHAM, 1983, p. 235).

Graham apontou a “existência de instituições bancárias em número muito maior no Sul dos EUA do que no Brasil” (1983, p. 242). Lá, cada estado possuía sua própria legislação, que muitas vezes permitia os bancos emitirem moeda, fazendo com que eles emprestassem uma parcela elevada dos depósitos, enquanto que no Brasil, os bancos “não operaram significativamente até 1850” (1983, p. 242). A partir da década de 1860 bancos estrangeiros, sobretudo Ingleses, abriram agências em cidades brasileiras. A respeito da participação dos bancos na economia, serão analisados dados relativos a financeirização da economia do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX ao longo deste capítulo.

Domar formulou uma hipótese de que dos três elementos de uma estrutura agrária, terras livres, trabalhadores livres e proprietários ociosos, apenas dois, nunca os três podem existir simultaneamente. Para Domar, o que explicaria o fim da escravidão seria o diferencial de produtividade de um trabalhador livre em relação à de um escravo comparada com o diferencial entre o salário de um trabalhador livre e o custo de subsistência de um escravo.

No caso da criação de gado no Rio Grande do Sul no século XIX havia uma relação terra-trabalho elevada, existiam proprietários ociosos e o tipo de trabalho utilizado era tanto livre quanto escravo.

De acordo com Domar, o progresso tecnológico levaria a uma mudança de preços relativos que por fim levaria a uma mudança institucional, no caso, o fim da escravidão. Veremos ao longo deste capítulo, que muitas vezes se atribui a crise na produção do charque no Rio Grande do Sul à resistência a mudança por parte dos proprietários rurais, que não implementaram inovações tecnológicas na produção. Esse argumento foi bastante difundido por Fernando Henrique Cardoso, que foi muito influenciado pelas idéias de Florestan Fernandes. Serão apresentados argumentos de Bell e Monastério, que demonstram não terem sido estas as origens da crise.

## 4.2 Mercado de Escravos

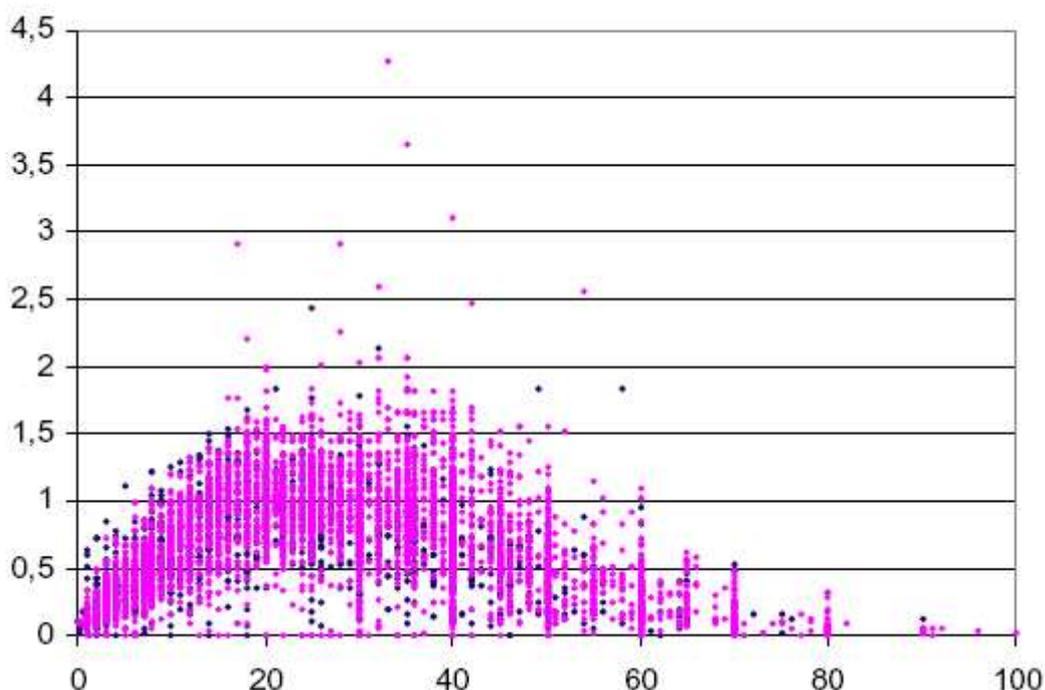
Existiam dois mercados para mão-de-obra escrava, um era o da compra e venda (onde os escravos eram transacionados) e outro do aluguel (onde os serviços dos escravos eram transacionados). Estes dois tipos de mercado foram estudados utilizando *cliometria*. Será feita uma breve descrição dos trabalhos realizados por NOGUERÓL (2000, 2003 e 2007) e de VERSIANI (2002) a respeito dos preços dos escravos e por MELLO (1983) a respeito dos valores praticados para aluguel deles.

### 4.2.1 Preços de compra e venda de escravos

A transação mais comum envolvendo escravos, era a de compra e venda. Eles eram transacionados como qualquer outra mercadoria. O preço praticado refletia a oferta e a demanda por eles. É possível verificar na função que determina o preço de escravos a existência de certa racionalidade econômica. Mesmo considerando vários indivíduos com percepções diferentes, na média, a precificação ocorre de acordo com a produtividade. “Slenes, em particular, enfatizou a relevância da associação entre preços de escravos e preços de mercadorias de exportação, na segunda metade do século XIX” (VERSIANI, 2002, p. 2).

O preço do escravo aumentava com idade, da infância até a idade adulta. À medida que os escravos envelheciam, seu preço declinava. Ao nascer, e próximo à velhice, o preço aproximava-se de zero. Entre 20 e 30 anos, aproximava-se de 1, o preço do escravo padrão (sadio e do sexo masculino).

GRÁFICO 4.1 Preços relativos de escravos em função da idade, Rio Grande do Sul entre 1797 e 1887.



Fonte: NOGUERÓL, 2007, p.11.

Esta função quadrática em função da idade se assemelha com a função de ganhos do capital humano (MURPHY e WELCH) que é uma das especificações mais aceitas pela teoria econômica. O preço de mulheres, menos produtivas, também refletia esse diferencial de produtividade. Se a escravidão fosse explicada somente pela tradição, irracionalidade, etc, a posse de escravos deveria representar uma mera demonstração de poder, algo como consumo conspícuo, o preço deveria representar uma distribuição aleatória. O comportamento dos preços dos escravos na economia escravista semelhante ao dos salários nas modernas economias capitalistas<sup>50</sup> serve como um indicativo de que ambas seguem uma racionalidade semelhante.

A correlação verificada entre os preços de escravos em diferentes províncias, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais no trabalho de NOGUERÓL (2003) e entre Pernambuco,

<sup>50</sup> O trabalho de MURPHY e WELCH foi realizado com base em dados da economia dos Estados Unidos entre 1963 e 1986. Embora eles encontrem uma forma funcional mais adequada (função quartica – um polinômio de grau 4) para o comportamento salarial, eles afirmam que ela pode ser utilizada para estimar padrões de ganhos de carreira, mas recomendam prudência no seu uso. Ademais, uma forma funcional próxima, mas não exata, serve aos nossos propósitos de verificar a semelhança entre dois períodos totalmente distintos na história. Embora seja possível ao analista interessado, aplicar esta mesma equação para os dados relativos à escravidão.

Bahia e Minas Gerais em VERSIANI (2002) demonstram uma integração no mercado nacional diferente do que sugere a leitura de obras como *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado. Os preços praticados não eram os mesmos, mas as variações eram semelhantes (a correlação entre as diferentes localidades pesquisadas era alta), quando ocorria elevação do preço em uma província, ocorria o mesmo nas demais, pela possibilidade de arbitragem – um típico mecanismo de mercado.

“Comparações entre a evolução de preços em Pernambuco, de um lado, e os dados correspondentes para Minas Gerais e Salvador, de outro, mostram que os mercados de escravos nas três regiões estavam submetidos a influências comuns. Essas comparações apontam para a existência, em certo sentido, um mercado nacional de mão-de-obra escrava” (VERSIANI, VERGOLINO, 2002, p.10).

#### 4.2.2 Aluguéis de Escravos

Por meio do aluguel, um terceiro pagava uma quantia ao proprietário do escravo para dispor do trabalho dele por determinado período. As operações de aluguel não eram tão amplamente difundidas quanto as de compras, mesmo assim, eram comumente realizadas. Graham descreve a utilização desta modalidade tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil:

“O sistema de aluguel de escravos evitava algumas das barreiras à industrialização que normalmente são atribuídas como inerentes ao sistema escravista. Os proprietários alugavam seus escravos a outras pessoas – no caso norte-americano, freqüentemente a empresários industriais – os quais, diante de uma situação financeira adversa, poderiam devolvê-los a seus senhores. Cerca de um quinto de todos os escravos que trabalhavam na indústria no Sul dos EUA era alugado. Também no Brasil, possuir escravos com o objetivo de alugá-los era prática comum” (GRAHAM, 1983, p. 235).

Fogel e Engerman afirmam que no caso do aluguel a exploração é mais aparente:

“The man who rented a slave paid the full market value of the slave’s services, but the slave received only part of that payment. The slave’s income was the expenditure of the renter on his maintenance; the balance of the value produced by the slave went to the owner of the slave in the form of a rental fee” (1995, p. 107)

O trabalho de Pedro Carvalho de Mello (1978), ao comparar os preços com os aluguéis de escravos, demonstra outra evidência da racionalidade existente na escravidão. Ao analisar dados referentes à região produtora de café, foi constatado que, a medida com que os indivíduos percebiam o fim da escravidão como algo cada vez mais eminente, os preços passam a aproximar-se dos aluguéis, indicando um comportamento ciente do risco. Isso é representado pela variável  $N^{51}$ , que representava inicialmente a *vida econômica esperada*, e,

---

<sup>51</sup> Calculada a partir da equação:

passa a representar a *mortalidade política da escravidão*, a medida com que avança a pressão abolicionista. Esta variável cai de 29 (a vida econômica provável de um escravo entre 20 e 29) em 1880 para 6 em 1883, mantendo-se nesse patamar até 1887 quando declina para 1. Ou seja, em 1887, os agentes econômicos acreditavam (e estes preços são reflexo disso) que a escravidão não sobreviveria por mais de um ano.

Estes resultados encontrados por Mello, assim como boa parte da literatura em história econômica, se referem à economia produtora de café. A escravidão no Brasil, apresentou mudanças não apenas ao longo do tempo, mas também entre as regiões do país. Veremos a seguir alguns aspectos comuns às diferentes regiões assim como as particularidades regionais. O foco desta análise será o Rio Grande do Sul, relacionando-o sempre que possível, com as demais províncias brasileiras.

### 4.3 Características Regionais da Escravidão no Brasil

É necessário deixar claro as características regionais da escravidão. Ao longo de todo o período no qual vigorou a utilização do trabalho escravo ocorreram mudanças significativas na estrutura econômica, inclusive com o deslocamento do centro dinâmico. A mão-de-obra escrava foi utilizada, conforme exposto no capítulo anterior, desde a introdução da cultura da cana no Brasil, especialmente no Nordeste, em Pernambuco e na Bahia. A concentração dos escravos variou de acordo com o dinamismo da economia de cada região ao longo do tempo. Antes da expansão do setor cafeeiro, no século XIX, no sudeste brasileiro, foram verificados dois importantes ciclos econômicos: o açucareiro, no nordeste e o da economia mineira.

É ainda durante o auge da economia açucareira que o Rio de Janeiro começa a se destacar, tanto pela produção de cana, que cresce no período da invasão holandesa em Pernambuco, quanto pelo papel desempenhado no comércio negreiro. O Rio de Janeiro foi consolidando sua posição no comércio de escravos de tal forma, que grande parte dos escravos chegados ao Brasil, ingressou no país por esta praça a partir do século XVIII.

---


$$P_s = \frac{H}{i} \left| 1 - \frac{1}{(1+i)^N} \right|$$

Onde  $P_s$  representa o preço dos escravos,  $H$  os aluguéis anuais líquidos e  $i$  a taxa

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, na virada dos seiscentos para os setecentos, somada ao declínio da economia açucareira, ocorre um novo deslocamento do centro dinâmico em direção à região mineradora. O Rio de Janeiro continua fornecendo os escravos para o mercado interno. É lá que surge uma elite mercantil ligada ao comércio de escravos. FRAGOSO (2001) destaca o papel do capital comercial no período colonial brasileiro, apontando as ligações comerciais entre as diversas províncias. As múltiplas relações existentes entre diversos indivíduos numa sociedade, mesmo que colonial, geram uma complexa interação entre os diferentes agentes que se for sistematizada em modelos simplificados, corre o risco de deixar de fora relações importantes. Durante muito tempo sob o “monopólio colonial” ficaram ocultas as relações do Brasil com a África e a Ásia, que não necessariamente transitavam por Portugal, ou então pelo papel desempenhado por traficantes brasileiros no trato com Angola.

Assim como as trocas diretas entre o Brasil e a África e a Ásia, o mercado nacional muitas vezes é desconsiderado. Não se trata de afirmar que o mercado interno era uma variável determinante no produto nacional, como foi a partir de 1930, mas sim de alertar sobre a existência de um mercado mais integrado do que por algumas vezes se supõe.

#### *4.3.1 A inserção econômica do Rio Grande do Sul no mercado nacional*

O mercado nacional é formado após a Independência, quando as fronteiras são definidas (em linhas gerais) e são criadas barreiras alfandegárias aos produtos estrangeiros, visando arrecadar tributos e proteger os produtores nacionais. Neste contexto começa a se inserir a economia gaúcha, como fornecedora de gêneros alimentícios, sobretudo o charque, para o centro do país. Esta produção de bens voltada ao mercado interno ocorre, logicamente, utilizando mão-de-obra escrava.

Geograficamente, o Rio Grande do Sul, difere do restante do país, por seu clima temperado e pela vegetação do pampa. O RS era ao mesmo tempo a fronteira norte do pampa, e o extremo sul do Brasil. Houve muitas semelhanças com relação à pecuária existente na Argentina e no Uruguai, porém com diferenças persistentes. Enquanto que inovações, como a cerca de arame farpado, foram implementadas nestes países vizinhos na metade do século XIX, no RS só foi implementada ao final do mesmo século. O RS como parte do Brasil, teve uma abolição tardia da escravidão, principalmente se comparado à Argentina e Uruguai.

---

de desconto (MELLO, 1978, p. 57).

“Thorn between two metropolitan regions, the Río de La Plata and south-central Brazil, Rio Grande do Sul is a particularly interesting region to consider within the core-periphery model of Latin American development. Its temperate grasslands, lying at a northern margin of the great pampa grasslands system, were tied by their physical geography to the Plata; from this viewpoint, the Campanha was principally a periphery of Montevideo and not of Rio de Janeiro. At the same time, distance, infrastructure (notably the seasonally poor navigability of the Uruguay River), and culture isolated the region from the cities of the estuary. Politically, Rio Grande do Sul has always been part of Brazil, whose institutions have linked it with the rest of its country. During the nineteenth century, the Brazilian nation’s oft-noted political triumph was that the Empire managed to hold the country together as a single entity. In economic terms, however, the sense of nation was a very loose one. In some ways imperial Brazil behave more like a series of regional economies, yet the province of Rio Grande do Sul was important in relation to such interpretations as were present” (BELL, 1998, pp. 2-3).

Enquanto que as condições geográficas do Rio Grande do Sul assemelham-se às de Uruguai e Argentina, institucionalmente é diferente destes países. Dentro do próprio estado é possível observar diferenças geográficas e institucionais. As diferenças geográficas dizem respeito ao relevo e a vegetação. Enquanto a parte chamada de “metade sul” é dominada por planícies (ou coxilhas de até 500 metros de altitude) cobertas por campo limpo, a Campanha, semelhante à vegetação das estepes (“steppe grasslands of Rio Grande do Sul”, BELL, p.16); a “metade norte” é composta por serra e planalto, cobertos por floresta subtropical, floresta de araucárias e campos limpos (“subtropical grasslands of the S. Brazilian Highlands”, BELL, 1998, p. 16). A diferença institucional ficará evidente ao final do século XIX, devido a diferenças na colonização.

No início do período em estudo, o povoamento do Rio Grande do Sul estava restrito à região da campanha. Até o fim da dominação espanhola sobre Portugal em 1640, o território compreendido entre o oceano atlântico e os rios da Prata e Paraguai era um vasto campo despovoado, sendo percorrido, eventualmente pelos bandeirantes paulistas. Entre São Vicente, portuguesa, e Buenos Aires, espanhola, não havia povoados. “No início do século XIX, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul era o Pampa, e, até meados desse mesmo século, a demografia regional, econômica e socialmente, era simplesmente essa região” (AREND, 2005, p.70). A formação do Rio Grande do Sul diferia do restante do país, por ocupar uma região de fronteira, rivalizando com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Trata-se de uma região conquistada, marcada por inúmeros conflitos.

“A extremidade meridional do território que hoje constitui o Brasil permaneceu durante muito tempo fora de sua órbita. Entrará para a história política e administrativa da colônia em fins do século XVII; mas economicamente só começará a contar no período que hora nos ocupa, isto é, segunda metade do século XVIII. Antes disso é apenas um território arduamente disputado por espanhóis e

portugueses, de armas na mão, e que não terá outra forma de ocupação que a militar” (PRADO JR., 1942, p.99).

Estes conflitos retardaram o desenvolvimento econômico do estado, pois deixaram o gado em segundo plano, determinando uma estruturação tardia da sociedade gaúcha, que ocorre apenas no século XIX (AREND, 2005, p. 69). É no início daquele século que ocorre um aumento populacional, e a definição da propriedade privada das terras. Sesmarias foram concedidas para a formação de estâncias e as primeiras cidades surgiam onde existiam destacamentos do exército.

“As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares. No entanto, havia estâncias com 30 léguas. A primeira concessão foi feita em 1732, e, por volta de 1803, a Campanha gaúcha já estava totalmente repartida entre aproximadamente 500 grandes proprietários” (AREND, 2005, p. 70).

Antes da distribuição da propriedade da terra, o gado bovino era criado solto no Pampa, e exportado em pé até região que demandava alimentos: a região mineradora, no século XVIII, e o Rio de Janeiro, no século XIX, em concorrência com a exportação do Brasil Central que, com a decadência da mineração, encontrou na pecuária extensiva uma de suas principais atividades. Ao definir-se melhor a propriedade da terra, criam-se charqueadas na parte sul do estado e a carne passa a ser exportada salgada. O Rio Grande do Sul passa então a ter um importante papel no fornecimento de carne para o resto do país.

Esta expansão econômica e populacional no Rio Grande do Sul foi acompanhada pela escravidão, que teve uma participação muito importante na produção de charque. Destaca-se que havia mais escravos envolvidos com a produção de charque do que com a agricultura<sup>52</sup>.

TABELA 4.1 Distribuição regional da população brasileira de acordo ao estatuto jurídico, 1819.

Região	Total	Livres	Escravos	Escravos (%)
Pernambuco	368465	270832	97633	26,50%
Bahia	477912	330649	147263	30,81%
Rio de Janeiro e Corte	510000	363940	146060	28,64%
Minas Gerais	631885	463342	168543	26,67%
São Paulo	238323	160656	77667	32,59%
Rio Grande do Sul	92180	63927	28253	30,65%
Brasil	3596132	2488743	1107389	30,79%

Fonte FRAGOSO, FLORENTINO, 2001, p.112.

<sup>52</sup> “Levando em conta os dados de que dispomos, verifica-se que havia mais escravos lidando com o gado do que com a agricultura no Rio Grande do Sul” (NOGUERÓL, 2007, p.7) .

No começo do século XIX, antes da Independência, os escravos representavam cerca de 30% da população brasileira, com pequenas variações regionais. Mesmo assim, dentro de um mesma região, havia variação significativa, como no caso do Rio Grande do Sul. É possível notar uma concentração de escravos maior nas regiões produtoras de charque.

TABELA 4.2 População do Rio Grande do Sul, por Zona, segundo a condição da população Presente – 1814.

Zona	População Total	População Livre	População Livre (%)
Pelotas	2419	1193	49,32
Piratini	3673	2138	58,21
Santo Amaro (General Câmara)	1884	1111	58,97
Porto Alegre	6111	3799	62,17
São Bom Jesus do Triunfo	3450	2242	64,99
Conceição do Arroio	1648	1110	67,35
Freguesia de Viamão	2812	1904	67,71
Cachoeira	8225	5603	68,12
Rio Grande	3590	2471	68,83
Santo Antônio da Patrulha	3103	2142	69,03
Nossa Senhora dos Anjos (Gravataí)	2658	1942	73,06
São José do Taquari	1714	1281	74,74
S. Luiz de Mostardas (São José do Norte)	1151	870	75,59
Rio Pardo	10445	8016	76,74
Missões	7951	7699	96,83

Fonte: MONASTÉRIO, 2002, p.90.

“Todavia, o trabalho escravo não era dominante nas lides de apoio à atividade produtiva da estância, pois era pouco importante um número grande de empregados necessários ao funcionamento da mesma. O trabalho de pastoreio do rebanho na estância era realizado por índios, mestiços, de índios com brancos, por indivíduos pobres e por escravos. Os trabalhadores não escravos eram populações excluídas: vagabundos e salteadores. O setor fundamentalmente escravista no RS era o da fabricação de charque – era onde se acumulava a riqueza da região” (AREND, 2005, p. 72).

Neste contexto de maior participação do Rio Grande do Sul na economia nacional, ocorre a Revolução Farroupilha. Veremos a seguir que este acontecimento no contexto das revoltas que também ocorriam nas demais províncias, no período mais turbulento deste século de mudanças profundas, mas conservadoras.

#### 4.3.2 Revoltas do período regencial

Como visto no capítulo 3, a abolição da escravidão no Brasil foi um processo pacífico, salvo, no entanto, pela existência de algumas revoltas, descritas nesta seção. Mello afirma que “foi feita por iniciativa de seus próprios habitantes” (1983, p.21), porém fazendo a ressalva de

que “a lei de 4 de setembro de 1850 pode ser considerada em parte uma exceção a essa afirmativa, pois foi promulgada após anos de uma crescente pressão da Inglaterra” (1983, p.21).

Quando o Imperador D. Pedro I abdica do trono brasileiro, o Rio Grande de Sul já era um importante fornecedor de carne e couros, juntamente com o Uruguai e com a Argentina, para a região sudeste, que começava a se destacar na produção de café. Entretanto, devido ao câmbio e aos impostos sobre o charque gaúcho, a mercadoria estrangeira conseguia ser mais competitiva no mercado. Tratava-se de uma produção voltada para o mercado interno, uma exceção no período colonial brasileiro. Alguns autores atribuem à escravidão e ao apego a valores tradicionais dos proprietários como barreiras a inovação tecnológica. Esta ausência de inovação teria sido determinante na competitividade do charque riograndense.

O período regencial foi marcado por várias revoltas, todas de caráter regional. Como vimos no capítulo 3, dentre elas, apenas a Revolta dos Malês era totalmente abolicionista e liderada por escravos. Abaixo é apresentada a relação das revoltas ocorridas no período.

QUADRO 4.1 – Principais Revoltas, 1831-1848.

1831-1835	Duração	Localização	Participantes Principais
Seis Rebeliões	1831-32	Corte	Tropa e povo
Setembrizada	1831	Recife	Tropa
Novembrada	1831	Recife	Tropa
Abrilada	1832	Pernambuco	Tropa
Pinto Madeira	1831-32	Ceará	Tropa
Cabanos	1832-35	Pernambuco/ Alagoas	Pequenos proprietários, camponeses, índios e escravos
Crise Federalista	1832-33	Salvador	Tropa
Sedição de Ouro Preto	1833	Ouro Preto	Tropa
Carneirada	1834-35	Recife	Tropa
Revolta do Malês	1835	Salvador	Escravos
1835-1848			
Cabanagem	1835-40	Pará	Camponeses, índios e escravos
Farroupilha	1835-45	Rio Grande do Sul	Estancieiros e charqueadores
Sabinada	1837-38	Salvador	Tropa e povo
Balaiada	1838-41	Maranhão	Proprietários, camponeses, escravos
Revolução Liberal	1842	São Paulo / Rio de Janeiro	Proprietários
Revolução Liberal	1842	Minas Gerais	Proprietários
Praieira	1848-49	Pernambuco	Proprietários

Fonte: CARVALHO, 2007, p. 250.

A que mais nos interessa neste trabalho é a mais longa delas: A Revolução Farroupilha, onde os Revolucionários lutaram por uma década contra o governo imperial.

“Em algumas revoltas o conflito entre elites não transbordava para o povo. Tratava-se, em geral, de províncias em que era mais sólido o sistema da grande agricultura e da grande pecuária. Neste caso está a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que durou de 1835 a 1845. Em 1836 foi proclamada a República de Piratini. Briga de estancieiros e charqueadores com complicações internacionais, a Farroupilha não corria o risco de tornar-se guerra de pobres, de tornar-se perigo para a paz social. Era briga de brancos. Mas constituía alto risco político pela posição estratégica da província como fornecedora de charque para a economia escravista e pela ameaça à unidade do país e ao sistema monárquico de governo” (CARVALHO, 2007, pp. 253-254).

A Revolução Farroupilha seria, inicialmente, de caráter federativo, porém, logo adquiriu objetivos separatistas. Em 1836 a República foi proclamada no Rio Grande do Sul e a abolição da escravidão passou a ser um aspecto importante. Havia a expectativa da liberdade aos escravos, assim que terminado o conflito. Devido ao peculiar processo de povoamento, e por estar localizado em uma importante região fronteiriça, o Rio Grande do Sul era excessivamente militarizado, tornando possível a resistência armada contra o governo Imperial por uma década.

Antes do movimento separatista no Rio Grande do Sul, o Império brasileiro já havia se deparado anteriormente com a Independência do Uruguai, que até 1828 pertencerá ao Brasil, como Província Cisplatina.

Entre as revoltas do período regencial, outra que se destaca é a dos Malês, ocorrida em 1835 na Bahia. Os Malês eram os escravos letrados em árabe<sup>53</sup>, praticantes da fé muçulmana, que se revoltaram com a imposição do catolicismo no Brasil e com a própria condição de escravidão. Os escravos que lideraram esta revolta haviam sido aprisionados nas *jihads* ocorridas no território Ioruba (ver SILVA, 1994, pp. 25-28).

Ao debelar as demais revoltas regionais do período, o governo Imperial pôde reforçar as tropas que combatiam no Rio Grande do Sul, com combatentes que atuavam nas outras regiões do Brasil. O conflito teve fim em 1845, quando D. Pedro II já era o Imperador. A partir daí, o governo Imperial deparou-se com um período de maior estabilidade, não ocorrendo mais conflitos de ordem regional. Os conflitos ocorridos na segunda metade do século são de ordem externa, como a Guerra do Paraguai.

---

<sup>53</sup> O termo tem origem no Ioruba, *imale* utilizado para designar *muçulmano*.

### 4.3.3 A Pecuária no Rio Grande do Sul e a Escravidão

Um argumento bastante difundido na historiografia econômica brasileira é o de Fernando Henrique Cardoso, de que a escravidão seria incompatível com as inovações tecnológicas. E que estas inovações deixaram de ser implementadas (inclusive o fim da utilização de trabalho escravo) devido a um apego dos proprietários rurais à tradição. As idéias de Cardoso não serão analisadas neste trabalho. Apresentaremos apenas a crítica que Monastério lhe faz. Esta crítica, no entanto, é parcial: ele não rejeita totalmente a contribuição do sociólogo paulista, destacando o papel que este desempenhou em desmistificar algumas idéias disseminadas no ideário popular em relação às supostas diferenças existentes no Rio Grande do Sul em relação ao restante do País.

“Vale notar que não se almeja aqui questionar a obra de Cardoso (1977) como um todo. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* foi fundamental para derrubar os mitos que dominavam a historiografia da época, quais sejam: de que os escravos tiveram papel marginal na economia gaúcha e que seu tratamento era especialmente generoso. Ele destacou a onipresença do trabalho cativo no sul e que o suposto bom tratamento dispensado aos escravos era restrito aos que lidavam em atividades pastoris. Ao mesmo tempo em que essas afirmações parecem corretas, outras, como as aqui criticadas, merecem ser revistas.

Se a explicação de Cardoso (1977) para a crise do charque está equivocada, como explicá-la, afinal? Este trabalho argumenta que o que ocorreu no sul do Brasil foi mais um reflexo da *Dutch Disease* (Doença Holandesa).

Nesse conhecido processo, o *boom* de um setor exportador traz conseqüências perversas para outros setores da economia. Leff (1991, 1997) argumentou que tal moléstia acometeu os setores de cana-de-açúcar e algodão do nordeste brasileiro no século XIX. Mostra-se aqui que a *Dutch Disease* também atingiu o Brasil meridional e foi a verdadeira responsável pela crise do charque” (MONASTÉRIO, 2005a, p. 14).

Monastério atribui o declínio da economia charqueadora, ocorrido ao final do século XIX, à Doença Holandesa - um termo utilizado para designar o impacto de um volume significativo de ingresso de recursos pela exportação de um recurso natural, na economia. Este termo começou a ser utilizada em 1977 ao descrever o fenômeno de desindustrialização ocorrido na Holanda, após descobertas de reservas de gás e petróleo. Na economia brasileira do século XIX, este fenômeno teria ocorrido devido à expansão da economia cafeeira, cujas exportações levaram a um ingresso considerável de divisas no Brasil. Este ingresso de recursos teria valorizado o mil-réis, tornando as importações relativamente mais baratas.

A visão de Cardoso em relação à utilização de escravos no Rio Grande do Sul é sintetizada por Monastério em três pontos (2005a, p. 16):

- i) O trabalho escravo foi incompatível com o progresso técnico;

- ii) Os escravos não tiveram incentivos para se dedicar ao trabalho;
- iii) A divisão do trabalho foi restrita pelo trabalho escravo.

Cardoso, portanto, proclamou a maior produtividade dos trabalhadores livres. Se os trabalhadores livres eram mais produtivos, estes deveriam ter substituído naturalmente os escravos, o que, como se sabe, não ocorreu. A explicação encontrada para isso foi a maneira na qual os proprietários de escravos nas charqueadas estavam envolvidos com a tradição:

Uma questão emerge: por que os charqueadores se mantiveram escravistas? Se havia o que na época percebiam a maior eficiência do trabalho livre, por que, mesmo antes da Abolição, não adotá-lo? Cardoso responde a esse enigma sustentando que os charqueadores estavam imersos em uma *Weltanschauung* senhorial. Isso os fazia ver a escravidão não como um meio para obtenção dos lucros, mas como um fim em si. (MONASTÉRIO, 2005a, pp 15-16).

Para cada um dos principais pontos expostos por Cardoso, são apresentados por Monastério argumentos demonstrando a fragilidade deles. Exporemos abaixo esta visão crítica, considerando contribuições de outros autores.

A escravidão conviveu com o progresso tecnológico, com implementos utilizados na bacia do Prata também sendo utilizados nas charqueadas pelotenses. Em outras partes do mundo, como nos Estados Unidos, a escravidão conviveu perfeitamente com o progresso técnico.

Stephen Bell cita as principais inovações tecnológicas ocorridas na pecuária do Rio Grande do Sul no século XIX, que foram: o aprimoramento genético das espécies cultivadas (*selective breeding*), o cercamento dos campos (*fencing*), melhorias no pasto (*planted pastures*), a abolição da escravidão (*abolition of slavery*); mas também as inovações que tardaram em ser implementadas, ocorrendo apenas no século XX, como melhorias veterinárias (*veterinary improvements*), frigoríficos e melhoras no sistema de transporte.

Além destas inovações tecnológicas, houve mudanças resultantes da organização da produção: “In the later 1880’s, two important innovations came to Rio Grande do Sul that had major implications for the salt-beef industry – the abolition of slavery and the arrival of railways” (BELL, 1998, p.137).

Bell (1998, p.99) cita que boa parte das inovações implementadas não foi desenvolvida dentro das economias sul-americanas. A tecnologia era similar no Brasil e na

Argentina: a diferença ocorreu na adoção dela, devido a circunstâncias culturais e estruturais. Fatores institucionais mostram-se determinantes no desempenho da economia.

“The contemporary literature of improvement laid much of the responsibility for the slow transformation of the Campanha grasslands on the Riograndense ranchers themselves; they were widely identified as poor entrepreneurs. Even today, the idea that Luso-Brazilians are retrograde entrepreneurs in rural matters is still current in the region.” (BELL, 1998, p. 156)

“While this thesis [Luso-Brazilians as a deficient entrepreneur on the grasslands] is seductive, there are other potential explanations for the slowness of Campanha ranchers to adopt new technology.” (BELL, 1998, p. 156)

A cerca de arame farpado foi patenteada em 1860 e seu uso em escala foi possível após 1875. Antes da introdução das cercas de arame, eram utilizados muros de pedra ou de vegetação, entretanto o custo e a dificuldade impossibilitavam uma utilização ampla destes métodos. A introdução da cerca foi útil no cercamento periférico da propriedade, que permitiu que menos mão-de-obra fosse utilizada e na divisão dentro das propriedades, proporcionando um melhor aproveitamento dos solos, aumentando a produtividade da produção. As propriedades rurais no RS iniciaram pelo cercamento periférico (1998, p.125), principalmente, quando o vizinho não era um familiar, buscando uma maior garantia da propriedade da terra.

O cercamento começou a ser utilizado na Argentina, porém no Uruguai a sua disseminação foi muito mais rápida. Enquanto que na Argentina este processo ocorreu entre 1876 e 1910, no Uruguai entre 1877 e 1882, 87% do território foi cercado (BELL, 1998, p.120). No Rio Grande do Sul, esta prática adquiriu importância ao longo da década de 1880 (desde 1870 implementações iniciais já haviam sido feitas), repercutindo o que estava ocorrendo no Uruguai.

“The last decades of the nineteenth century saw three major changes in the treatment of southern South American ranch products: the transformation of salt-beef plants to operation on a industrial scale; the export of animals on the hoof to Britain; and, most importantly, the introduction of refrigeration technology in the form of frigoríficos, the long-term answer to the modernization of ranch products for worldwide markets” (BELL, 1998, p.137).

Ao afirmar que os escravos não possuíam incentivos para se dedicar ao trabalho, Cardoso ignora os problemas informacionais (de agente-principal) existentes na utilização de trabalho livre. Além disso, parece mais fácil “obrigar” a ser produtivo um escravo do que um trabalhador livre. Não obstante, a utilização de trabalho escravo não impede a concessão de incentivos (monetários ou não), Fogel e Engermann mostraram que os senhores de escravos

combinavam a utilização de incentivos positivos (remunerações extras, descansos, etc.) e negativos (punições). E esta estrutura de incentivos também foi utilizada por charqueadores gaúchos.

Monastério ilustra este aspecto, apresentando o caso de uma charqueada que tentou utilizar trabalhadores livres:

“É interessante notar que os saladeiros baseados no trabalho assalariado não foram bem-sucedidos. O francês J. B. Roux fracassou, em meados do século XIX, ao instalar, em Pelotas, uma charqueada com o chamado “sistema platino”, empregando trabalhadores livres bascos, uruguaios e argentinos (BELL, 1998, p. 233)<sup>10</sup>. Corsetti (1983, p. 175-176) relata que Junius Brutus Cássio de Almeida gastou 400 contos de réis remodelando a sua charqueada. Importou máquinas e técnicos da Itália, trouxe 40 operários especializados de Montevidéu e passou a produzir de acordo com o “sistema platino”. A própria Princesa Isabel teria visitado o estabelecimento e presenciado uma rês ser desmanchada em cinco minutos por um carneador uruguaio. Qual não é a surpresa em descobrir que o mesmo Junius Brutus de Almeida, três anos depois, em dezembro de 1887, enfrentou uma rebelião escrava em sua charqueada. Essas informações sugerem que mesmo os charqueadores mais empreendedores seguiram vendo no trabalho escravo uma prática rentável. No mesmo sentido, Couty (1880, p. 150) faz referência ao fracasso da tentativa de utilização de trabalhadores bascos livres nas charqueadas” (MONASTÉRIO, 2005a, p. 17).

O fato de o trabalhador escravo ser mais produtivo que o livre é aceito pela literatura moderna sobre a escravidão. Isso se deve ao fato dos mecanismos coercitivos serem mais eficientes tratando-se de atividades que geram um produto que seja mensurado em quantidade. Na agricultura, ou na pecuária, onde os produtos não são diferenciáveis, é fácil avaliar a qualidade do trabalho realizado: é simplesmente a quantidade produzida. No entanto, em atividades que exijam habilidade, os incentivos punitivos são pouco eficientes. Nas atividades onde a avaliação do trabalho se dá pela destreza com que o trabalho foi realizado, incentivos positivos – monetários, ou folgas – apresentam melhores resultados.

“Um argumento que parece ter grande generalidade decorre da idéia de que o que distingue fundamentalmente o trabalho escravo do trabalho livre é o fato de que, enquanto no segundo caso o tempo de trabalho é decidido pelo próprio trabalhador, a partir de uma avaliação dos custos e benefícios de uma hora de trabalho adicional, na escravidão essa decisão cabe ao proprietário; e nesse caso o tempo de trabalho pode ser aproximado do máximo biologicamente suportável, mediante o uso, efetivo ou potencial, da coerção física. Ao contrário, o dia de trabalho assalariado tem uma duração tipicamente inferior a esse máximo. Nesse sentido, dado um mesmo custo do dia de trabalho (dado, para o escravo, pela custo de sua aquisição, descontado no tempo, mais o custo de sua manutenção e da coerção a ele aplicada; e, para o trabalho livre, por seu salário), o trabalho escravo é mais produtivo. A decisão “racional” sobre o uso de uma ou de outra forma de trabalho se baseará, então, na comparação de seus custos levando em conta essa produtividade potencial” (VERSIANI, 2000, pp.2-3).

Mesmo que os trabalhadores livres fossem mais eficientes, o ambiente institucional determinava a escassez destes, tornando-os relativamente mais caros.

“É curioso que Cardoso (1977) não cite a razão que o próprio Couty apresentou para a persistência da utilização de trabalhadores cativos. Segundo o autor francês, o problema era a falta em Pelotas e nas regiões vizinhas de colonos suficientes para trabalhar nas charqueadas (COUTY, 1880, p. 151).

Ele também faz referência que se um charqueador trouxesse trabalhadores especializados, os custos seriam “ainda mais onerosos que o são no Sul [Uruguai]” (COUTY 1880, p. 150). Dessa forma, mesmo reconhecendo uma maior eficiência técnica nos *saladeros*, Couty reconhece que o problema era de escassez do fator trabalho e não precisa asseverar qualquer irracionalidade econômica para justificar a utilização de escravos nas charqueadas” (MONASTÉRIO, 2005a, pp. 17-18).

Atualmente, é aceita a idéia que a escravidão é mais eficiente em atividades intensivas em esforço e menos eficiente em atividades que exigem habilidade.

“Juntando agora os dois argumentos, é evidente que a idéia da produtividade superior da mão-de-obra escrava só terá aplicabilidade nos casos em que a coerção for viável; e ela só será viável em atividades intensivas em esforço. É difícil, ou impossível, garantir a execução de uma atividade intensiva em habilidade mediante castigos ou ameaças; nesse caso, é imprescindível certo grau de cooperação por parte do trabalhador. A falta de qualidade não é, em geral, facilmente aferível. Será necessário angariar tal cooperação; e a forma mais adequada de fazer isso será por meio de incentivos ou recompensas — em suma, de alguma forma de salário” (VERSIANI, 2000, p.3).

Outro aspecto apontado por Monastério é o fato de que a escravidão não impedia a divisão do trabalho. Os escravos especializavam-se entre as diversas atividades desempenhadas na atividade charqueadora. O estudo de inventários, realizado por Nogueról, mostra o registro de diversas atividades desenvolvidas pelos escravos, mais de 80 ofícios foram declarados (2007, p.15). Estas atividades iam desde as ligadas à agricultura, pecuária e serviços domésticos, até os mais variados serviços (alfaiates, barbeiros, carpinteiros, ferreiros, marinheiros, pedreiros, sapateiros, entre outros). Nogueról mostra, inclusive, o peso que a posse de um ofício por parte do escravo representava em seu preço. Havia uma dezena de atividades ligadas diretamente à produção de charque, sem contar as demais atividades diversas que serviam de apoio para esta (como as atividades domésticas), demonstrando a existência de divisão técnica do trabalho.

#### 4.3.4 Relatos de viajantes europeus e o tratamento dispensado aos escravos

Um indicador das diferenças regionais existentes na escravidão é a existências de relatos de viajantes europeus, que estiveram no Brasil ao longo do século XIX para estudar a vida econômica do período. Alguns dos trabalhos clássicos vistos no capítulo 3 (em especial Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.), utilizaram-se deles. Estes relatos descrevem a

situação do trabalho escravo com os quais estes viajantes se depararam. É bem verdade que estes relatos são baseados em impressões, que podem ter sido obtidos a partir de uma amostra não significativa. Mesmo assim, já representam um indício de como poderiam ser as condições de vida, fornecendo um paralelo para comparação com outros estudos que visem compreender a situação geral dos escravos.

Destes relatos um dos mais conhecidos é o do Francês Auguste Saint-Hilaire, que ao longo de seis anos viajou pelo Brasil, publicando posteriormente relatos de suas viagens. Estes relatos são analisados por Versiani (2000). Eles retratam a escravidão, por certas vezes, como algo mais brando do que se espera. A visão de que a escravidão no Brasil teria sido pouco rigorosa tem origem neles. Alguns críticos afirmam que eles foram patrocinados pelo governo, como propaganda da causa escravagista. Mesmo que sejam fiéis à realidade encontrada, é necessário saber se os escravos descritos eram representativos em relação ao restante da população.

“No estado atual das coisas, devemos, para ser justos, fazer concessões aos partidários da escravidão. O negro que cai nas mãos de um senhor bom e sinceramente cristão é, devemos confessá-lo, mais feliz do que a maioria dos camponeses de certas províncias da França; trabalha muito menos; não tem as mesmas inquietações; a fome e a miséria não o ameaçam constantemente; vivendo num clima quente, tem poucas necessidades, e aquilo de que carece o senhor lhe dá [...]’. Mas não é menos verdade que o escravo corre maiores perigos de miséria que de felicidade, por que os senhores desumanos são mais numerosos do que os bons” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 54, apud VERSIANI, 2000, pp. 5-6).

A maioria dos relatos de Saint-Hilaire descreve uma escravidão amena. Porém, no Rio de Janeiro, ele se surpreendeu com o rigor com que eram tratados os escravos na produção da cana. Ilustrando bem a presença de coerção na monocultura de exportação. Corroborando o argumento de a coerção ser mais eficiente em trabalhos intensivos em esforço – o plantio e a colheita da cana são das atividades mais desgastantes para o ser humano.

Contrastando com a rigidez existente na região produtora de cana, em várias visitas a propriedades rurais no sul do Brasil, Saint-Hilaire encontrou os senhores ausentes, deixando estas ao cuidado dos escravos.

Em suas passagens Sul do Brasil, Saint-Hilaire registrou um quadro bastante positivo da escravidão existente, afirmando serem os escravos gaúchos mais felizes que os demais. Estes argumentos embasaram a visão, posteriormente criticada por Cardoso, de que a escravidão no Rio Grande do Sul não era significativa, e quando havia, o tratamento dispensado era muito mais bondoso.

“‘Não há, creio, em todo o Brasil, lugar onde os escravos sejam mais felizes do que [no Rio Grande do Sul]. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximos deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, cousa mais sadia que fatigante. Enfim eles fazem sentir aos animais que os cercam uma superioridade consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos’ (RS, p. 47).

A exceção a essa regra ocorre entre os escravos das charqueadas, onde eram ‘tratados com rudeza’. Na charqueada visitada por Saint-Hilaire, o proprietário, embora ‘tido como um dos xarqueadores [sic] mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é imitado por sua mulher; os escravos parecem tremer diante de seus donos’ (RS, p. 73). Consciente do conflito entre essa apreciação e a generalização que antes fizera sobre o tratamento de escravos no Rio Grande, o naturalista justifica a diferença pelo fato de que, enquanto em cada estância há poucos escravos, nas charqueadas eles são muitos, e de pior qualidade:

‘Afirmo que nesta Capitania os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do País. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas xarqueadas a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número e cheios de vícios, trazidos da Capital, torna-se necessário tratá-los com mais energia’ (*ibid.*)” (VERSIANI, 2000, pp. 20-21).

Mesmo assim, o naturalista Francês aponta a existência de diferenças no tratamento dos escravos das charqueadas em relação aos demais – novamente em atividades intensivas em esforço. O contraste da escravidão na charqueada, com as demais atividades econômicas desenvolvidas fica mais claro se compararmos com os escravos que desempenhavam atividades mais intensas em habilidade.

Nogueról (2007) constatou ser comum a existência de escravos no Rio Grande do Sul trabalhando como campeiros, marinheiros e até capitães de navios. Fato surpreendente, já que se imaginava que a proximidade com a fronteira impossibilitasse uma série de atividades por parte dos escravos (principalmente na pecuária) pelo risco deles fugirem. O que foi verificado, é que apenas em Bagé, município próximo à fronteira com o Uruguai, e somente após o fim da escravidão no Uruguai (ocorrida, de fato, em 1846), o risco de fuga de escravos passou a ser relevante. Antes deste fato, a fuga para o Uruguai não era garantia plena de liberdade, pois era um país que ainda utilizava o trabalho escravo e onde por muitas vezes proprietários brasileiros se aventuravam para resgatar escravos fugidos. Apesar do risco, a utilização de escravos próxima à fronteira era viável, sendo mais ainda nas regiões mais distantes, como em Porto Alegre, por exemplo.

“Dos 7677 escravos cujos registros pudemos ver, 1145 foram registrados com seus ofícios e profissões, conforme a tabela 1 do apêndice. Destes, nada menos que 262 (22,88%) foram declarados campeiros, havendo, além disto, mais 3 escravas campeiras, 1 escravo que além de campeiro era domador e um terceiro que também era roceiro. Foram registrados, ainda, 18 escravos domadores. Se dar ao escravo um cavalo é querer que ele fuja, o que pensar de quem dava aos cativos barcos? Nos registros que pesquisamos, encontramos 89 escravos marinheiros além de 6

canoeiros e mais 6 capitães. Há, ainda, 3 que foram declarados carroceiros. Já os escravos cujos ofícios relacionavam-se com a agricultura e com os serviços domésticos eram em número menor: apenas quatro agricultores, 85 roceiros, três roceiras, 18 serviçais, 14 lavadeiras, 5 engomadeiras, 22 cozinheiras e 40 cozinheiros.

Em outros termos, podemos afirmar que, ao contrário do que supuseram Celso Furtado e Caio Prado Júnior, a criação de bois e cavalos de maneira extensiva não era incompatível com a escravidão, dado o fato de que um número considerável dos escravos de nossa amostra tinham, por ofício, o trabalho direto com o gado. Por outro lado, ao contrário do suposto por Freitas e Targa, e levando em conta os dados de que dispomos, verifica-se que havia mais escravos lidando com o gado do que com a agricultura no Rio Grande do Sul” (NOGUERÓL, 2007, p. 6).

Um fato que chama a atenção é a existência de escravos a cavalo, cuidando da pecuária. Em Minas Gerais, outro estado onde houve criação de gado, os escravos não cuidavam diretamente da pecuária, por medo de fugas. Isto foi assumido pela literatura, que acreditou que o mesmo ocorreria em outros lugares. No caso do Rio Grande do Sul, localizado na fronteira com os países platinos, a concessão de cavalos para a lide do campo, não foi um fator determinante para fugas de escravos.

“Saint-Hilaire, o famoso botânico francês que percorreu, entre 1816 e 1822, as províncias/capitanias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo/Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Uruguai, percebeu, logo que saiu de Porto Alegre com destino a Rio Grande, pelo caminho da grande restinga que separa a lagoa dos Patos do Oceano Atlântico, que os escravos gaúchos, a exemplo dos demais habitantes da província, andavam a cavalo. O espanto do botânico francês decorreu, certamente, do fato de que em outros lugares do Brasil, os escravos a cavalo deveriam ser raros. Imagina-se que permitir a um escravo estar a cavalo é oferecer-lhe a chance de fugir” (NOGUERÓL, 2007, p.5).

Para entendermos a razão da existência de poucas fugas, é necessário compreendermos as instituições existentes. Primeiramente, é necessário ter em mente para onde será realizada a fuga. Até houve comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, porém, o destino mais provável de um escravo foragido seria o Uruguai, devido a fronteira seca. Não obstante, durante um período considerável de tempo a escravidão coexistiu no Brasil e no Uruguai, não sendo vantajoso fugir para um local onde havia o risco de ser escravizado novamente. A possibilidade do tratamento dispensado ao escravo ser bom, estando o escravo satisfeito, também pode ser levada em consideração, embora seja difícil encontrar registros da felicidade de indivíduos. Provavelmente o mais importante fator para evitar a fuga de escravos é existência de relações de parentesco, que reduziriam enormemente os incentivos para fuga do escravo<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> A importância do capital social nestes casos é algo a ser estudado.

Existem menções na literatura a respeito do fato dos escravos constituírem família e formar relações de parentesco com relativa estabilidade, como em ANDRADE, 2002, p. 4. Este cita uma conversa relatada por Saint-Hilaire com um escravo, que era solteiro, mas planejava-se casar outra escrava, originária da mesma região da África que ele, demonstrando certo de grau de escolha na decisão.

O casamento dos escravos garantia a manutenção da escravidão, na medida em que criava uma barreira às fugas (visto que o escravo além de fugir da escravidão estaria abandonando a família), que, no entanto, não extinguiu a possibilidade de fuga. Bem como, tendo filhos que viriam a serem escravos ao crescerem. O interesse na reprodução de escravos era secundário (ou mesmo inexistente) enquanto entrava um fluxo constante de novos escravos no território brasileiro. Esta finalidade passou a ter importância entre o fim do tráfico e escravos, em 1851, e a lei do Ventre Livre, em 1871. Em Minas Gerais existem indícios de ter havido senzalas separadas para escravos solteiros e casados, para que os casados pudessem preservar “intimidade familiar”, entretanto esta parece não ter sido a regra geral. (ANDRADE, 2002, p. 11-12).

No entendimento do Padre [Antonio Caetano da Fonseca], o casamento era importante tanto para o sossego e a moralidade dos escravos como para o lucro e a tranquilidade dos seus proprietários. Ao se casar, o escravo não passaria à noite, perturbando a família dos vizinhos, e por isso se sujeitando a eventuais complicações. Ao constituir família, se apegaria ao senhor, aumentando a estima se os seus filhos fossem bem tratados. As crianças, além de representar lucros, poderiam ser utilizadas nos trabalhos da fazenda assim que completassem cinco anos, porém apenas em serviços adequados às suas forças e por pouco tempo: o objetivo maior do trabalho infantil não era produzir “fruto”, mas sim moralizá-las - o que seria estimulado com a introdução da doutrina cristã - e fortalecer seus músculos; somente após os dez anos é que poderiam oferecer algum serviço a seus proprietários. Em outras palavras, o casamento constituía-se em estratégia dupla: lucro para o proprietário e acomodação da escravatura. (ANDRADE, 2002, pp. 7-8).

A despeito de o Brasil ter sido o maior destino de escravos africanos, os Estados Unidos são hodiernamente o país que apresenta a maior população negra no continente americano. Isto se deve a diferença entre as taxas de mortalidade e natalidade. Nos Estados Unidos houve crescimento vegetativo da população, devido às condições materiais de vida, como apontou FOGEL<sup>55</sup>. No Brasil, este fenômeno só ocorreu ao longo do século XIX e, mesmo assim, não há indícios de que isso tenha ocorrido em todo o país<sup>56</sup>. A taxa de

---

<sup>55</sup> Durante algum tempo especulou-se a respeito da existência de fazendas para reprodução de escravos, de maneira semelhante com que ocorre com cavalos, para tentar justificar o crescimento vegetativo da população escrava. Na verdade, isso não passou de mera especulação.

<sup>56</sup> Na realidade existe o registro de crescimento vegetativo da população apenas no estado de Minas Gerais, e durante o século XIX. Ademais, este ainda é um tema cercado de polêmica.

mortalidade era bastante elevada, limitando as possibilidades de crescimento populacional no século XVIII.

Retornando aos registros a respeito do tratamento dispensado aos escravos, cabe questionarmos sobre quais foram os escravos que Saint-Hilaire viu. Versiani apontou que, com a exceção dos escravos que trabalhavam no cultivo da cana no Rio de Janeiro, Saint-Hilaire em suas viagens pelo Brasil não se deparou com o trabalho nas *plantations*, cultivo de monoculturas voltadas para exportação, intensivas na utilização de trabalho. Quando entrou em contato com esse sistema, surpreendeu-se, devido ao contraste com a maneira com que viviam os demais escravos com os quais ele havia se deparado. A maior parte do contato que Saint-Hilaire teve, ocorreu com escravos que desempenhavam funções, de certo modo, intensivas em habilidade, em fazendas de produção diversificada.

“Se os escravos que o naturalista viu não se dedicavam tipicamente a tarefas intensivas em esforço, então não seria de se esperar que o uso sistemático da coerção e castigos físicos, por parte dos senhores, fosse o método predominante de induzir nos escravos o desempenho desejado. Ao contrário, deveria haver, nesse caso, uma prevalência de incentivos positivos. As opiniões de Saint-Hilaire sobre o caráter suave ou benigno da escravidão brasileira são, assim, coerentes com o que ele observou” (VERSIANI, 2000, p.24).

De acordo com VERSIANI, os escravos que Saint-Hilaire viu, eram bem diferentes do escravo considerado representativo: “um negro trabalhando, sob a ameaça do chicote do feitor, numa plantação de açúcar ou café” (2000, p.23). Os relatos parecem ser fidedignos com a situação encontrada, e indicam haver sensíveis diferenças no tratamento do escravo de acordo com a atividade econômica desempenhada.

“É evidente que a idéia da produtividade superior da mão-de-obra escrava só terá aplicabilidade nos casos em que a coerção for viável; e ela só será viável em atividades intensivas em esforço. É difícil, ou impossível, garantir a execução de uma atividade intensiva em habilidade mediante castigos ou ameaças; nesse caso, é imprescindível certo grau de cooperação por parte do trabalhador. A falta de qualidade não é, em geral, facilmente aferível. Será necessário angariar tal cooperação; e a forma mais adequada de fazer isso será por meio de incentivos ou recompensas — em suma, de alguma forma de salário.

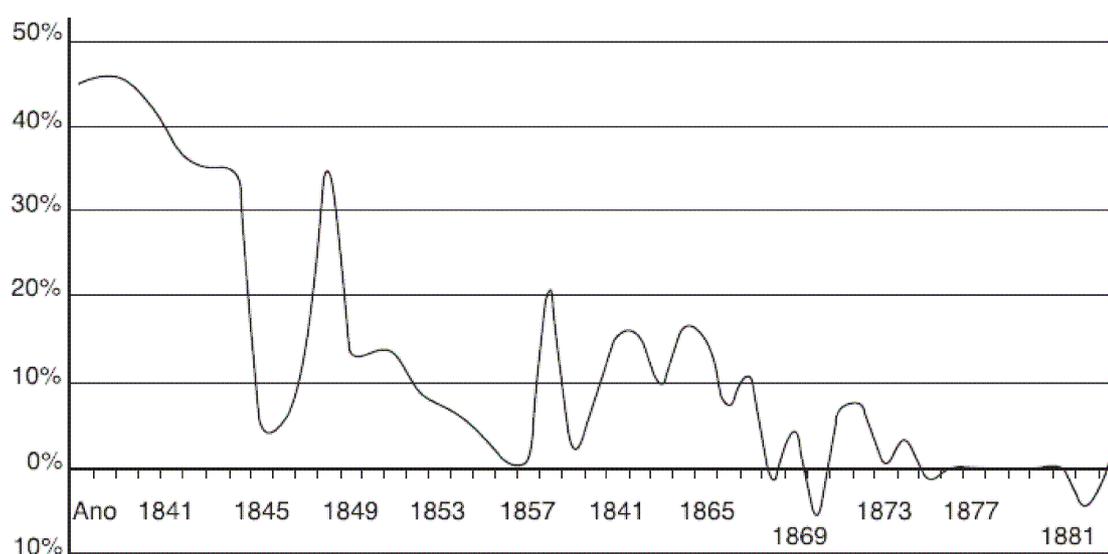
Um corolário dessas hipóteses é que o trabalho escravo é relativamente mais eficiente para a execução de tarefas intensivas em esforço do que intensivas em habilidade. Nesse sentido, a escravidão seria primariamente usada, como forma de suprimento de mão-de-obra, ali onde as atividades produtivas são caracterizadas pela predominância de tarefas intensivas em esforço — como na agricultura organizada sob o sistema de *plantation*. Só secundariamente, de forma derivada, adviria o uso de escravos em outros tipos de atividade. Um outro corolário é que a coerção estará basicamente associada a atividades onde predominem tarefas intensivas em esforço. Na agricultura de *plantation*, a organização do trabalho em equipes pode ser vista, assim, como uma forma de administrar a coerção mais eficientemente.. Simetricamente, onde prevalecem tarefas intensivas em habilidade (como na

escravidão doméstica) a coerção seria menos comum, e a ocorrência de incentivos positivos (recompensas, inclusive alforrias) mais frequente”. (VERSIANI, 2000, p.3)

#### 4.3.5 Declínio das charqueadas

Monastério estimou a taxa interna de retorno da escravidão entre 1838 e 1884 e entre 1877 e 1882 a TIR não pôde ser definida pelo fato dos rendimentos líquidos obtidos com os escravos serem negativos (o valor do produto marginal foi menor que os gastos com subsistência). As taxas mais elevadas foram verificadas nos primeiros anos do estudo (ultrapassando 40%), caindo até apresentar problemas de lucratividade nos anos 1870. Estes dados são apresentados no gráfico abaixo:

GRÁFICO 4.2 – Taxa Interna de Retorno esperada da escravidão nas charqueadas gaúchas (1838-1884)

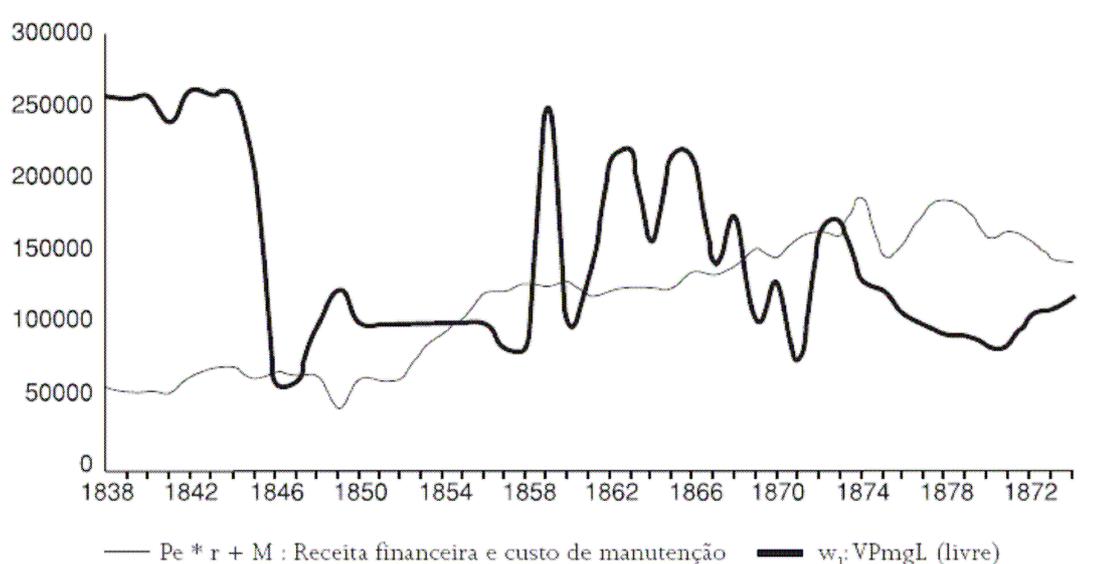


Fonte: MONASTÉRIO, 2005a, p. 20.

Contrastando com o custo de contratar trabalhadores livres “durante boa parte do período analisado, a decisão de não contratar trabalhadores livres foi racional. Apenas a partir dos anos de 1870 é que ficam mais claros os ganhos com a venda de cativos (MONASTÉRIO, 2005a, p.21)”. Mesmo assim, não é evidente que os fazendeiros gaúchos encontrariam trabalhadores dispostos a trabalhar pelo salário utilizado nas estimativas. De qualquer maneira, fica claro que a persistência da utilização de escravos não ocorreu pela tradição, costumes, culturas, ou algum outro fator comportamental e, sim, pela lucratividade auferida com a utilização do trabalho forçado.

A proibição do tráfico de escravos em 1850 intensificou o comércio entre províncias, com o Rio Grande do Sul se tornando um importante fornecedor de escravos para o Rio de Janeiro; o RS foi exportador líquido de escravos em meados da década de 1850 e a partir de 1870. “O Rio Grande do Sul, no século XIX, foi exportador não apenas de bestas e de charque, mas também de escravos” (NOGUERÓL, 2005, p. 15). Monastério estimou o custo de manutenção de escravos comparando com o produto marginal do trabalho de trabalhadores livres, os resultados são apresentados a seguir:

GRÁFICO 4.3 – Estimativa da rentabilidade da mudança do trabalho cativo para o trabalho livre (1838-1884).



Fonte: MONASTÉRIO, 2005a, p. 21.

Nos pontos do gráfico onde a curva de receita financeira e custo de manutenção estão acima da curva do valor do produto marginal do trabalho, era rentável a venda de escravos.

“A cafeicultura, na medida em que se expandiu, encontrou uma barreira de difícil transposição: a supressão repentina do tráfico transatlântico de escravos, o que foi parcialmente remediado pelo tráfico interno, o qual criou regiões exportadoras (como a Sul e a Nordeste) e importadoras de escravos (como a Sudeste). Em tais regiões, apesar da diminuição da presença de cativos, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos, não houve regressão econômica. Pelo contrário, elas continuaram participando do crescimento econômico iniciado no final do século XVIII e, no caso das relações entre Sul e a Sudeste, ocorreu o reforço de uma certa especialização produtiva e integração econômica, cujas raízes estão nos Setecentos” (NOGUERÓL, 2005, p.26).

Houve concentração da propriedade de escravos, pessoal e regional. Aumentou a parcela da população desprovida de escravos, enquanto que aumentou a proporção de detentores de 11 ou mais escravos.

TABELA 4.3 Inventários de Porto Alegre, entre 1800 e 1884, segundo a estrutura da propriedade de escravos.

Período	Total de Inventários	Sem escravos	%	1 a 5	%	6 a 10	%	11 ou mais	%
1800-10	27	6	22,22	11	40,74	6	22,22	4	14,81
1811-20	33	7	21,21	20	60,61	4	12,12	2	6,06
1821-30	30	4	13,33	17	56,67	6	20,00	3	10,00
1831-40	34	6	17,65	20	58,82	3	8,82	5	14,71
1841-50	45	15	33,33	14	31,11	10	22,22	6	13,33
1851-60	52	9	17,31	30	57,69	7	13,46	6	11,54
1861-70	40	8	20,00	15	37,50	9	22,50	8	20,00
1871-80	46	25	54,35	14	30,43	7	15,22	3	6,52
1881-84	31	26	83,87	6	19,35	3	9,68	0	0,00
Total	338	106		147		55		37	
Média	37,56	11,78	31,47	16,33	43,66	6,11	16,25	4,11	10,77

Fonte: NOGUERÓL, 2003, p.140.

Aumenta neste período a participação de “sem-escravos” nos inventários, devido ao aumento nos preços dos escravos<sup>57</sup> e suas conseqüências econômicas:

“Ao longo do período em análise, podemos verificar que cresceu, de maneira diferenciada entre as duas comarcas [Porto Alegre e Sabará], a participação dos ‘sem-escravos’ entre os inventariados, revelando, a nosso juízo, dois fenômenos simultaneamente: a perda de popularidade da escravidão, o que atribuímos à elevação do preço dos cativos, que mencionamos antes, e às crescentes possibilidades de geração de riquezas sem o uso de escravos” (NOGUERÓL, 2005, p.15).

TABELA 4.4 Número médio de escravos por inventário, segundo diferentes períodos do século XIX.

Períodos	
1800-10	6,111
1811-20	3,545
1821-30	7,166
1831-40	6,147
1841-50	4,711
1851-60	4,596
1861-70	6,200
1871-80	6,163
1881-88	0,857

Fonte: NOGUERÓL, 2005, p. 22.

<sup>57</sup> O aumento do preço dos escravos após 1850 não ocorreu apenas devido à restrições na oferta causadas pelo fim do tráfico de escravos. Versiani aponta que em Cuba, que só proibiu o tráfico em 1860, os preços também se elevaram durante a década de 1850. Isto indicaria uma pressão sobre os preços não só por parte da oferta de escravos que havia sido reduzida, mas também pela demanda, que aumentará devido ao aumento das rendas auferidas a partir das mercadorias voltadas para exportação que verificaram aumento nos preços neste mesmo período.

O número médio de escravos por inventário, não se eleva ao longo do século XIX, com exceção do decênio 1821-1830. O que ocorre é a concentração da propriedade, pelo menos até a década de 1870.

Além disso, os escravos tenderam a concentrar-se regionalmente na região sudeste do Brasil, por meio do comércio intra-regional de escravos. A seguir são apresentados dados estatísticos, que demonstram a concentração regional da escravidão.

TABELA 4.5 População escrava no Brasil no Século XIX, segundo as regiões - 1864/1887

Regiões	1864	%	1874	%	1884	%	1887	%
<b>Brasil</b>	<b>1715000</b>	<b>100,00</b>	<b>1540829</b>	<b>100,00</b>	<b>1240806</b>	<b>100,00</b>	<b>723419</b>	<b>100,00</b>
<b>Extremo Norte</b>	<b>101000</b>	<b>5,89</b>	<b>107680</b>	<b>6,99</b>	<b>70394</b>	<b>5,67</b>	<b>43981</b>	<b>6,08</b>
Amazonas	1000	0,06	1545	0,10	...	...	...	...
Pará	30000	1,75	31537	2,05	20849	1,68	10535	1,46
Maranhão	70000	4,08	74598	4,84	49545	3,99	33446	4,62
<b>Nordeste</b>	<b>774000</b>	<b>45,13</b>	<b>435687</b>	<b>28,28</b>	<b>301470</b>	<b>24,30</b>	<b>171797</b>	<b>23,75</b>
Piauí	20000	1,17	23434	1,52	16780	1,35	8970	1,24
Ceará	36000	2,10	31975	2,08	...	...	108	0,01
Rio Grande do Norte	23000	1,34	13634	0,88	7209	0,58	3167	0,44
Paraíba	30000	1,75	25817	1,68	19165	1,54	9448	1,31
Pernambuco	260000	15,16	106236	6,89	72709	5,86	41122	5,68
Alagoas	50000	2,92	36124	2,34	26911	2,17	15269	2,11
Sergipe	55000	3,21	33064	2,15	25874	2,09	16875	2,33
Bahia	300000	17,49	165403	10,73	132822	10,70	76838	10,62
<b>Sudeste</b>	<b>745000</b>	<b>43,44</b>	<b>856659</b>	<b>55,60</b>	<b>779175</b>	<b>62,80</b>	<b>482571</b>	<b>66,71</b>
Minas Gerais	250000	14,58	311304	20,20	301125	24,27	191952	26,53
Espírito Santo	15000	0,87	22297	1,45	20216	1,63	13381	1,85
Rio de Janeiro	300000	17,49	301352	19,56	258238	20,81	162421	22,45
Corte	100000	5,83	47084	3,06	32103	2,59	7488	1,04
São Paulo	80000	4,66	174622	11,33	167493	13,50	107329	14,84
<b>Oeste e Sul</b>	<b>95000</b>	<b>5,54</b>	<b>140803</b>	<b>9,14</b>	<b>89767</b>	<b>7,23</b>	<b>25070</b>	<b>3,47</b>
Paraná	20000	1,17	11249	0,73	7768	0,63	3513	0,49
Santa Catarina	15000	0,87	15250	0,99	8371	0,67	4927	0,68
Rio Grande do Sul	40000	2,33	98450	6,39	60136	4,85	8442	1,17
Mato Grosso	5000	0,29	7054	0,46	5782	0,47	3233	0,45
Goiás	15000	0,87	8800	0,57	7710	0,62	4955	0,68

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados contidos em IBGE, 2000, p. 91.

A partir da década de 1870, ocorre a redução gradual da população escrava no Rio Grande do Sul. Comparando com a economia mineira, na região de Sabará, Noguieról verifica uma participação maior de Porto Alegre nas exportações para o Sudeste.

“No que tange á participação no tráfico interprovincial, aparentemente Porto Alegre foi mais ativa do que Sabará como exportadora: a relação numérica entre gêneros se aproxima de 1 no final do século, indicando, talvez, que os escravos gaúchos do sexo masculino estivessem sendo vendidos para o Sudeste, ao mesmo tempo em que a participação da população africana na constituição da população escrava tende a ser eliminada pelo falecimento dos que chegaram nas últimas viagens dos tumbeiros, em 1850” (NOGUERÓL, 2003, p. 133).

Os dados apresentados pelo IBGE, não demonstram redução na escravidão em Minas Gerais. Isto ocorre, pois da mesma maneira que estava em declínio a região mineradora, a região ao sul do estado, próxima às divisas com o Rio de Janeiro e com São Paulo aproveitaram-se da expansão do setor cafeeiro.

TABELA 4.6 População Escrava por Províncias, 1873, 1887 (%)

Província	1873	1887
AM	0,7	0
PA	2	1,5
MA	4,8	4,6
PI	1,6	1,2
CE	2,2	0
RN	0,9	0,4
PB	1,7	1,3
PE	6	5,7
AL	2,1	2,1
SE	2,1	2,3
BA	11,2	10,6
Subtotal	35,3	29,7
ES	1,4	1,8
Corte	3	1
RJ	19,7	22,5
MG	21,5	26,5
SP	11	14,8
Subtotal	56,6	66,6
PN	0,7	0,5
SC	0,9	0,7
RS	5,4	1,2
GO	0,7	0,7
MT	0,4	0,6
Subtotal	8,1	3,7
TOTAL	100	100
	(N= 1.546.581)	(N= 723.419)

Fonte: CARVALHO, 2007, p.10

Uma simples análise da distribuição da população escrava entre as diferentes províncias demonstra claramente uma concentração de escravos na região Sudeste, em detrimento da região Nordeste. Na ocasião da abolição da escravidão, dois terços dos escravos brasileiros estavam na região sudeste. Sendo que Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sozinhos, concentravam 26,53%, 22,45% e 14,84% da população escrava do país, respectivamente.

Monastério e Zell (2004) estimaram a renda per capita dos municípios gaúchos em 1872, e verificou-se que os que possuíam a renda mais elevada estavam ligados à produção de charque, com exceção da capital, Porto Alegre.

TABELA 4.7 – Renda *per capita* dos municípios – Rio Grande do Sul em mil réis – 1872

Município	Renda per capita	Renda Total	População
Pelotas	212,83	4524357,42	21258
Porto Alegre	207,62	9136520,18	44007
Rio Grande	200,21	4216907,86	21062
Canguçu	183,49	2033620,57	11083
Bagé	177,32	3859844,9	21768
São Leopoldo	168,73	5206986,33	30860
Triunfo	166,32	1877101,61	11286
Conceição do Arroio	161,58	1555210,1	9625
Alegrete	154,12	2852810,42	18510
Caçapava	152,65	2160178,43	14151
Camaquã	151,29	989565,96	6541
Jaguarão	150,32	2068712,39	13762
Itaqui	147,70	1264425,07	8561
São José do Norte	146,58	855127,98	5834
Rio Pardo	142,28	2870723,92	20177
Uruguaiana	141,57	1042796,55	7366
Santa Maria da Boca do Monte	140,09	1156847,21	8258
Taquari	138,95	2212242,29	15921
S. Antonio da Patrulha	138,63	3453940,32	24915
Passo Fundo	138,55	2412747,66	17414
Piratini	133,52	868019,52	6501
Cachoeira	132,90	1562359,74	11756
Encruzilhada	124,56	1052632,79	8451
Santana do Livramento	123,82	1247467,96	10075
Cruz Alta	123,35	3782033,2	30660
São Gabriel	116,85	1599276,9	13687
São Borja	77,14	1143734,26	14827
São Jerônimo	41,71	271883,96	6518

FONTE: MONASTÉRIO, ZELL, 2004, p. 13.

A partir destes dados, verificou-se a existência de correlação entre a renda dos indivíduos livres e a população de escravos. Neste caso, não é possível realizar testes de causalidade. Isto, pois indivíduos ricos podiam comprar mais escravos e mais escravos

podiam gerar mais riquezas. “Mesmo em período tão próximo da Abolição, os municípios de economia mais vigorosa eram escravistas” (MONASTÉRIO, ZELL, 2004, p. 15).

No caso do Rio Grande do Sul, fica claro que uma mudança de preços relativos procedeu a mudança institucional. O barateamento do charque reduziu os lucros, trazendo o retorno por trabalhador para níveis mais baixos. Concomitantemente, a expansão do setor cafeicultor propicia a aferição de lucros mais elevados, possibilitando a atração de trabalho dos outros setores da economia. Neste caso outros setores e outras regiões. O Rio Grande do Sul, assim como outros estados do Brasil, passaram a exportar escravos para a região sudeste, que vivia a expansão do café.

A explicação dada por Monastério para a crise da economia charqueadora passa menos pela escravidão em si e mais pela chamada “doença holandesa”: o Brasil vivenciou um *boom* do setor exportador de café, que gerou um fluxo de divisas para o país que acarretou na valorização do mil-réis.

As charqueadas não fizeram parte do *boom* exportador, sofrendo apenas as conseqüências negativas deste processo. Os preços praticados no mercado do charque caíram, devido à valorização cambial – pois o charque poderia ser importado dos países do Prata, em relação aos produtos não comercializáveis internacionalmente.

“O problema estava na atividade saladeiril como um todo e não na escravidão. Em outras palavras, a crise ocorreu *apesar* da escravidão e não *por causa* da escravidão (MONASTÉRIO, 2005a, p.24).”

“A despeito das evidências, o caráter preliminar das estimativas sugere que ainda seria imprudente sepultar a tese de Cardoso. Por outro lado, não se pode mais aceitar as suas afirmações sem um rigoroso exame empírico (MONASTÉRIO, 2005a, p.24)”.

A criação de gado sobrevive ao fim da escravidão, no entanto, as charqueadas serão profundamente afetadas pelos frigoríficos. Será no século XX, que o centro dinâmico da economia do Rio Grande do Sul se desloca do Pampa para o eixo entre Porto Alegre e a serra, justamente a região de imigração européia, onde é adotada outra maneira de distribuição da terra. É aí que surgem diferenças significativas do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país. Por mais que tenha havido um processo de conquista territorial, que não ocorrera nos mesmos moldes em outras partes, e por mais que houvesse peculiaridades na escravidão do

Rio Grande do Sul, durante o século XIX ela não era substancialmente diferente daquela praticada no restante do país ou do mundo:

“Por fim, ainda que a impressão comum a respeito das diferenças entre a sociedade do Rio Grande do Sul e a brasileira sejam verdadeiras, deve-se considerar que tais diferenças não resultam de diferenças sensíveis no que respeita aos escravos gaúchos e os das demais províncias. A escravidão do século XIX e de séculos anteriores, por suas características universais traduzidas pelos mercados de escravos, mais une do que separa o Rio Grande do Sul do restante do Brasil.” (NOGUERÓL, 2007, p. 13)

As diferenças existentes, dizem muito mais a respeito de acontecimentos mais recentes.

#### 4.4 Inserção da imigração europeia na economia do Rio Grande do Sul

No século XX a industrialização no Rio Grande do Sul deu-se, em grande parte, nos núcleos de colonização do século XIX. A vinda de europeus se inicia ainda na década de 1820, com o estabelecimento de colonos alemães em São Leopoldo. Este processo se intensifica a partir da década de 1870, com a redução da escravidão.

Cabe questionar se a indústria seria resultado de uma mentalidade diferente, como propôs Florestan Fernandes, ou resultado de uma estrutura de propriedade diferenciada. A estrutura fundiária do Rio Grande do Sul teve dois padrões totalmente distintos de ocupação. Eles coexistem atualmente na forma de desequilíbrio entre as regiões do estado. AREND e CARIO, buscam a origem da disparidade regional existente no RS, e a época determinante para a formação destas disparidades ocorreu no século XIX, ao surgirem dois ambientes institucionais diferenciados nas duas metades do estado.

A principal diferença institucional seria a estrutura da distribuição da terra ou a mentalidade, o *embeddeness* dos indivíduos.

“Através da teoria institucionalista, acredita-se que originou-se no RS dois *path dependencies*, um dinâmico e outro não, determinados amplamente pelas **instituições** de cada região presentes no percurso original, que produziram estruturas industriais particulares capazes de explicar o desequilíbrio regional contemporâneo” (AREND, CARIO, 2005, p. 22).

O fim da escravidão e a passagem para o trabalho livre não desestruturou a produção de carne. Mas o surgimento dos frigoríficos, no início do século XX sim.

“Sabendo que os direitos de propriedade não são regidos somente por direitos e sanções regulamentadoras, mas também por hábitos, costumes e valores, ou seja, pelo direito consuetudinário (pela cultura), percebe-se que são estes últimos que garantem o bom evoluir institucional, e por conseguinte econômico, de determinada região. Foi dessa forma que cada subsistema no Rio Grande do Sul definiu seus direitos de propriedade, ou seja, surgiram as sementes institucionais que estariam por trás do desenvolvimento econômico da cada região, a qual decidiria sua evolução no século XX. Ao definir-se a estrutura de propriedade sobre o que é produzido, estava condicionado desde o início a performance dos subsistemas regionais” (AREND, CARIO, 2005, p. 12).

Saint-Hilaire notou no Rio Grande do Sul, próximo de Santa Maria, que:

“Todos os proprietários cultivam a terra, ao mesmo tempo que se dedicam à criação de gado. O dono da casa e seus filhos cuidam do gado e os negros tratam da plantação [referindo-se a seu hospedeiro]; nesta região, ninguém se envergonha de trabalhar. Os proprietários menos ricos possuem vacas de leite e cultivam a terra por suas próprias mãos” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 179 apud VERSIANI, 2000, p.9).

Aqui é possível abrir espaço para outra discussão. É possível que a depreciação e desvalorização do trabalho braçal no Brasil ainda sejam uma herança do período escravista, uma instituição que se perpetuou ao longo do tempo, permanecendo até hoje. Na divisão dos níveis institucionais proposta por Williamson, essa desvalorização (que é algo cultural) poderia ser enquadrada no nível 1, o que leva mais tempo para ser alterado. Porém, esta discussão foge do objetivo deste trabalho. A obra de Florestan Fernandes (1987) ressalta muito este aspecto, da diferença de mentalidade do imigrante europeu para os que já viviam no Brasil. Weimer (1991) apresenta alguns discursos de pessoas de origem alemã, que apontam este aspecto de valorização do trabalho manual. Esta é uma área que necessita de uma análise institucional mais aprofundada. Como foi dito, este trabalho não busca compreender as mudanças institucionais neste nível.

Na próxima seção será vista a repercussão que teve o fim do tráfico sobre a estrutura demográfica da população escrava.

#### **4.5 Mudança na estrutura demográfica após o fim do tráfico**

A partir dos dados apresentados por Nogueiról sobre a quantidade de escravos presentes na pesquisa de inventário, agrupados de acordo com o sexo. Os dados foram agrupados em dois períodos: antes e depois da proibição do tráfico de escravos.

Tabela 4.8: Quantidades de escravos segundo diferentes períodos e as comarcas em que foram inventariados

Períodos	1797 a 1849			1850 a 1887		
	Masc.	Fem.	Ignorado	Masc.	Fem.	Ignorado
Bagé	98	57	0	195	178	0
Pelotas	1141	447	22	719	328	0
Porto Alegre	573	357	2	474	340	2
Rio Grande	274	150	0	328	215	1
Rio Pardo	829	507	0	189	174	0
São Leopoldo	0	0	0	44	33	0
Totais	2915	1518	24	1949	1268	3

Fonte: NOGUERÓL, 2007, p.2.

A partir destes dados foi calculada a proporção de homens e mulheres entre a população escrava. Nos inventários havia escravos cujo sexo era ignorado ou não informado. Estes escravos foram desconsiderados do cálculo, pela suposição de que a distribuição deles seria a mesma dos escravos com sexo informado, não alterando a proporção da população. Os resultados seguem abaixo:

Tabela 4.9 – Proporção de homens e mulheres na população escrava

Período	1797 a 1849			
	Masc	Fem	Proporção H:M	Part. Fem (%)
Pelotas	1141	447	2,552572707	28,14861461
Bagé	98	57	1,719298246	36,77419355
Porto Alegre	573	357	1,605042017	38,38709677
Rio Grande	274	150	1,826666667	35,37735849
Rio Pardo	829	507	1,635108481	37,9491018
São Leopoldo	0	0		
Totais	2915	1518	1,920289855	34,24317618

Período	1850 a 1887			
	Masc	Fem	Proporção H:M	Part. Fem (%)
Pelotas	719	328	2,192073171	31,32760267
Bagé	195	178	1,095505618	47,72117962
Porto Alegre	474	340	1,394117647	41,76904177
Rio Grande	328	215	1,525581395	39,59484346
Rio Pardo	189	174	1,086206897	47,9338843
São Leopoldo	44	33	1,333333333	42,85714286
Totais	1949	1268	1,537066246	39,4156046

Fonte: Cálculos próprios a partir dos dados apresentados em NOGUERÓL. 2007, p. 2

Os resultados apontam que a participação feminina aumenta, na segunda metade do século XIX, mesmo assim, permanece menor que a masculina. Entre 1797 e 1849, havia quase dois homens para cada mulher. Já entre 1850 e 1887, esta relação cai, na média para pouco mais de 1,5 homens por mulher, sendo que em algumas comarcas (Bagé, Rio e Rio Pardo) esta se aproxima bastante de 1 para 1.

Os dados da comarca de Pelotas demonstram existir tanto um volume maior de escravos, quanto uma proporção maior de escravos homens. Estes dados indicam que a região

de Pelotas, é a que mais se aproxima de utilização intensiva de escravos. A proporção de homens por mulher (sempre maior que a razão 2:1, mesmo após 1850) indica um fluxo de novos escravos, mas a redução (de 2,55:1 na primeira metade do século para 2,19:1 na segunda metade) vai em direção ao esperado pela teoria.

Uma população que se reproduz, sem ser influenciada por correntes migratórias, tende a ter aproximadamente o mesmo número de homens e mulheres. Uma proporção muito maior de homens no caso brasileiro do século XIX indicava onde o ingresso de escravos era maior, visto os escravos do sexo masculino eram importados em maior número que os do sexo feminino. De acordo com a literatura, o tráfico negreiro trazia de 3 a 4 homens por mulher (NOGUERÓL, 2003, p.126).

Nas demais localidades, principalmente após 1850, verificamos que ocorre uma redução da defasagem feminina na população, que passa a representar mais de 40% da população escrava. São Leopoldo, cuja colonização é tardia em relação as demais cidades, apresenta diferença na proporção semelhante ao das demais localidades após 1850.

Os resultados sugerem que a população escrava estava rumando a um equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres. Isso pode ser reflexo da venda de escravos para outras províncias, caso tenha sido mais comum a venda de indivíduos do sexo masculino do que do feminino, pode sugerir que as alforrias femininas eram mais freqüentes, bem como pode indicar que esta população estava se reproduzindo. Porém, os dados que dispomos, são insuficientes para afirmarmos com precisão as causas deste fenômeno. Podemos, no entanto, supor que houve uma combinação destes fatores.

Se a reprodução de escravos foi importante neste processo de redução da disparidade na quantidade de homens e mulheres, é possível concluir que em Pelotas, onde a produção de charque era intensa, as condições para a reprodução de escravos.

Será visto na próxima seção, um dos aspectos da mudança institucional que ocorre por ocasião do fim gradual da escravidão no Brasil: a formação de empresas e sinais de mudança na forma de estoque do capital – a riqueza financeira.

#### 4.6 Riqueza financeira no Rio Grande do Sul

Vimos ao longo deste trabalho que a busca pelo lucro foi algo presente na economia brasileira desde o início da colonização. Ao longo do século XIX, porém, observamos uma mudança substancial na maneira pela qual ocorre a busca pelo lucro. Florestan Fernandes, como seguidor da tese de Max Weber, acredita que é neste período que o espírito do capitalismo começa a se fazer presente na economia brasileira. O que sugerimos neste trabalho, é que esta mentalidade já existia anteriormente, o que ocorre é uma mudança nas instituições, que passam a favorecer mais ainda o processo de acumulação capitalista. Para isso, foram analisados dados constantes em inventários Post-Mortem no Rio Grande do Sul, levantados por Nogueról. Estes dados foram analisados em relação aos dados que informavam a respeito da riqueza que os indivíduos deixavam ao morrerem.

Após o fim do tráfico de escravos, verifica-se uma maior presença de riqueza financeira nos inventários, especialmente de ações. O mercado acionário, inexistente no início do século XIX, faz-se presente na segunda metade daquele século. Torna-se mais comum o dinheiro estar depositado em bancos. Na realidade, no início do século XIX, inexistiam bancos no Brasil. Enquanto que alguns países da Europa ocidental já possuíam mercados financeiros dinâmicos, no Brasil a economia era totalmente desvinculada destas operações.

É a partir da metade do século XIX com o fim do tráfico de escravos e um novo código comercial, que passam a surgir sociedades anônimas, companhias de capital aberto e casas comerciais de uma maneira geral. O fim do tráfico foi percebido por alguns agentes como uma oportunidade impar para geração de novos negócios. Era isto o que tinha em mente Mauá ao organizar o segundo Banco do Brasil, em 1851, além de várias outras companhias: canalizar os recursos anteriormente destinados ao tráfico de escravos para atividades produtivas por meio do mercado financeiro.

Estes estabelecimentos comerciais localizavam-se nas principais cidades brasileiras. Poucas cidades no Brasil, afora as capitais, possuíam casas de negócios (GRAHAM, 1983, p. 250), uma das exceções apontadas é Pelotas, mostrando a importância que a produção do charque tinha no Rio Grande do Sul.

Estes dados demonstram que, pelo menos, parte do capital anteriormente despedido na compra de escravos, passou a ser empregado na compra de ações de empresas. A própria noção de empresa pareceria estranha no Brasil do século XVIII, principalmente de companhias de capital aberto.

À medida que o século avança, torna-se cada vez mais comum participação societária em empresas, empreendimentos comerciais, etc. A participação em empresas é mais comum em Porto Alegre do que nas demais cidades analisadas. A declaração da existência de dinheiro em caixa de empresas de propriedade dos inventariados evidencia a existência da separação entre pessoa física e jurídica (pelo menos em alguns casos).

Quanto à riqueza financeira na primeira metade do século, são comuns referências a moedas de ouro e prata, já na segunda metade do século, depósitos em estabelecimentos bancários tornam-se mais freqüentes.

Abaixo listamos a descrição dos resultados, separados por comarca.

Na comarca de Porto Alegre, em 34 inventários anteriores a 1850 que continham riqueza financeira, em 31 deles a riqueza estava declarada na forma de “moeda”, dinheiro”, “prata” ou equivalente. Os 3 outros inventários declaravam a existência de “bilhetes de banco” (em 1825), “produtos” (1837) e “recibos de depósitos” (1843). Dos 55 inventários posteriores a 1850 em apenas 19 são feitas referências a “dinheiro”, “moedas” e ouro, em 14 deles apenas é apresentado o valor, impossibilitando sabermos se em moeda em poder do inventariado ou depositada em bancos, ou em outras aplicações financeiras. 9 deles referem-se a depósitos bancários e 12 deles a participações em empresas.

Enquanto que de 21 inventários analisados na comarca de Rio Grande que possuíam direitos financeiros, do período entre 1800-1850, apenas 1 mencionava ações, 19 declaravam valores em dinheiro e 1 com letras emborcadas. De 29 inventários do período 1850-1887, 7 deles mencionavam a existência de ações, 16 com valores em dinheiro e 1 com ouro.

Em São Leopoldo, devido ao fato da colonização ter sido iniciada apenas em 1824, na primeira metade do século XIX, inexistem nos inventários descrição de riqueza financeira, até por terem sido realizados poucos inventários antes disso, tanto que nenhum escravo estivera presente em inventários durante este período. Após 1850, dos 26 inventários analisados, 11 apresentavam valores em dinheiro, 10 com referências a metais e 5 com títulos ou ações.

Bagé: antes de 1850, temos apenas 3 referências em dinheiro e as demais referentes a jóias de prata ou ouro (2 inventários). Após 1850, há 11 inventários com dinheiro e 6 com jóias. Curiosamente, na comarca de Bagé, não foram inventariadas participações em empresas, nem depósitos bancários. Nestes registros objetos religiosos – oratórios e crucifixos – foram inventariados.

Em Pelotas, na primeira metade do século há apenas um inventário onde consta a existência de ações: um inventário de 1814 de uma companhia que atuava em Santos. Já na segunda metade do século, em 7 inventários encontram-se ações (todos eles durante a década de 1880).

Em Rio Pardo, antes de 1850 em 1 inventário consta a existência de “Letras do Rei”, os demais listam a existência de dinheiro (24 deles) ou metais (ouro e prata em 9 deles). Depois de 1850, é apontada a existência de dinheiro em 9 inventários, metais em 1 inventário, nenhum inventário com ações, mas 3 com outras operações financeiras, aparecem: “Letras”, “Apólices do RJ” e “Dívida Pública”.

A informação de que se formavam empresas nas principais cidades, se verifica pelo fato de terem sido encontradas referências a ações nas cidades de Porto Alegre, São Leopoldo, Pelotas e Rio Grande. Estes dados indicam que não seriam tão “conservadores” ou “apegados às tradições” os proprietários da região das charqueadas, visto que diversificaram sua riqueza por meio de produtos financeiros inovadores. Para buscarmos as causas do atraso relativo da economia da região sul do Rio Grande do sul, são necessários estudos mais aprofundados na questão da ocupação fundiária ainda no século XVIII, e nas razões da incapacidade desta região ter se industrializado no século XX.

## 5 CONCLUSÃO

Após o estudo desenvolvido ao longo desta dissertação, serão feitas algumas considerações finais a respeito dos tópicos apresentados. Para isto faremos uma breve revisão dos tópicos abordados, iniciando pela metodologia da ciência econômica, passando pelos demais tópicos abordados ao longo desta dissertação: o papel das instituições no estudo da história econômica e a utilização do trabalho escravo no século XIX no Brasil e no Rio Grande do Sul.

### 5.1 Método da ciência econômica

Na primeira parte deste trabalho foi feita uma revisão a respeito dos diferentes métodos existentes na ciência econômica. Foi demonstrada a importância da análise histórica, a partir da crítica à teoria neoclássica.

É possível observar dois padrões na literatura econômica ao tratar da racionalidade. A teoria neoclássica utiliza a ideia de “racionalidade substantiva” enquanto trabalhos da área de economia comportamental (assim como outras ciências sociais aplicadas) tratam dela em termos de “racionalidade processual”.

A teoria neoclássica vê a racionalidade nas escolhas: o comportamento humano seria racional, processando as informações da melhor maneira possível.

Os modelos clássicos de escolha racional supõem:

- o conhecimento de todas as alternativas disponíveis;
- o conhecimento (ou a habilidade para computar) das consequências que seguirão cada alternativa;
- a certeza dos tomadores de decisão quanto à avaliação do presente e do futuro;

- a habilidade de comparar conseqüências, independente da diversidade e heterogeneidade em termos de medidas consistentes de utilidade. (SIMON, p.353)

De acordo com Simon, a economia neoclássica foca-se apenas em um aspecto do comportamento humano: a sua razão e a aplicação desta razão aos problemas de alocação frente a escassez.

“The classical theory of omniscient rationality is strikingly simple and beautiful. Moreover, it allows us to predict (correctly or not) human behavior without stirring out of our armchairs to observe what such behavior is like. All the predictive power comes from characterizing the shape of the environment in which the behavior takes place. The environment, combined with the assumptions of perfect rationality, fully determines the behavior. Behavioral theories of rational choice - theories of bounded rationality - do not have this kind of simplicity. But, by way of compensation, their assumptions about human capabilities are far weaker than those of the classical theory. Thus, they make modest and realistic demands on the knowledge and computational abilities of the human agents, but they also fail to predict that those agents will equate costs and returns at the margin.” (SIMON, p.347)

Já a psicologia, e a parte da economia ligada a ela (economia comportamental), afirma que cada indivíduo percebe seu ambiente de maneira particular, produzindo um entendimento próprio do meio. Isso dá espaço tanto ao comportamento racional quanto ao irracional. A dimensão institucional também deve ser levada em conta, pois hábitos enraizados e fatores culturais, instintivos e o comportamento habitual podem invalidar o pressuposto da racionalidade.

A defesa da teoria neoclássica consiste na argumentação de que apesar do irrealismo das suas hipóteses, a teoria gera boas previsões. De acordo com Monteiro (2003, p. 223) “sabe-se que a teoria da escolha racional, alicerçada nesse modelo de racionalidade, não é capaz de ajustar-se perfeitamente aos fatos observados. Entretanto, as teorias alternativas que procuram estabelecer alguma forma de racionalidade restrita mais próxima da experiência humana não têm poder explicativo suficiente para substituí-la”.

A ocorrência de uma mudança lenta e conservadora na economia brasileira corrobora a idéia de Douglass North de mudança incremental frente à mudança revolucionária. O fim do trabalho escravo é um longo processo, cujas raízes estão no início do século XIX, mas que só irá ser concluído em 1888. O principal ponto de inflexão deste processo foi o fim do tráfico de escravos.

Esta se tornou uma característica brasileira verificada não somente neste período, mas ao longo de boa parte de nossa história. Ao longo do século XIX a economia brasileira

metamorfoseia-se completamente, não obstante, estas mudanças são dispersas ao longo do tempo, inexistindo rupturas revolucionárias. No século XX esta situação se repete.

Um importante aprendizado é de que não existe uma fórmula pronta, ou um determinado caminho a ser seguido, que levem ao desenvolvimento econômico. A história econômica fornece uma ajuda, mostrando as trajetórias percorridas no passado pelas economias, que servem como guia e como exemplo. Mas estes exemplos devem ser contextualizados dentro das especificidades de cada economia. O ambiente institucional varia entre os países, gerando estruturas de incentivos diversas, que exigem soluções específicas para cada uma delas. A trajetória das economias ao longo do tempo influencia o presente: é necessário levar em conta aspectos históricos e institucionais.

## **5.2 Instituições e ideologia**

Ao apresentarmos a teoria da Nova Economia Institucional e os argumentos de Herbert Simon, mostramos que o estudo da economia deve levar em conta as instituições e o comportamento humano.

Fatores não econômicos afetam profundamente a economia e, por muitas vezes, foram desconsiderados pela teoria econômica. São necessários mais trabalhos para explicar a mudança de ideologia, mas os indícios apresentados demonstram que este tipo de estudo tem sido cada vez mais freqüente.

A diversidade de desafios que os humanos se deparam, demonstram a dificuldade de elaborar uma teoria que explique o comportamento em diferentes situações. Por isso que a Teoria das Instituições tem se destacado cada vez mais, justamente por levar em conta os diferentes ambientes institucionais. Um comportamento humano que compreensível em um determinado clima, sob determinadas regras e códigos de conduta, pode ser incompreensível noutro arcabouço institucional. Pelo que foi apresentado, a escravidão é um exemplo valioso para esta explicação. Silva apontou que “sem a escravidão o Brasil não existiria como hoje é, não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses lhe desenharam. Com ou sem remorsos, a escravidão é o processo mais longo e mais importante de nossa história” (SILVA, 1994, p. 40).

O dinheiro gasto com a compra de escravos caracteriza um considerável custo de transação. A economia escravista possuía um mercado de trabalho dinâmico, onde o preço pago pelos cativos refletia a produtividade deles.

Ao ocorrer a substituição da mão-de-obra escrava pela livre, elimina-se um custo de transação. Para contratar um trabalhador, não era mais necessário um desembolso inicial de capital. A eliminação deste custo propiciou um período de crescimento econômico, conforme descrito nos capítulos 3 e 4. Este crescimento é compatível com o que sugere a teoria da Nova Economia Institucional.

Não obstante, mesmo com a redução de um importante custo de transação (o de adquirir escravos), a contratação de trabalhadores livres no mercado não é livre de custos. Por mais que a teoria econômica suponha isto, como exposto no capítulo 2, existem limitações ao funcionamento do mercado. Ao se contratar um funcionário, existe incerteza sobre a produtividade dele. Há um custo de informação para saber se o funcionário é produtivo, e quanto mais especializada e diferenciada a natureza do trabalho, maior o custo. No caso dos trabalhadores escravos, o preço de mercado refletia a produtividade. Existe dificuldade de controle sobre trabalhadores livres, devido a ausência de coerção, principalmente nas atividades intensivas em esforço. O monitoramento da produtividade nas economias com utilização de trabalhadores livres é um custo de transação, que, no entanto, aparenta ser menor que o custo da compra de escravos.

### **5.3 História econômica brasileira**

Após a descrição dos trabalhos da maioria dos pensadores “clássicos” a respeito da formação econômica do Brasil, é possível constatar que eles levam, de fato, em consideração os aspectos institucionais. Embora isso não ocorra deliberadamente nem de maneira proposital. O que ocorre é que aqueles que se propõem a escrever a “historia geral” (ou “total”) vão além dos aspectos puramente econômicos. A história econômica pode ser simplesmente a descrição de repetidas políticas econômicas ao longo do tempo, descrevendo sucessivos eventos macroeconômicos de curto prazo, desprezando as mudanças estruturais, de longo prazo. Quando ela não se limita a descrição de políticas e medidas de curto prazo ao

longo do tempo, passa a ser institucional, tendo em vista que passa a considerar fatores culturais, sociais, históricos, etc, a mudança e o processo de mudança importam. Por isso que os autores que tentam fazer uma busca aprofundada em nossa história econômica apresentam uma descrição dos fatos totalmente compatível com uma visão institucionalista da realidade.

Contrastando, ou complementado a visão dos autores considerados clássicos, apresentamos no capítulo 2 a metodologia da cliometria, e no capítulo 4, algumas aplicações deste método na história econômica do Brasil. A partir destas obras, alguns aspectos foram confirmados, enquanto que outros se mostraram interpretações equivocadas ou parciais do que havia ocorrido no passado brasileiro. A história econômica brasileira se mostra bastante complexa para ser descrita apenas por modelos simplificados. Nesse aspecto, a utilização da teoria institucionalista, contribui para a compreensão dos processos ocorridos, por expandir os níveis de análise social além da alocação e emprego de recursos, incorporando o papel das organizações e das instituições, formais e informais.

Esta dissertação, apenas com a utilização de estatística descritiva já ajuda na compreensão dos fenômenos ocorridos no período. Acreditamos que exista espaço para realização de trabalhos e pesquisas utilizando modelos estatísticos mais complexos, com a utilização de Análise de Regressão e de Séries Temporais. Estes métodos não foram utilizados, por ir além dos objetivos deste trabalho. Temos na história econômica do Brasil, muitas lacunas e imprecisões que poderiam ser preenchidas com mais trabalhos com forte embasamento metodológico.

#### **5.4 Racionalidade da Escravidão no Brasil**

A configuração da escravidão não permaneceu a mesma ao longo do tempo em que ela vigorou. Ao longo do tempo ela sofreu variações, e é plausível supor que durante o século XVIII ela fora substancialmente diferente do que durante o século XIX, sendo que neste último, a medida que se caminha em direção à abolição, a sua forma modifica-se, devido à mudanças na estrutura de incentivos existente na sociedade brasileira.

Foi possível observar, que dentro durante o século XIX, houve alteração na escravidão e que havia diferenças regionais significativas. A escravidão não pode ser estudada como um

fato único, sem levar em conta as especificidades institucionais. Locais diferentes e épocas diferentes apresentam ambientes diferentes e estruturas de incentivos diferentes.

Após a constatação da existência de variações regionais, é possível que a escravidão em determinadas regiões do Brasil tenha sido menos dura que o trabalho livre nas fábricas européias na época da revolução industrial. Mas isso não significa que este trabalho não tenha sido árduo e rigoroso. Os relatos existentes em Marx (1983) demonstram as condições de trabalho nas fábricas européias. É possível que os viajantes europeus tivessem estas condições em mente quando se depararam com a escravidão no Brasil. Ademais, parece claro, dado o que foi exposto, da diferença existente entre as diferentes atividades econômicas praticadas pelos escravos, sendo as condições daqueles que estavam envolvidos com atividades ligadas à exportação, ou atividades intensivas em esforço, piores que as dos demais.

No capítulo 4 foram descritas algumas das diferenças regionais existentes. E o caso do Rio Grande do Sul em particular foi analisado. Havia no Rio Grande do Sul um mito de que a escravidão aqui, teria sido diferente do restante do país, pois os escravos supostamente receberiam aqui um tratamento mais “humano”. Após a publicação da tese de Cardoso, a outra face da escravidão foi explorada, o tratamento mais desumano. Buscamos a utilização de visões mais atuais, que consideram as peculiaridades regionais (principalmente ocorridas devidos às diferenças existentes entre as mais diversas atividades econômicas), sem ignorar, contudo, o caráter coercitivo da escravidão, como fizeram, em diversos trabalhos apresentados no capítulo 4, Monastério e Noguéról.

À primeira vista, parecia tentador relacionar a persistência da escravidão no Brasil com ausência de racionalidade. Como sugeriu Fernando Henrique Cardoso (1977), a mentalidade escravocrata não foi abandonada, mesmo diante da eficiência do trabalho assalariado. Esta tese foi amplamente aceita, até o surgimento recente de trabalhos questionando essa afirmativa, como o de MONASTÉRIO (2005a).

Explicar a persistência da escravidão pela racionalidade limitada dos indivíduos e pelos hábitos e costumes enraizados parece uma opção tentadora. Entretanto, após analisar a literatura institucionalista, que faz muitas referências a estas questões comportamentais e a historiografia recente, que demonstra tanto para os Estados Unidos, quanto (mais recentemente) para o Brasil, que a utilização do trabalho escravo, era eficiente, em determinadas situações. Isto inviabiliza uma explicação baseada apenas na racionalidade

limitada, mas abre espaço para um estudo institucional que leve em consideração os aspectos culturais e verifique a racionalidade ou não de tal comportamento.

Mesmo havendo hábitos, costumes, tradições e mesmo que os indivíduos não sejam plenamente racionais, somente isso não explica a persistência da escravidão por um período tão longo da história da humanidade. É possível concluir que a escravidão tenha sobrevivido devido a sua eficiência, pelo menos em um determinado ambiente institucional.

A mudança institucional é motivada tanto por fatores não econômicos (papel da igreja, da Revolução Francesa, do governo Inglês, etc), como econômicos (o trabalho escravo é relativamente mais eficiente em atividades que exigem esforço e repetição e a economia estava evoluindo de maneira com que cada vez mais houvesse atividades intensivas em habilidade).

A caracterização mais comum da escravidão no Brasil (assim como em outros lugares, como os Estados Unidos) tratava-a como uma instituição moribunda, fadada ao fracasso, que existia não por sua lucratividade ou produtividade, mas sim devido ao *status* que ela representaria – seria uma herança cultural, existente apenas com o sentido de consumo conspícuo.

A experiência escravista portuguesa inicia-se ainda no século XV, nos engenhos da Ilha da Madeira para a produção da cana-de-açúcar. Os escravos africanos passaram a realizar o trabalho que inicialmente fora realizado por trabalhadores livres europeus (ALENCASTRO, 2000, p. 32-33).

Ora, como o surgimento da utilização em larga escala do trabalho escravo provavelmente não foi destituído de racionalidade econômico é de supor-se que durante sua existência, razões puramente econômicas (e não somente culturais habituais ou tradicionais) justificavam a manutenção dessa instituição.

Em nossa historiografia predominam os historiadores inspirados pelo marxismo. E estes não estavam preocupados com a existência de uma racionalidade capitalista. Para eles, era necessário caracterizar este período como uma etapa anterior ao desenvolvimento capitalista (embora Caio Prado Jr. seja de inspiração marxista e discorde disso, afirmando já ser a colonização do Brasil uma empreitada capitalista) que por suas contradições internas

teria fim. Além disso, a economia era baseada na utilização de trabalho escravo, ao invés do assalariado, que seria a base da exploração – fonte de lucro do capitalismo.

Os argumentos de Cardoso eram compatíveis com a justificativa baseada na tradição. Porém, importantes lacunas são deixadas em aberto, pois estas simplificações não dão conta da complexidade existente em uma sociedade, mesmo que escravista.

Fernando Henrique Cardoso foi muito influenciado por Florestan Fernandes, que por sua vez, fora bastante influenciado por Max Weber. Estas interpretações costumam definir o capitalismo pela existência do “espírito capitalista” bastante ligado a uma mentalidade empreendedora voltada para o lucro, utilizando-se da racionalidade para atingir o seu objetivo. De acordo com essa visão, não haveria espaço para isso numa economia que não utiliza trabalhadores livres.

Estas abordagens têm em comum a utilização de “tipos ideais”: são listadas as características de um modo de produção, a economia que se encaixa naqueles requisitos é rotulada de determinada forma. Não obstante, as sociedades organizam-se de maneira complexa, e é bastante plausível a existência de características de um dado modo de produção em outro.

Ainda sobre a análise Weberiana, é importante ressaltar novamente o comportamento dos holandeses, ao invadirem Pernambuco. Mesmo seguindo a “ética protestante”, mantiveram as instituições portuguesas em pleno funcionamento. Nenhuma objeção foi feita ao uso da mão-de-obra escrava. Faz sentido imaginar então a escravidão como algo eficiente (do ponto de vista econômico) visto que uma sociedade que claramente visava somente o lucro, não substituiu o trabalho escravo pelo assalariado. O comportamento dos holandeses no Brasil, e as diferenças existentes entre as instituições portuguesas e espanholas, descritas no capítulo 3, demonstram limitações em pontos importantes da teoria de Douglass North. Estes pontos, no entanto, não inviabilizam o restante da teoria institucionalista. No estudo das mudanças institucionais ocorridas no Brasil, encontramos mais aspectos que corroboram as idéias de North, do que o contrário.

O fato de a escravidão ser condenável sob aspectos morais, não tira dela a eficiência, do ponto de vista estritamente microeconômico. Muitos economistas afirmaram que ela não era eficiente, baseados ou em esquemas teóricos prontos (aplicando um modelo a realidade,

não se atendo aos detalhes da história) ou na confusão entre economia positiva e normativa, quando não, as duas coisas simultaneamente.

A economia positiva descreve a economia como ela é. Já a economia normativa descreve como ela deve ser, mas para isso, é necessário juízo de valor, já que entre diferentes indivíduos podem ser desejadas diferentes formas de organização da sociedade (várias ideologias, diferenças culturais, etc.). Muitos desejavam que a escravidão fosse ineficiente e irracional. Mas isso estava baseado na crença, no desejo, balizada por valores morais, normas e ideologias, não na observação e descrição dos fatos como eles de fato eram. Houve, portanto, uma transposição teórica, da economia normativa em direção à economia positiva, no que diz respeito à escravidão.

Podemos considerar um analista qualquer que considere a escravidão algo ruim, de acordo com seus princípios morais. Como norma, ele propõe que a escravidão deixe de existir. Mas para corroborar seu ponto de vista, ao invés de apresentar e reforçar seus argumentos morais ele tenta adaptar os fatos para a realidade. O estudo da economia como de fato ela é, a análise positiva, demonstra que de fato a escravidão era dotada de racionalidade econômica, porém, muitos tentaram reforçar alguns aspectos, para dar base ao argumento de que não seria eficiente, para que a escravidão fosse duplamente condenável: tanto por aspectos morais quanto por aspectos puramente econômicos<sup>58</sup>. Esta confusão fundamentou inúmeras teorias posteriores, que visavam demonstrar que o que veio após a escravidão era mais eficiente. Nesse ponto, a grande maioria dos estudiosos da história econômica brasileira baseia-se em Karl Marx ou em Max Weber (quando não nos dois simultaneamente). As tradições, tanto marxista quanto weberiana, tratam da escravidão como algo ineficiente e irracional, a existência dela seria baseada muito mais na tradição do que na racionalidade econômica. Marx visava demonstrar a superioridade da economia capitalista em relação aos modos de produção anteriores, para mostrar que ela seria substituída por algo mais eficiente (de acordo com a visão de Marx), o modo de produção socialista. Com Weber ocorre algo semelhante. O objetivo dele era explicitar a superioridade da racionalidade capitalista. Como o capitalista racional utiliza o trabalho livre assalariado, uma forma alternativa de organização da produção que não utilize o trabalho escravo seria irracional.

---

<sup>58</sup> Ao longo deste trabalho os aspectos “econômicos”, dizem respeito a teoria econômica de base neoclássica que pressupõe a racionalidade substantiva. Como afirmou Amartya Sen (2000): a economia não pode ser desprovida de ética. A eficiência econômica não diz nada a respeito de equidade e justiça.

A moldura institucional é algo fundamental para compreensão desta confusão em nossa historiografia econômica. O fato de a escravidão ter sido eficiente e racional não significa que hoje em dia ela seria melhor (sob os aspectos positivos, ou seja, mais eficiente) que o trabalho assalariado. Ela era eficiente, uma vez que numa economia escravista, as instituições eram voltadas para a escravidão. Da mesma forma com que, atualmente, quase que todas as instituições vigentes<sup>59</sup> são voltadas para o trabalho assalariado, inviabilizando a escravidão. Mesmo assim, as recentes e recorrentes descobertas de trabalhadores no Brasil em condições de trabalho semelhantes às da escravidão, dão uma pista: seria ainda hoje, em um ambiente institucional voltado para a utilização de trabalhadores livres, o trabalho assalariado sempre mais eficiente que o trabalho escravo?

### **5.5 Considerações Finais**

O Brasil, como demonstrado no capítulo 3, foi formado a partir da busca pelo lucro e do comércio. Mesmo que as instituições existentes na economia brasileira não fossem totalmente voltadas para o lucro, no mínimo havia uma parcela considerável de proprietários de escravos, que possuíam interesses pecuniários e não desperdiçariam a oportunidade de produzir utilizando trabalhadores livres a um custo mais baixo.

Ora, há indicativos que nos fazem supor que, mesmo a despeito do baixo nível educacional verificado no Brasil daqueles tempos, como a ausência de técnicas modernas de administração e contabilidade, havia um mercado eficiente no qual atuavam indivíduos racionais, buscando o lucro.

A realidade mostra, portanto, que temos uma economia capitalista dinâmica assentada sobre a utilização em larga escala do trabalho escravo. Esta economia podia estar em

---

<sup>59</sup> Aqui é possível abrir espaço para outra discussão. É possível que a depreciação e desvalorização do trabalho braçal no Brasil ainda sejam uma herança do período escravista, uma instituição que se perpetuou ao longo do tempo, permanecendo até hoje. Na divisão dos níveis institucionais, essa desvalorização (que é algo cultural) poderia ser enquadrada no nível 1, o que leva mais tempo para ser alterado. Porém, esta discussão foge do objetivo deste trabalho.

desenvolvimento, mas era capitalista<sup>60</sup>. A utilização de escravos e a economia capitalista, portanto, não são antagônicos, tendo coexistido não só no Brasil, mas em outros locais do mundo. Como apontado no capítulo 4, para Fogel e Engermann a exploração no caso da escravidão é ainda mais aparente.

Para explicarmos a persistência da escravidão, não podemos limitar nossos argumentos a tradição ou a racionalidade limitada dos indivíduos. A tradição contribui para a manutenção da escravidão? Provavelmente. Mas os fatores determinantes para a existência dela por um período tão longo de tempo são econômicos. De fato, irracional, parece o comportamento daquele que não utiliza escravos em uma economia escravocrata, com um ambiente institucional e toda uma estrutura de incentivos para tal.

Este trabalho, portanto, concorda com a tese de Caio Prado Jr. que afirma que o capitalismo sempre existiu no Brasil. O século XIX foi um período marcado por importantes transformações, tanto que ao final deste século, como foi apontado ao longo desta dissertação, a economia e a configuração das instituições eram bastante diferentes das existentes no início do século, mas a despeito disto, o modo de produção sempre foi capitalista. A partir das restrições impostas ao comércio de escravos, se verifica um aumento nos preços dos escravos. A partir de 1850, a economia brasileira verifica um período de expansão capitalista, com o surgimento de sociedades anônimas, bancos comerciais. Demonstrando a financeirização da economia, fato que possibilitava a existência de diversas atividades lucrativas, em contraste com o período anterior, onde uma atividade com uma rentabilidade bem acima das demais (o comércio de escravos) que acabava canalizando uma parcela considerável da Renda Nacional.

A adoção do trabalho assalariado cresceu progressivamente, concomitantemente com as restrições impostas ao comércio de escravos. Os dados apresentados na tabela 3.x mostram o número de escravos e de imigrantes que ingressaram no país ao longo do século XIX. As imigrações se intensificam à medida que a economia brasileira cresce, demandando mais trabalhadores. A inserção de imigrantes na economia brasileira, ao se acabar com o trabalho escravo, criou uma pressão sobre os salários, impedindo que eles se elevassem. O período que sucedeu o analisado por este trabalho, foi marcado pela ausência de regulamentação do mercado de trabalho. Entre a abolição da escravidão e o surgimento da legislação trabalhista,

---

<sup>60</sup> Mesmo que durante o século XIX o mercado financeiro estivesse dando seus primeiros passos no Brasil, não é a existência ou não dele que determina a existência do capitalismo. O que um mercado financeiro faz, é facilitar e acelerar a acumulação de capital, que existe no Brasil, antes do surgimento destas organizações.

já no governo de Getúlio Vargas, houve uma lacuna – que poderia ser estudada a partir da teoria da Nova Economia Institucional.

Portanto, a economia da escravidão e a economia institucional possuem um terreno fértil para estudo dentro da ciência e da história econômica. Trata-se de áreas onde ainda há muito por evoluir, principalmente no Brasil. São necessárias mais contribuições, para o desenvolvimento destes temas, e esta dissertação espera ter contribuído para tal.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE, Rômulo. **Apontamentos sobre a microeconomia do escravo e sua interação com a família e as solidariedades**. X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002.
- AREND, Marcelo, CÁRIO, Silvio Antonio Ferraz. **Razões históricas e de longa duração para os desequilíbrios no Rio Grande do Sul (1800- 1930): uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 26, p. 63-93, 2005.
- BELL, Stephen. Campanha Gaúcha. A Brazilian Ranching System, 1850-1920. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- BIANCHI, Ana Maria. **For different audiences, different arguments: economic rhetoric at the beginning of the Latin American School**. Journal of the History of Economic Thought, v. 24, n. 3, p. 292-305, 2002.
- BUENO, Newton Paulo. **A nova economia institucional e a historiografia clássica do período colonial brasileiro**. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_11.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_11.pdf)
- CARVALHO, Fernando Cardim. **Réplica à “Miséria da crítica heterodoxa”**. Rio de Janeiro: Revista de economia contemporânea, nº 3, Jan. - Jun., 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem. Teatro de sombras**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHIEZA, Rosa Angela. **A constituição do Estado Brasileiro nas visões de Florestan Fernandes e Raymundo Faoro: uma comparação**. 2007.
- COASE, Ronald. **The nature of the firm**. Economica, v. 4, n. 16, 1937.
- CONCEIÇÃO, Octávio. **O conceito de Instituição nas modernas abordagens Institucionalistas**. Revista de Economia Contemporânea. Volume 6, nº 2, julho-dezembro, 2002.
- CORAZZA, Gentil (org). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço**. Os destinos das sociedades humanas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DIAMOND, Jared. **Colapso: Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- DOMAR, E. D. **The Causes of Slavery as Serfdom: a Hypothesis**. Journal of Economic History, v.30, 1970.

- ELSTER, Jon. **When Rationality Fails**. In: COOK, Karen Schweers, LEVI, Margaret. *The Limits of Rationality*. Chicago: Chicago University Press, 1990.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- FERGUSON, C.E. **Microeconomia**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- FOGEL, Robert. **Current Directions in Economic History**. *The Journal of Economic History*, Vol. 32, No. 1 (Mar), The Tasks of Economic History, pp. 1-2, 1972.
- FOGEL, Robert. **Economic Growth, Population Theory, and Physiology: the bearing of Long-term processes on the Making of Economic Policy**. Nobel Lecture, December 9, 1993.
- FOGEL, Robert. **Without consent or contract**. New York: W.W. Norton & Company, 1994.
- FOGEL, Robert. **The Slavery Debates**. Baton Rouge: Louisiana University Press, 2003.
- FOGEL, Robert, ENGERMAN, Stanley. **Time on the Cross**. The Economics of American Negro Slavery. New York: W.W. Norton, 1995.
- FONSECA, Pedro C. D.. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. 2004.
- FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura**. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colônia tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- GALA, Paulo. **A Retórica na Economia Institucional de Douglass North**. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho, 2003.
- GALA, Paulo. **A teoria institucional de Douglass North**. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº2 (90), abril-junho 2003.
- GOLDIN, Claudia. **Cliometrics and the Nobel**. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 9, No. 2. (Spring), pp. 191-208, 1995.
- GOMES, Flávio Guedes. **A Nova Economia Institucional (NEI) e o (Sub) Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Limites e Impossibilidades de Interpretação**. In: IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia: 2004.
- GRAHAM, Richard. **Escravidão e Desenvolvimento Econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no Século XIX**. *Estudos Econômicos* 13 (1), pp. 223-257, Jan/Abr, 1983.

- GREIF, Avner. **Cliometrics After 40 years.** *The American Economic Review*, Vol. 87, No. 2, (May) Papers and Proceedings of the Hundred and Fourth Annual Meeting of the American Economic Association, pp. 400-403, 1997.
- HEILBRONER, Robert. **A História do Pensamento Econômico.** 6. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOBSEBAWM, Eric. **A era das Revoluções.** 20ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2006.
- HOBSEBAWM, Eric. **A era do capital.** 11ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2005a.
- HOBSEBAWM, Eric. **A era dos impérios.** 9ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2005b.
- HODGSON, Geoffrey. **Thorstein Veblen and post-Darwinian economics.** *Cambridge Journal of Economics*, 16, p. 285-301, 1992.
- HODGSON, Geoffrey. **What are institutions?** *Journal of Economic Issues*, vol XL, n. 1, march, 2006.
- HODGSON, Geoffrey. **What is essence in institutional economics?** *Journal of Economic Issues*, vol XXXIV, n. 2, June, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- KREPS, David M.. **A course in Microeconomic Theory.** New York: Harvester Wheatsheaf, 1990.
- LANDES, David. **The Wealth and Poverty of Nations.** New York: W. W. Norton & Company, 1999.
- LANDES, David. **Prometeu Desacorrentado.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LISBOA, Marcos de Barros. **A miséria da crítica heterodoxa.** Primeira Parte: Sobre as críticas. Rio de Janeiro: Revista de economia contemporânea, nº 2, Jul. - Dez., 1997.
- LISBOA, Marcos de Barros. **A miséria da crítica heterodoxa.** Segunda Parte: Método e equilíbrio na tradição neoclássica. Rio de Janeiro: Revista de economia contemporânea, nº 3, Jan. - Jun., 1998.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MATTHEWS, R.C.O. **The Economics of Institutions and the Sources of Growth.** *The Economic Journal*, 96. p. 903-918. December, 1986.
- McCLOSKEY, Donald. **Does the past have useful economic?** *Journal of Economic Literature*, Vol. 14, No. 2, (Jun), pp. 434-461, 1976.

- McCLOSKEY, Donald. **Fogel and North: Statics and Dynamics in Historical Economics.** *The Scandinavian Journal of Economics*, Vol. 96, No. 2, (Jun), pp. 161-166, 1994.
- McCLOSKEY, Donald. **The Achievements of Cliometric School.** *The Journal of Economic History*, Vol. 38, No. 1 (Mar), The Tasks of Economic History., pp. 13-28, 1978.
- MENARD, Claude. **Handbook of new Institutional Economics.** Dordrecht: Springer, 2005.
- MELLO, Pedro Carvalho de. **Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-1888.** *Revista Brasileira de Economia*, 32(1):19-67, jan/mar, 1978.
- MILGROM, Paul, ROBERTS, John. **Economics, Organization and management.** New Jersey: Prentice-Hall, 1992.
- MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. **Capital Social e a região Sul do Rio Grande do Sul.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Tese), 2002.
- MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro, ZELL, Davi Coswig. **Uma estimativa de renda *per capita* municipal na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1872.** 2004.
- MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. **FHC Errou? A economia da escravidão no Brasil meridional.** 2005a.
- MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. **Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”.** *Cadernos IHU idéias*, ano 3 - nº 42, 2005b.
- MONTEIRO, Sérgio M. M. **Metodologia da economia e a filosofia da ciência.** In CORAZZA, Gentil. *Métodos da Ciência Econômica.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MURPHY, Kevin M., WELCH, Finis. **Empirical Age-Earnings Profiles.** *Journal of Labor Economics*, Vol. 8, No. 2. (Apr), pp. 202-229. The University of Chicago Press, 1990.
- MYHRMAN, Johan; WEINGAST Barry R. **Douglass C. North's Contributions to Economics and Economic History.** *The Scandinavian Journal of Economics*, Vol. 96, No. 2. (Jun), pp. 185-193, 1994.
- NOBEL FOUNDATION. **The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel 1993.** Disponível em: [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/1993/index.html](http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1993/index.html). Acesso em julho de 2007.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira, et alli. **Elementos da Escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o “seguro” contra a fuga na fronteira com o Uruguai.** Porto Alegre: UFRGS (Texto para Discussão), 2007.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. **Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX - elementos de nossa formação econômica e social.** In: *Ensaio FEE.* Porto Alegre Vol. 23, p. 539-564, 2002.

- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. **Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese), 2003.
- NORTH, Douglass. **Cliometrics - 40 years later**. *The American Economic Review*, Vol. 87, No. 2, Papers and Proceedings of the Hundred and Fourth Annual Meeting of the American Economic Association. (May), pp. 412-414, 1997.
- NORTH, Douglass. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.
- NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2004 (1990).
- NORTH, Douglass. **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- NORTH, Douglass. **Institutions**. *The Journal of Economic Perspectives*, vol. 5, no. 1, p. 97-112, 1991.
- NORTH, Douglass. **Prize Lecture. Economic Performance through Time**. 1993. Disponível em: [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/1993/north-lecture.html](http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1993/north-lecture.html). Acesso em outubro de 2007.
- NORTH, Douglass. **Structure and Change in Economic History**. New York: W. W. Norton & Company, 1981.
- NORTH, Douglass C., THOMAS, Robert Paul. **The Rise of the Western World – A New Economic History**. 21<sup>st</sup> printing. New York: Cambridge University Press: 2007 (1973).
- PRADO Jr. Caio. **Evolução Política do Brasil**. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PRADO Jr. Caio. **História Econômica do Brasil**. 1942.
- ROLL, Eric. **A History of Economic Thought**. 5. ed. London: Faber and Faber, 1992.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- SILVA, Alberto da Costa e. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX**. Estudos avançados, 8(21), 1994.
- SIMON, Hebert. **Prize Lecture. Rational Decision-Making in Business Organizations**. 1978. Disponível em: [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/1978/simon-lecture.html](http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1978/simon-lecture.html). Acesso em outubro de 2007.
- SIMON, Herbert. **Rationality in Psychology and Economics**. In: HOGARTH, Robin M., REDER, Melvin W.. *Rational Choice. The Contrast Between Economics and Psychology*. Chicago: Chicago University Press, 1986.

- SIPPEL, Reinhard. **An Experiment on The Pure Theory of Consumers Behaviour.** Economic Journal, vol. 107, issue 444, pages 1431-44, 1997.
- THOMAS, Hugh. **The Slave Trade.** The History of the Atlantic Slave Trade 1440-1870. London: Orion Books, 2006.
- VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa.** 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- VEBLEN, Thorstein. **Why is economics not an evolutionary science?** The Quarterly Journal of Economics, Volume 12, 1898.
- VERSIANI, Flávio. **Escravidão no Brasil: uma análise econômica.** Tradução de “Brazilian Slavery: toward an Economic Analysis”, Revista Brasileira de Economia 48(4):463-478, dez. 1994. Traduzido por Fábio Souza de Oliveira, com revisão do autor.
- VERSIANI, Flávio. **Os escravos que Saint-Hilaire viu.** História Econômica e Economia de Empresas 3(1):7-42, 2000.
- VERSIANI, Flávio, VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. **Preços de escravos em Pernambuco no século XIX.** Brasília: UNB (Textos para discussão), 2002.
- WALVIN, James. **A short history os slavery.** London: Penguin Books, 2007.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2001.
- WEIMER, Günter. **O trabalho escravo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS / Sagra, 1991.
- WILLIAMSON, Oliver. **The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead.** Journal of Economic Literature, vol XXXVIII (september), pp. 595-613, 2000.